

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE CHAPECÓ –  
UNOCHAPECÓ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS

Fabiano Lazarotto Rambo

**As contribuições socioeconômicas do Pronaf Mais Alimentos para a  
microrregião de Pinhalzinho - SC**

Chapecó (SC), 2014

FABIANO LAZAROTTO RAMBO

**As contribuições socioeconômicas do Pronaf Mais Alimentos para a microrregião de Pinhalzinho - SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, como requisito para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Financiado pelo Fundo de Manutenção e Apoio ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Irme Salete Bonamigo.

Chapecó (SC), 2014

**UNOCHAPECÓ**

**Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas  
Regionais**

**As contribuições socioeconômicas do Programa Pronaf Mais  
Alimentos para a microrregião de Pinhalzinho - SC.**

**Fabiano Lazarotto Rambo**

Esta dissertação foi apresentada à banca para aprovação para obtenção  
do grau de

**Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais**

---

Irme Salete Bonamigo – Orientadora

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Arlene Renk – Dra. Antropologia

---

Clovis Dorigon – Dr. Engenharia de Produção

---

Prof. Argemiro Luiz Brum – Dr. Economia Internacional

**Chapecó, 29 de abril de 2014**

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade da vida; e aos Mestres Espirituais pela  
inspiração proporcionada no decorrer deste trabalho, na busca pela  
evolução;

À minha família, principalmente minha esposa Franciéli e a pequena  
Polly, pela compreensão de minha ausência durante muitas noites e dias,  
especialmente num momento bastante delicado de nossas vidas;

Aos pais, Marino e Sirlei, pela força durante o transcorrer deste  
trabalho; aos irmãos Cassiano e Juliano, pelas longas conversas  
relacionadas ao conhecimento;

A professora Irme Bonamigo, uma excelente companhia na jornada pela  
busca do conhecimento e competente orientadora;

Aos apoiadores deste trabalho que muito contribuíram para o seu  
desenvolvimento e qualificação: professora Dra. Arlene Renk; Dr.

Clovis Dorigon, da Epagri e professor Dr. Argemiro Brum;

Aos professores do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas  
Regionais da Unochapecó;

Ao amigo e colega, professor Cesar Augusto Lunkes, diretor da Horus  
Faculdades, pela oportunidade e apoio incondicional para realização  
deste trabalho, além de nossas incontáveis horas de discussão  
relacionadas ao ensino superior deste país;

Aos colegas da Rádio Centro Oeste, em especial os diretores Elmo e  
Ernani, os quais sem apoio não seria possível concretizar este projeto;

Ao Governo do Estado de Santa Catarina, em especial a Diretoria de  
Ensino Superior, a qual nos concedeu uma bolsa de estudos para  
concretização deste sonho;

As famílias entrevistadas. Sem elas este trabalho seria impossível;

A todos, muito obrigado!

## RESUMO

RAMBO, Fabiano Lazarotto. As contribuições socioeconômicas do Programa Pronaf Mais Alimentos para a microrregião de Pinhalzinho - SC. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Programa de Pós – Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Chapecó (SC).

A agricultura familiar por ser não somente a base da economia da microrregião de Pinhalzinho, mas também de Santa Catarina, necessita de políticas públicas afirmativas, com objetivo de promover o desenvolvimento rural e a qualidade de vida destas pessoas. Com mecanismo governamental para alcançar tal objetivo o Governo Federal criou, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual, com anos, passou por diversos aprimoramentos que culminaram com novas linhas de crédito, sendo a mais recente a Mais Alimentos. Destinada a realização de investimentos, o agricultor familiar pode obter junto aos bancos públicos, privados e privados cooperativos – pelo Plano Safra 2013/2014 – até R\$360 mil em financiamentos. Este trabalho, percebendo a importância desta linha de crédito, objetivou, de maneira geral, analisar o impacto do Pronaf Mais Alimentos no desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares residentes na microrregião de Pinhalzinho – SC. Especificamente foram eleitos outros objetivos, como: levantar o montante financeiro e o número de contratos firmados da Linha Mais Alimentos na microrregião de Pinhalzinho; identificar os atores que compõe a rede do Pronaf Mais Alimentos; analisar o impacto do programa governamental de crédito no interior das propriedades e sua relação com a qualidade de vida dos agricultores familiares. Como ferramenta teórico-metodológica para realização deste estudo de caso, utilizou-se a Teoria Ator-Rede (TAR). A coleta de dados se deu por meio da análise de documentos obtidos juntos aos agentes de crédito atuantes na microrregião de Pinhalzinho e entrevistas semiestruturadas realizadas nas propriedades de agricultores familiares do território, onde depois de transcritas, foram analisadas sob a luz dos referenciais teóricos escolhidos para este trabalho, dentre eles sobre desenvolvimento rural, agricultura familiar e políticas públicas. Em conclusão este trabalho levantou que o número de contratos firmados e

volume de recursos disponibilizados desde 2008 até 2013 pelo programa foi de 5.232 contratos e R\$ 156.397.288,90. Além disso, se percebeu a importância da política pública para o desenvolvimento rural e qualidade de vida através do crédito, quando esta reduz a penosidade do trabalho humano e aumenta a rentabilidade das atividades no interior da propriedade rural.

**PALAVRAS CHAVE: Pronaf Mais Alimentos. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural.**

## ABSTRACT

Family farming to be not only the basis of the micro- Pinhalzinho economy but also of Santa Catarina, requires affirmative public policies aiming to promote rural development and quality of life of these people. With a government mechanism for achieving this goal the federal government created in 1996 , the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf), which, with, underwent several enhancements that led to new lines of credit, the most recent being the Mais Alimentos. Aimed at making investments, the family farmer can get along with cooperative private, public and private banks - the Harvest Plan 2013/2014 - to R\$ 360,000 in funding. This work , realizing the importance of this facility , aimed , in general , analyze the impact of Pronaf Mais Alimentos in the economic and social development of farmers living in micro- Pinhalzinho - SC. Specifically were elected other goals , such as raising the cash amount and the number of contracts executed Line More Food in micro- Pinhalzinho; identify the actors that make up the network of Pronaf Mais Alimentos; analyze the impact of the government's credit within the properties and their relation to the quality of life of family farmers. As a theoretical and methodological tool for conducting this case study, we used the Actor-Network Theory. Data collection was done through the analysis of documents obtained together with agents acting on micro- credit Pinhalzinho and semi-structured interviews conducted in the properties of farmers of the territory , where after transcripts were analyzed in the light of the theoretical framework chosen for this work, including on rural development , agriculture and family policies. In summary, this work has raised the number of signed contracts and volume of resources made available since 2008 until 2013 the program was 5,232 contracts and R \$ 156,397,288.90. Also, if you realize the importance of public policy for rural development and quality of life through credit when it reduces the painfulness of human labor and increases the profitability of activities within the farm.

**KEYWORDS : Pronaf Mais Alimentos. Family Farming. Rural Development.**

**LISTA DE FIGURAS:**

Figura 1: Mapa da microrregião de Pinhalzinho.....	23
Figura 2: distribuição geográfica da produção de leite no estado de Santa Catarina.....	85

**LISTA DE TABELAS:**

Tabela 1: classificação dos agricultores familiares.....	18
Tabela 2: Participação da agricultura familiar no total da produção no Estado de Santa Catarina.....	21
Tabela 3: dimensões da vida versus capitais.....	36
Tabela 4: número de agroindústrias e produtos.....	41
Tabela 5: Redes na UGT 1 da Epagri.....	42
Tabela 6: principais produtos processados por agroindústrias familiares.....	43
Tabela 7: número de contratos e valor distribuídos de 2008 a 2013.....	64
Tabela 8: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 na Creditaipu.....	65
Tabela 9: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 no BB.....	66
Tabela 10: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 na Cressol.....	66
Tabela 11: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 no Sicredi.....	67
Tabela 12: volume de recursos e contratos firmados na Cressol com captação no BNDES.....	69
Tabela 13: evolução da venda de motocultivadores em Santa Catarina.....	74
Tabela 14: investimentos realizados pelos agricultores familiares entrevistados da microrregião de Pinhalzinho.....	77
Tabela 15: Número de contratos firmados entre os anos 2008/2013 no Sicoob – Creditaipu.....	80
Tabela 16: montante financeiro liberado por atividade na Linha Mais Alimentos de 2008/2013, por atividade.....	81
Tabela 17: evolução da produção de leite nacional dentre os estados maiores produtores.....	86
Tabela 18: evolução da produção de leite em Santa Catarina, por regiões.....	87

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 MÉTODO DE PESQUISA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>15</b>
<b>3. A MICROREGIÃO DE PINHALZINHO E A REDE DE ATORES DO PRONAF MAIS ALIMENTOS.....</b>	<b>21</b>
<b>4 O PRONAF COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....</b>	<b>31</b>
<b>4.1 O conceito de desenvolvimento rural.....</b>	<b>31</b>
<b>4.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e desenvolvimento rural.....;</b>	<b>37</b>
<b>4.3 O nascimento do Pronaf.....</b>	<b>44</b>
<b>4.4 O Pronaf como política pública e sua contribuição para o exercício da cidadania do agricultor familiar.....</b>	<b>54</b>
<b>5. O IMPACTO DO PRONAF MAIS ALIMENTOS NA MICROREGIÃO DE PINHALZINHO.....</b>	<b>62</b>
<b>5.1 Pronaf Mais Alimentos.....</b>	<b>62</b>
<b>5.1 O ingresso na rede do Pronaf Mais Alimentos.....</b>	<b>70</b>
<b>5.2 O ingresso na rede do Mais Alimentos pelos agricultores familiares da microrregião de Pinhalzinho.....</b>	<b>74</b>
<b>5.2.1 A interferência da agroindústria no acesso ao crédito.....</b>	<b>76</b>
<b>5.3 O Mais Alimentos e a qualidade de vida do agricultor familiar da microrregião de Pinhalzinho.....</b>	<b>95</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura, especialmente nos pequenos municípios, é um importante componente na composição do movimento econômico. Em Pinhalzinho, no oeste de Santa Catarina, por exemplo, a participação é de 38%. Já em Santa Catarina, segundo a Síntese de Anual da Agricultura 2009-2010, a atividade primária representava 7,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2007. Dentro desta participação na composição do PIB Estadual, o setor de agropecuária com a criação de bovinos e outros animais – que engloba a produção de leite – tem uma participação de 24% do total. Após este segmento, contribuem para formação das riquezas catarinenses produtos de lavoura temporária como: fumo, cebola, feijão e tomate. Depois por ordem de importância, seguem os grupos de cereais, silvicultura, suinocultura, soja e derivados, pesca e criação de aves (EPAGRI, 2010).

Santa Catarina está inserido em um contexto diferenciado, quando comparado aos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Norte e Goiás, principais centros de produção agrícola do País, principalmente de grãos (IBGE, 2006). Do contrário destes estados, em Santa Catarina, a base da produção primária é a agricultura familiar, cuja mão de obra é essencialmente familiar, no qual a terra, em muitos casos, é oriunda de herança de pai para filho. É neste cenário que se dá a produção catarinense. Por isso, há necessidade de incentivo governamental para a manutenção dos agricultores familiares na terra, com renda e qualidade de vida. (DENARDI, 2001).

Todos os anos, com intuito de incentivar a produção agrícola e agropecuária, o Governo Federal lança o Plano Agrícola e Pecuário. Esta política pública tem dois focos, a agricultura patronal e a agricultura familiar. Na safra 2013/2014, o primeiro contou com recursos na ordem de R\$136 bilhões administrados pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) e o segundo com R\$39 bilhões, sendo 21 bilhões em crédito, cuja distribuição da verba é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Entre os principais instrumentos para dispersão do crédito para os agricultores familiares, foco deste estudo, está o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf é a mais importante política pública no Brasil voltado a este segmento da sociedade. É compreendido por diversas linhas de financiamento, dentre elas, uma considerada recente, criada em 2008, chamada Pronaf Mais Alimentos, voltada a estimular a produção de grãos e atividades agropecuárias.

Como o próprio MDA afirma, o Mais Alimentos [...] “permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem” (MDA, 2012). Um dos destaques do programa para cumprir com estes objetivos foi a parceria firmada com empresas do setor de máquinas e implementos agropecuários que permitiu, por exemplo, a aquisição de tratores, plantadeiras, batedores e outros ferramentais com descontos de até 17,5%.

Tendo em vista esse cenário, este estudo elege como problema de pesquisa: “quais as contribuições do Pronaf Mais Alimentos para o desenvolvimento econômico e social de agricultores familiares residentes na microrregião de Pinhalzinho (SC)?” A partir desta pergunta inicial, apresentam-se outros questionamentos mais específicos: qual o montante de recursos aplicados na microrregião de Pinhalzinho e quais as atividades produtivas de maior concentração dos investimentos realizados através do Pronaf Mais Alimentos? O Pronaf Mais Alimentos se faz eficiente para contribuir com a permanência da família no campo e na diversificação das atividades agrícolas e agropecuárias? Quais os benefícios decorrentes do Pronaf Mais Alimentos para a melhoria da qualidade de vida do agricultor e sua família?

A partir deste conjunto de questionamentos, elencou-se como objetivo geral: analisar o impacto do Pronaf Mais Alimentos no desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares residentes na microrregião de Pinhalzinho – SC. A partir deste, desdobraram-se objetivos específicos, a saber: levantar o montante financeiro e o número de contratos firmados da Linha Mais Alimentos na microrregião de Pinhalzinho; identificar os atores que compõe a rede do Pronaf Mais Alimentos; analisar o impacto do programa governamental de crédito no interior das propriedades e sua relação com a qualidade de vida dos agricultores familiares.

No oeste catarinense, o Pronaf Mais Alimentos foi bem difundido e agricultores familiares puderam empreender em suas propriedades, modernizando as atividades agrícolas e agropecuárias. Dessa forma, analisar as consequências socioeconômicas do Pronaf Mais Alimentos na microrregião de Pinhalzinho-SC se faz importante, em vista da necessidade de averiguar se a política pública cumpre seus objetivos e proporciona maior produção e renda para os agricultores beneficiados ou, simplesmente, se traduz numa política pública

econômica anticrise, dado o contexto em que foi criada, beneficiando único e exclusivamente o setor industrial voltado à agricultura.

Justifica-se este estudo também pela necessidade de se criados dados e informações regionais específicas sobre o Pronaf Mais Alimentos, cujas pesquisas ainda são relativamente escassas. Identificou-se, no meio acadêmico, tendo por base a internet, a realização de duas dissertações de mestrado, uma na Universidade do Contestado (UNC), de autoria Ayub (2013), e outra na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), de autoria de Schumann (2012), as quais trazem contribuições interessantes sobre a política pública, dentro de um contexto municipal.

Outros estudos, com abrangência territorial maior, como Fauth (2009), Rosa e Constantino(2011), Ebina e Massuquetti (2010), Vargas, Dornelles e Hillig (2011), Mera e Didonet (2010) e Grisa e Wez Junior (2010), forma encontrados, porém o Mais Alimentos não foi objeto de estudo mais aprofundado. Todos os autores acima citados em suas pesquisas apontam alguns dados relacionados ao programa ou a investimentos feitos a partir do Pronaf, porém não analisam unicamente a mais jovem linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Centraram-se no conjunto de linhas de financiamento, principalmente no custeio, levantam e cruzam dados de investimento público no programa, identificam as regiões onde há maior concentração de recursos e analisam a evolução do montante de financeiro disponibilizado pelo programa.

Além desses apontamentos, compreende-se que um estudo focado na microrregião de Pinhalzinho possibilita contribuir, a partir de sua contextualização, para a análise da necessidade de revisão da política pública de forma a atender melhor o público alvo. Órgãos como a Epagri, com atuação muito forte na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), reconhecem a carência de uma análise regional mais aprofundada, em virtude, especialmente de no conjunto dos municípios ao qual o estudo está dirigido ter no seu Produto Interno Bruto (PIB) a agricultura como componente de maior peso (IBGE, 2006). Aliado a este dado, o estudo também possibilitou fazer uma assertiva sobre a importância da política pública ter maior efetividade, não somente conceder o crédito e incentivar a produção, tendo em vista que o programa visa, principalmente, garantir a sobrevivência e a manutenção da família na atividade rural. Desse modo, o levantamento dessas informações torna-se importante contribuição para a avaliação da política foco do estudo.

Ao se tomar por base o objetivo geral do Pronaf, desde sua concepção em 1996 até hoje, evitar o êxodo e garantir não somente a subsistência, mas a qualidade de vida da população rural é o desafio dos governos, tanto nas esferas municipal, estadual e nacional. Portanto, um estudo nesta natureza, com vistas a buscar dados consolidados em bancos de dados oficiais, cruzados com a realidade a ser observada no local pelo pesquisador, também gera um olhar particular sobre a política pública voltada para a agricultura familiar e, quem sabe, os subsídios resultantes possam orientar possíveis discussões sobre os caminhos a serem percorridos pela agricultura na região.

Para o pesquisador, a escolha do foco deste estudo se fez interessante por possibilitar a produção de um arcabouço de dados do território, os quais podem contribuir para discussões com a própria sociedade, quando divulgados ou socializados. Como já dito em outras palavras, compreende-se que o meio rural não pode ser vista como coadjuvante no processo de desenvolvimento territorial. Não basta ser importante somente pela contribuição na formação econômica dos municípios, é necessário levar em consideração aspectos sociais e as transformações ocorridas a partir da introdução das políticas públicas e da própria tecnologia. Como já citado, o Pronaf Mais Alimentos despontou como um objeto interessante de investigação, por permitir que, a partir de investimentos, mudanças na estrutura social e econômica das propriedades e da própria agricultura familiar sejam evidenciadas.

A fim de estudar o Pronaf e suas implicações e contribuições foi escolhida como ferramenta teórico-metodológica a Teoria Ator-Rede (TAR). Esta ferramenta possibilitou analisar a rede sociotécnica que compõe o Pronaf Mais alimentos: traçar as relações entre atores associados que a constituem e a sustentam e analisar seus fluxos e movimentos, pois as relações não são fixas e nem pré-determinadas (MORAES, 2004). Segundo Kastrup (2004), a rede sociotécnica, que pode ser definida como uma estrutura aberta, e capaz de crescer por todos os lados e direções, composta de elementos em interação (atores), que constituem os nós da rede, ligados entre si por vínculos ou elos. Estes atores, conforme aponta Moraes (2004), podem ser humanos – quando compostos por pessoas, grupos, organizações – ou não-humanos, quando se tratam de documentos, equipamentos, dispositivos tecnológicos, bens imobilizados, entre outros. Assim, TAR nos permitiu fazer a análise associativa entre estes atores, a fim de entender a composição, o funcionamento e a transformação da rede. Portanto, neste estudo sobre o Pronaf Mais Alimentos, a TAR contribuiu para identificar os atores envolvidos, entender suas relações e as

transformações possibilitadas, a partir das conexões estabelecidas, como a do o agricultor familiar nesta rede.

Para fins de apresentação, este trabalho está dividido em seis partes. Na introdução são apresentados os objetivos do trabalho, com suas devidas justificativas e os principais elementos - base para a pesquisa. Na segunda parte, é apresentada a metodologia da pesquisa e apresentado os fundamentos teórico-metodológicos da Teoria Ator-Rede (TAR), ferramenta eleita para este trabalho.

Na terceira parte é apresentada uma caracterização da microrregião de Pinhalzinho, entendida como um território com base em fundamentos teóricos discutidos. São descritos dados em âmbito de estado e da microrregião, composta por sete municípios – Pinhalzinho, Saudades, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Bom Jesus do Oeste e Saltinho. Também são descritos os atores que compõe a rede do Pronaf Mais Alimentos no território.

A quarta parte é destinada a descrever e compreender o Pronaf Mais Alimentos como uma estratégia de desenvolvimento rural. Nessa etapa, são apresentados conceitos acerca da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, compreendendo uma dimensão que alia os conceitos econômico e social, num sítio aberto de formação heterogênea. Por último, o Pronaf é discutido em sua relação com os Direitos Humanos.

Na quinta parte, é discutido o impacto do Pronaf Mais Alimentos sobre o território da microrregião estudada e na agricultura familiar. Primeiramente são apresentados os números de acesso à política pública na microrregião. Em seguida, é apontada a concentração dos investimentos, para, depois, relaciona-los à dinâmica da propriedade da agricultura familiar. Por fim, o Mais Alimentos é colocado em análise como promotor de desenvolvimento e qualidade de vida na agricultura familiar.

A sexta parte, denominada Considerações Finais, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa e sugere novos caminhos e estudos acerca da política pública.

## 2 MÉTODO DE PESQUISA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, a qual visa investigar [...] “um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p.32). Segundo o autor, através do estudo de caso é possível investigar e conhecer acontecimentos individuais, sociais, econômicos, políticos e de grupo, de acordo com a visão do pesquisador, no seu dado contexto. O estudo de caso torna-se uma estratégia interessante para esta pesquisa, pois delimita como foco do estudo o Pronaf Mais Alimentos, visando investigar sua relação com o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares residentes na microrregião de Pinhalzinho (SC) e suas contribuições para a permanência das famílias no campo. Para alcançar este objetivo, Yin (2005) sugere a utilização do estudo de caso conjugado a outras estratégias de investigação, como levantamento de dados, análise de documentos e outras que focalizem os acontecimentos em questão.

Para a realização do estudo de caso, a TAR foi eleita como ferramenta teórico-metodológica por melhor contribuir com o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa. O interessante em seu uso é a possibilidade de desenvolver o estudo de caso sob o olhar sociotécnico, ou seja, o social e o técnico não são vistos como dicotômicos, mas como relação. A TAR possibilita ainda conceber o Pronaf Mais Alimentos como uma grande rede que envolve diversos atores, dentre os quais alguns são mais visíveis e outros menos visíveis “porque não é possível realça-los ao mesmo tempo, já que são numerosos demais e fazem parte de maquinarias complicadas, que se tornam invisíveis em certos momentos quando cumprem um papel de intermediários” (BONAMIGO, 2012, p.3). Na rede do Pronaf Mais Alimentos de imediato, de forma geral, podem ser identificados alguns atores como: o governo (que se desdobra em outras redes)<sup>1</sup>, os agentes financeiros, a assistência técnica, os agricultores familiares, as máquinas, equipamentos e edificações e a produção em si. Como não há ponto de central de entrada na rede, neste estudo preferiu-se eleger como ponto de acesso o agricultor familiar. Este ator, que é foco do Programa, está conectado aos demais atores envolvidos no processo, como: entidades

---

<sup>1</sup> A estrutura rede pode ser pensada também como uma rede de redes.

financeiras que concedem o crédito; o Governo Federal que formula a política pública e dita as diretrizes do programa; as máquinas e equipamentos utilizados na propriedade; a produção em si; a cooperativa para qual vende sua produção e a Assistência Técnica (ATER). Nessa forma de análise, buscou-se observar a movimentação do conjunto, ou seja, da rede, sem interferência de ordem ou importância.

Para Latour (1992), a movimentação dos atores produz efeitos na configuração da estrutura organizacional da rede. Esta configuração e reconfiguração da rede, conforme apontado por Latour (1992, p. 174), pode acontecer [...] “por meio do processo de tradução, ou seja, alguns atores conseguem traduzir os interesses diferentes de outros atores, tornando-os comuns”. Tornou-se assim possível a investigação das formas de agenciamento na rede. Outro ponto importante foi o estudo das inscrições deixadas pelos atores na rede, compreendidas como a capacidade de uma entidade materializar num signo, documento ou informações em um pedaço de papel, que produzem novas articulações entre alguns atores (LATOURE, 1992).

É importante ressaltar que a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças e movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Uma rede de atores não é redutível a um ator sozinho; nem a uma rede. Ela é composta de séries heterogêneas de elementos, animados e inanimados conectados, agenciados. Por um lado, a rede de atores deve ser diferenciada dos tradicionais atores da sociologia, uma categoria que exclui qualquer componente não-humano. Por outro lado, a rede também não pode ser confundida com um tipo de vínculo que liga de modo previsível elementos estáveis e perfeitamente definidos, porque [...] “as entidades das quais ela é composta, sejam elas naturais, sejam sociais, podem a qualquer momento redefinir sua identidade e suas mútuas relações, trazendo novos elementos para a rede” (MORAES, 2004, p. 322).

Latour (1992) conceitua ator como qualquer pessoa ou coisa que tenha agência, que produza efeito na rede. “Uma das inovações da noção de rede composta pela Teoria Ator-Rede, denominada de rede sociotécnica, é a possibilidade de concepção dos não-humanos como atores, nas redes” (BONAMIGO, 2007, p.2). Um ator não-humano, na visão de Latour (2001), pode ser considerado qualquer objeto inanimado, documentos ou outros dispositivos, os quais podem se relacionar entre si ou com um ator humano.

Segundo a TAR, uma rede é composta por diversos nós, compreendidos como os pontos de encontro entre os atores da rede. Qualquer ponto pode ser considerado como central na análise da rede.

Todos os elementos estão interconectados, e alguns se destacam por conseguir traduzir os interesses dos demais, alterando a sua configuração. Nos termos propostos pela TAR, a dimensão espacial deixa de ser tratada como uma moldura, no interior da qual se desenvolve a ação social. “A ação das redes constrói também o espaço, que passa a ser compreendido, cada vez mais, como um espaço político – componente estratégico na produção, reprodução e transformação de distintas formas de ordenamento da realidade” (SCHMITT, 2011, p. 96).

Para compreender a realidade do Pronaf Mais Alimentos e alcançar os objetivos propostos na pesquisa, seguiu-se algumas pistas propostas por Bonamigo (2013), com base em Pedro (2008), para estudar uma rede constituída por uma política pública: 1) encontrar uma porta de entrada e de alguma forma participar da dinâmica da rede; 2) identificar porta-vozes ou atores que falem pela rede, incluído aqueles com vozes discordantes; 3) acessar os dispositivos de inscrição; 4) mapear as relações que se estabelecem entre os diversos atores, os nós da rede e as traduções implicadas nas ações.

A fim de alcançar os objetivos específicos primeiramente a pesquisa tomou como porta de entrada da rede do Pronaf os agentes de crédito, com intuito de levantar o montante financeiro e o número de contratos firmados na microrregião de Pinhalzinho. A partir desta análise, foi possível identificar algumas das concentrações de investimentos, observando questões relacionadas a diversificação da produção agrícola e agropecuária. Também, a fim de construir da rede do Mais Alimentos, com conexão aos atores financeiros, se discutiram comparando os desempenhos dos diversos atores. Nesta primeira etapa, a pesquisa foi de carácter mais quantitativo, descrevendo os dados e os analisando sob a luz de referenciais escolhidos.

A segunda etapa da pesquisa buscou identificar os atores envolvidos e com tradução na rede do Pronaf Mais Alimentos. Seguindo o critério proposto pela TAR, considerou-se atores não somente humanos, mas também não humanos, como documentos, máquinas, equipamentos e a produção em si. Evidente que foram destacados, principalmente, os atores com maior agência. Esta etapa da pesquisa concentrou maior esforço na caracterização do território e reconhecimento dos atores envolvidos na rede. O levantamento de informações se deu por meio da pesquisa de campo e documental.

A terceira etapa da pesquisa teve carácter qualitativo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas – entre agosto e dezembro de 2013 - com a participação de nove agricultores familiares residentes nos municípios de Pinhalzinho (cinco propriedades),

Saudades (duas propriedades), Modelo (uma propriedade) e Bom Jesus do Oeste (uma propriedade). Os entrevistados foram escolhidos com base na indicação dos agentes financeiros, Epagri, sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (Sintraf), Cooperitaipu que compôs uma lista de agricultores com financiamento no Mais Alimentos. Dessa lista foram selecionados agricultores que realizaram investimentos nos setores agrícola e agropecuário. Destes nomes a escolha da propriedade foi feita de maneira aleatória. Após a realização das entrevistas, percebeu-se a necessidade de classificar os agricultores por renda, acesso a crédito e quantidade de terra. Assim, utilizou-se a proposta de Marafon (2006), embasado no relatório da FAO (2000), considerado uma revisão/aprimoramento do estudo realizado em 1994, o qual contribuiu de maneira significativa para contextualizar e caracterizar agricultura e agricultor familiar.

**Tabela 1: classificação dos agricultores familiares**

<b>Consolidados</b>	São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 50 ha.
<b>Em transição</b>	São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 20 ha.
<b>Periféricos ou de subsistência</b>	A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente, tem dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha.

Fonte: MARAFON (2006) adaptado de FAO (2000)

Com base neste enquadramento, as nove propriedades selecionadas para este estudo compreendem: três de famílias de agricultores consolidados (F1AH; F2AH; F3AH); cinco de famílias de agricultores familiares em transição (F4AH, F5AH; F6AH, F7AH; F8AH); e uma de famílias de agricultores familiares periféricos ou de subsistência (F9AH). A esta classificação proposta por Marafon (2006), levou-se em consideração do espaço geográfico, pois há um entrevistado consolidado que possui uma área menor do que o proposto para enquadramento. O mesmo também foi evidenciado na situação da propriedade periférica, onde a família possui área maior de terra do proposto para enquadramento. Para categorização, utilizou-se os demais critérios, com ênfase, principalmente, na condição de acesso ao crédito.

Como se pode perceber, o número de propriedades distribuídas de acordo com a classificação de Marafon (2006) foi diferente ou desigual, porque foi realizada após a realização das entrevistas. Sem elas, não se teriam os dados de renda, tamanho da propriedade e possibilidade de acesso ao crédito, fatores cruciais para enquadramento na classificação.

Para fins de apresentação, os entrevistados foram identificados com as seguintes nomenclaturas: família um – agricultor homem (F1AH); família dois – agricultor homem (F2AH); família três – agricultor homem (F3AH); família quatro – agricultor homem (F4AH); família cinco – agricultor homem (F5AH); família seis – agricultor homem (F6AH); família sete – agricultor homem (F7AH); família oito – agricultor homem (F8AH); e, família nove – agricultor homem (F9AH). Nas propriedades das famílias F2, F5, F6, e F8 as entrevistas foram realizadas com a presença das esposas destes agricultores familiares, as quais foram identificadas como: família 2 – agricultora mulher (F2AM); família cinco – agricultora mulher (F5AM); família seis – agricultora mulher (F6AM); e, família oito – agricultora mulher (F8AM).

Destaca-se que este estudo respeitou as questões éticas envolvidas na pesquisa, conforme orienta o Comitê de Ética em Pesquisa da Unochapecó, processo pelo qual este trabalho foi submetido e aprovado. Ressalta-se também que os entrevistados concordaram com a realização deste estudo, assinando um Termo de Consentimento (em anexo), onde o pesquisador se comprometeu em manter os nomes e dados sob sigilo, somente utilizados para fins de pesquisa acadêmica.

A partir desta classificação buscou-se analisar o impacto do programa governamental e do crédito no interior das propriedades, observando questões relacionadas à qualidade de vida dos agricultores familiares e a interferência da política pública na dinâmica da propriedade da agricultura familiar. Nas entrevistas realizadas, foram coletados dados quantitativos e qualitativos, o entrecruzamento dos métodos permitiram aumentar a qualidade das informações obtidas e realizar descrições e discussões dos dados numéricos com as falas dos entrevistados, os quais foram analisados também com base em estudos anteriores realizados pela academia.

Somadas as coletas de dados nas propriedades da agricultura familiar da microrregião, também foram entrevistados um agente da assistência técnica da Cooperativa Regional Itaipu, identificado como ATER1, e um diretor de agroindústria, identificado como AGRO1, a fim de melhor compreender o funcionamento da rede sob o viés de outros atores.

Com relação ao instrumento de pesquisa, foram realizadas entrevistas compostas por um questionário com perguntas abertas e fechadas, subdividida em três partes. Na primeira, os entrevistados forneceram informações para identificação da família e da propriedade, descrevendo a propriedade, atividades desenvolvidas, renda obtida e o cotidiano na agricultura familiar. Na segunda, composta por questões mais abertas, os entrevistados versaram sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e sua experiência com a linha de crédito Mais Alimentos. Apontaram como foi o acesso ao crédito, o processo, critérios para tomada de decisão de investimento, incremento na produção a partir do investimento e impacto no cotidiano da propriedade depois do investimento. Por último, os entrevistados responderam questões sobre qualidade de vida, como: o que seria qualidade de vida no contexto da agricultura familiar; qual a expectativa da família sobre o aumento/diminuição da qualidade de vida; e a se o Pronaf Mais Alimentos pode promover melhoria nas condições de vida da família agricultora (ver Apêndice 1).

O método e procedimentos buscaram produzir uma descrição da rede do Mais Alimentos, em sua heterogeneidade, ouvindo as vozes de atores envolvidos com a política pública, principalmente no âmbito local.

### **3 A MICROREGIÃO DE PINHALZINHO E A REDE DE ATORES DO PRONAF MAIS ALIMENTOS**

A agricultura familiar é a base da economia primária catarinense. No espaço geográfico de 95.286,1 km<sup>2</sup>, que constitui a microrregião de Pinhalzinho, estão situadas, segundo Censo Agropecuário do IBGE (2006), 168.544 estabelecimentos enquadrados como de agricultura familiar. Em hectares (10.000 m<sup>2</sup>), o estado de Santa Catarina tem 6.040.134 ha, dos quais 2.645.088 são ocupados pela agricultura familiar. O restante (3.395.047 ha) é detido pela chamada agricultura patronal que possui 25.119 estabelecimentos rurais. Como se pode perceber, apesar da agricultura familiar deter o maior número de propriedades, esta categoria fica somente com 44% da área. Os outros 56% são ocupados pela agricultura patronal, que utiliza mão de obra assalariada, alta mecanização e maior dependência nas cadeias produtivas longas.

Um estudo da Epagri (2010), o qual contém um artigo publicado pelo pesquisador Lauro Mattei (UFSC), com base nos dados do Censo 2006, aponta que a produtividade da agricultura familiar é mais relevante. Do total 177.951 propriedades rurais, as 155.780 enquadradas nesta categoria produtiva foram responsáveis pela geração de 64% do Valor Bruto da Produção (VBP). Ou seja, a agricultura familiar corresponde, segundo dados do Censo 2006, com quase dois terços de toda produção de Santa Catarina. A Tabela 2 pormenoriza e apresenta a participação da agricultura familiar no total da produção no Estado.

**Tabela 2 - Participação da agricultura familiar no total da produção no Estado de Santa Catarina**

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário 2006

Produtos	Total de Santa Catarina		Total da agricultura familiar			
	Nº de estabelecimentos	Produção ou rebanho	Nº de estabelecimentos	% do total	Produção ou rebanho	% do total
Arroz <sup>1</sup>	8.030	846,4	6.959	87	539,9	64
Feijão <sup>1</sup>	43.090	185,2	38.884	90	135,9	73
Mandioca <sup>1</sup>	30.290	597,0	27.605	91	555,2	93
Milho <sup>1</sup>	105.586	4.110,2	94.712	90	3.145,5	77
Soja <sup>1</sup>	9.860	714,1	7.389	75	214,9	30
Trigo <sup>1</sup>	1.351	97,7	895	66	16,6	17
Bovinos <sup>2</sup>	147.338	3,1	129.254	88	2,0	65
Suínos <sup>2</sup>	82.324	6,6	73.715	90	4,4	67
Frangos <sup>2</sup>	111.362	216,4	99.996	90	146,7	68
Leite <sup>3</sup>	89.043	1.394,1	80.574	90	1,21	87

<sup>1</sup> Mil toneladas, <sup>2</sup> Milhões de cabeças e <sup>3</sup> Bilhão de litros

Como se percebe pelos dados levantados, a agricultura familiar se caracteriza pela possibilidade de diversificação de produção, somente perdendo, em termos de produtividade, para a grande propriedade no cultivo de trigo e soja. Observa-se que o milho, insumo básico para agropecuária, está presente em 90% das propriedades que produzem 77% da produção do estado. O mesmo se aplica a mandioca, na qual 93% da produção é oriunda da agricultura familiar. Quanto a criação de suínos e aves, atividades principalmente desenvolvidas no oeste Catarinense, os dados apontam que 90% das famílias rurais investem nestas atividades que contribuem, respectivamente, com 67% e 68% para a produção de Santa Catarina.

Analisa-se que a região oeste de Santa Catarina é privilegiada no que diz respeito: 1) as possibilidades de estudos na área rural; 2) a importância, do ponto de vista econômico, da produção primária na composição do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios; 3) a presença de cadeias produtivas curtas e longas, ambas movidas e dependentes da agricultura familiar, do ponto de vista social. A microrregião de Pinhalzinho também pode ser compreendida tendo em vista esse contexto.

Para este estudo, considera-se a como pertencentes a esta microrregião os municípios de Pinhalzinho, Saltinho, Bom Jesus do Oeste, Sul Brasil, Serra Alta, Modelo e Saudades. Todos abrangidos pela Cooperativa Regional Itaipu, a qual, por laços históricos do cooperativismo, criou vínculos de relação entre estes espaços territoriais, conectados principalmente por raízes histórico-emancipatórias. Como

por exemplo, Saudades, Modelo e Pinhalzinho foram criados em 1960, desmembrados de São Carlos. Já Bom Jesus do Oeste, Serra Alta e Sul Brasil foram emancipados de Modelo; e Saltinho, por sua vez, de Campo Erê. Bom Jesus do Oeste e Saltinho foram emancipados em 1995 e Serra Alta e Sul Brasil em 1989. A Figura 1 apresenta geograficamente a disposição geográfica dos municípios.



Figura 1: mapa da microrregião de Pinhalzinho.

Em termos populacionais, residem na região 41.537 pessoas. O município mais populoso é Pinhalzinho e o com menor número de habitantes é Bom Jesus do Oeste, com 2.132 hab (IBGE, 2010). O PIB desta microrregião, segundo dados do IBGE (2010) é de R\$ 744.785 mil. O município mais rico, sob este aspecto, continua Pinhalzinho, com R\$ 397.378 mil. Quanto a presença de pessoas no campo, a média

regional é de 46,28%. Pinhalzinho é o município que possui menos pessoas no campo (16% da população). Já o maior percentual de população no campo está em Saltinho que possui 68% das pessoas no campo (IBGE, 2010)

Segundo dados do IBGE (2010), Saudades é o município que detém o maior número de propriedade rurais (1097), seguido por Saltinho (684), Pinhalzinho (682), Sul Brasil (570), Serra Alta (515), Modelo (385) e Bom Jesus do Oeste (362). Quanto a Saudades este número pode ser explicado pela extensão territorial (205 km<sup>2</sup>) e percentual de população residente na área rural (43%).

Quanto as atividades agrícolas e agropecuárias presentes neste conjunto de municípios, pertencentes a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha<sup>2</sup> e integradas à Cooperitaipu, conforme os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), destacam-se, com maior viés mercadológico, a produção de aves, suínos, leite, milho, feijão e soja. Porém, percebe-se de forma marcante o cultivo de outras culturas para subsistência, no formato de cadeias curtas, mais horizontalizadas, as quais são incentivadas pelas Secretarias Municipais de Agricultura, através de feiras livre ou convênios com instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural, como a Epagri, por exemplo, e forte tendência a agroindustrialização.

Nesse sentido, a microrregião de Pinhalzinho pode ser compreendida pela noção de território, a partir de Santos (2002), a qual contrapõe-se a noção de espaço, compreendido somente como meio físico. Com base nas ideias de Raffestin e Lefebvre, o autor não considera território um sítio fechado, mas sim fruto de uma construção social, coletiva e contraditória, onde [...] “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico” (SANTOS, 2002, p.82). Dentro desse contexto, o oeste catarinense pode ser visto como um território privilegiado. Além da afinidade histórico-cultural, a região tem características sociais e econômicas muito parecidas nos seus 117 municípios pertencentes, que, juntos, ocupam 25.215 km<sup>2</sup> ou 26% da área do Estado de Santa Catarina (SPG, 2012).

Como se observa, foi principalmente no terceiro momento da formação histórica do oeste catarinense que o mercado e as políticas

---

<sup>2</sup> As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) foram criadas em 2003 pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de implantar o modelo de gestão descentralizada, numa tentativa de aproximar as ações do governo da população, qual está representada no Conselho de Desenvolvimento Regional.

desenvolvimentistas capitalistas foram mais difundidas na região. É importante também considerar o período vivido nacionalmente, com o advento do Milagre Econômico, cujo ponto máximo se deu no Governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), no qual o crescimento econômico atingiu patamares históricos, porém o próprio presidente reconheceu em dada circunstância que o “Brasil vai bem, mas o povo vai mal”.

Com relação aos territórios rurais, Wanderley (2000) debruça-se a caracteriza-los, a partir de diversas metodologias, onde muitas dão mais ênfase ao espaço geográfico-demográfico e outras ao social. A autora acrescenta a importância da integração da sociedade com a qual está inserida, inclusive por suas características históricas. Citando, Marc-Urban Proulx (1997), Wanderley escreve:

O território aparece, assim, como o receptáculo da memória coletiva dos indivíduos, das famílias, dos clãs, das tribos, das organizações e das comunidades. Esta herança deve servir de base ao analista, porque não se pode compreender a situação atual de um território sem se referir a seu passado e não se pode compreender a realidade atual de um país sem se referir ao passado de seus territórios (PROUXL, 1997, apud, WANDERLEY, 2000, p. 117)

A partir desta visão, incluiu-se para discussão um novo conceito: o desenvolvimento territorial que compreenda a valorização do patrimônio material e imaterial do território. “Mediante esta valorização, será possível reafirmar uma identidade local que, longe de significar o reforço de particularismos xenófobos, pode constituir um alicerce sólido para a construção de um projeto local de vida social” (WANDERLEY, 2000, p.117). É neste sentido que as políticas públicas devem interferir, como projetos coletivos e integrados, sendo [...] “resultante da convergência, no plano local, das demandas e iniciativas locais e dos grandes projetos nacionais e supranacionais” (WANDERLEY, 2000, p.117).

[...] desta forma, o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano, no qual as particularidades de cada um não são anuladas; ao contrário, são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto da afirmação dos interesses específicos dos diversos atores sociais em confronto. O que resulta desta aproximação é a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades (WANDERLEY, 2000, p.118).

Depois de apresentar minimamente algumas características da microrregião e estabelecer um marco teórico, com vistas a entender como o Pronaf Mais Alimentos se insere no contexto do desenvolvimento rural e territorial – que será discutido no próximo capítulo -, identifica-se os principais atores que compõe as redes sociotécnicas presentes na microrregião de Pinhalzinho. Com base nos princípios da TAR, não há um ponto específico ‘de entrada’ para análise da rede. Desse modo serão apresentados primeiramente os agentes de crédito, os quais estão interligados a duas redes: uma mais longa, de abrangência nacional e outra mais curta, de relações com atores da região, mais próximos geograficamente do agricultor familiar, que é o foco das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Na microrregião de Pinhalzinho, estão presentes, com agências físicas instaladas, três cooperativas de crédito e bancos convencionais, a saber: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco. Dos bancos públicos, o primeiro a se instalar em Pinhalzinho – o qual está presente em todos os municípios, principalmente depois da incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) – foi o Banco do Brasil, em 1977. O objetivo era claro: fortalecer o crédito numa região fortemente marcada pela agricultura. O BB, por muitos anos, ficou como o principal agente de liberação de financiamentos agrícolas, fortemente vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). À CEF coube a incumbência de ater-se ao crédito urbano, com destaque para habitação. Hoje, ambas instituições operam linhas para habitação e, mais recentemente, a CEF voltou-se para a agricultura. Quanto ao número de agências, o BB conta com maior número, com postos de atendimento e agências incorporados do antigo BESC instalados em todos os sete municípios de sua abrangência.

Em 1986, com vistas a facilitar o acesso ao crédito pelos agricultores, principalmente aos associados à Cooperativa Regional

Itaipu, surge o Sicoob-Creditaipu, incluindo-se a rede dos agentes financeiros atuantes no território. À época o principal desafio era desburocratizar o processo da obtenção do crédito e criar um capital social entre os associados da cooperativa, com vínculos de confiança. Em princípio, a cooperativa iniciou com 25 sócios fundadores e, atualmente, conta com 15.816 associados, nos municípios de Pinhalzinho, Saudades, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Bom Jesus do Oeste e Saltinho. Em todos, há postos de atendimento da instituição.

Depois da Creditaipu, surge, em 2005, o sistema Cressol, a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária, também com foco voltado ao agricultor familiar, conectando-se a outra rede: dos produtores com maior afinidade ao sistema Fetraf<sup>3</sup>, os quais, muitos deles, não são associados à cooperativa de produção, Cooperitaipu. A Cressol - Pinhalzinho atua nos mesmos municípios da Creditaipu e conta com 2.044 associados.

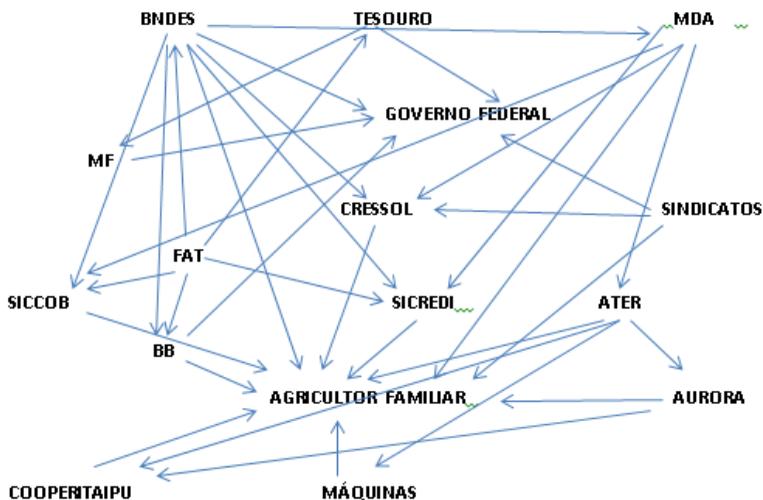
A mais recente cooperativa de crédito instalada no território é o Sicredi Alto-Uruguai, nascida no município de Rodeio Bonito (RS), em 1981, iniciada por 20 sócios fundadores, todos do município sede. Em 2009, a cooperativa de crédito se instalou em Pinhalzinho, dando continuidade a um processo de expansão iniciado em 2007, com a alteração de nomenclatura, passando a ser de livre admissão, permitindo o aumento da área de ação e do número de sócios, contemplando também pessoas físicas e jurídicas do meio-urbano. O mesmo processo também aconteceu com o Sicoob-Creditaipu, tendo como resultado efeitos similares. Dentre os bancos privados, o mais recente instalado na microrregião é o Bradesco, com maior destaque no atendimento ao público urbano, apesar de operar com certezas de crédito agrícola.

Ao analisar-se a rede, pode-se perceber que tanto as cooperativas de crédito, quanto as instituições tradicionais conectam-se pelo vínculo com outros atores, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual está relacionado ao Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Governo Federal. É através do

---

<sup>3</sup> A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul foi criada no dia 28 de março de 2001, em Chapecó, com objetivo, segundo seu site ([www.fetraf.sul.org.br](http://www.fetraf.sul.org.br)) de aumentar a representatividade da agricultura familiar, apontando projetos alternativos de desenvolvimento, além de implantar um novo modelo de sindicalismo classista, massivo, propositivo e democrático. A Fetraf hoje conta 93 sindicatos filiados, representados municipalmente pela denominação Sintraf – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, cuja instância está presente em Pinhalzinho, com abrangência na sede, Nova Erechim, Saudades, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Saltinho e Bom Jesus do Oeste.

BNDES que muitos dos recursos utilizados no Mais Alimentos, contratados via os agentes financeiros, chegam aos agricultores familiares. Além desta fonte de recursos, como se apresentará mais adiante, há outros financiadores da política pública, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e recursos obrigatórios das próprias instituições de crédito.



Fonte: autor com base na pesquisa de campo

Como percebido, o setor cooperativista de crédito é consolidado no território. Um dos atores que sustenta a rede é a Cooperativa Regional Itaipu, criada em 26 de abril de 1969. O principal objetivo, como cooperativa de produção, era facilitar a venda de produtos agrícolas e compra de insumos, num cenário de modernização da agricultura, vivida principalmente na região nesta mesma época, com a criação de outros empreendimentos agroindustriais. A Regional Itaipu é fruto da união com a Cooperativa Mista Modelense, a qual permitiu a incorporação de um novo território, que mais tarde, pelo movimento emancipalista, desmembraria Serra Alta e Sul Brasil.

A análise da rede mostra que a cooperativa de produção está vinculada aos agentes de crédito, agentes de assistência técnica, privados ou públicos, como a Epagri, e também ao mercado, representado pelas agroindústrias. No caso da Itaipu, o vínculo se dá diretamente à Aurora Alimentos, a qual é sócia e criada pela união de 13 cooperativas de produção atuantes no oeste catarinense e noroeste do

Rio Grande do Sul. É através da cooperativa de produção, agroindústria ou agentes de crédito que o agricultor familiar passa a integrar outra rede, mais ampla, com abrangência nacional e internacional, desde a captação do crédito - o qual é ofertado pelas instituições financeiras que, muitas vezes, obtém o dinheiro no mercado financeiro – até a venda da produção. Hoje, a ave e o suíno produzidos na microrregião são exportados para diversos países, dentre os cinco principais, Japão, Arábia Saudita, Holanda e Emirados Árabes (EPAGRI, 2014). Da mesma forma o suíno que é exportado, principalmente, com base no ano de 2013, para Ucrânia, Rússia, Hong Kong, Angola e Argentina (EPAGRI, 2014).

Como política pública, o Pronaf Mais Alimentos vincula-se a duas redes: uma nacional, vinculada a atender demandas da agricultura familiar brasileira e outra internacional, abrangendo principalmente países do continente africano, como Zimbábue e Gana, além do Mais Alimentos Cuba. O programa internacional, instituído em 2010, funciona nos mesmos moldes do nacional, com o detalhes dos equipamentos a serem adquiridos pelos agricultores dos países conveniados serem brasileiros, os quais fazem cadastro junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que empresta o dinheiro para o país destino, com juros subsidiados. “A ideia é que estes países possam produzir mais e melhor, e tornarem-se clientes regulares da tecnologia agrícola brasileira” (MDA, 2014, não paginado).

As agroindústrias que vinculam os agricultores ao mercado internacional contribuem para compreender a rede do programa governamental. Elas transportam até os agricultores a visão da gestão empresarial, baseada no aumento da produtividade, redução de custos e ganhos em escala.

Ainda, os agricultores familiares também se conectam a outra rede, a dos produtores de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agropecuários, voltados ao segmento do agronegócio. Assim, a profissionalização da produção passa a ser uma exigência, pois para atender as demandas do mercado e manter-se na atividade surge, somada a escassez de mão de obra, a necessidade da inclusão de novas tecnologias a fim de proporcionar ganhos marginais, com a diluição de custos no aumento da produtividade.

Neste cenário, as implementação do Mais Alimentos, em junção aos interesses economicistas do Governo Federal e ministérios, fortaleceu os atores que se vinculam ao mercado, principalmente os produtores de tecnologia e agroindústrias que agregam valor ao produto da agricultura familiar, resultando em lucros. Portanto, com base nesta

hipótese, a política pública pode ser considerada uma ferramenta anti-crise dado o contexto em que foi criada: no auge da crise econômica iniciada em 2007 com ápice em 2008. O governo federal, neste contexto, utilizando-se da teoria anti-cíclica, percebeu a importância da demanda interna para o crescimento econômico e aumentou sua participação na liberação de crédito em diversos setores, dentre eles a agricultura, com a criação do Mais Alimentos. Por esta lógica, o mesmo dinheiro que beneficiou ao agricultor familiar com financiamento, também trouxe aumento de demanda às empresas nacionais e internacionais de máquinas, equipamentos, implementos e insumos. Poderia se ir além e questionar, dado esta realidade se o objetivo foi fomentar a agricultura ou gerar empregos e a manutenção de negócios no meio urbano?

A partir desse contexto, com base nas observações via TAR, percebe-se a microrregião de Pinhalzinho comporta diversos atores que se conectam a várias redes. O agricultor familiar, antes vinculado a redes menores, a partir do contato e relações com o cooperativismo, crédito e agroindústrias passa a se conectar e torna-se agente de uma rede internacional, na qual seu produto passa a ser consumido em diversos países e não somente nos territórios locais, regional e nacional. Principalmente, a partir da exportação da proteína animal, via atores com agência internacional, a dinâmica da propriedade se altera, sofre modificações no modo de gerenciamento da produção, atrelando o agricultor familiar às normas do mercado.

## 4 O PRONAF COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

### 4.1 O conceito de desenvolvimento rural

A palavra desenvolvimento é vocábulo de uso frequente nos mais variados tipos de discursos, enunciados com os mais diversos vieses e, por óbvio, com conotação sempre positiva. Evidência, como apontado por vários pesquisadores (SEHN, 2000; ESTEVA, 2000; DALABRIDA, 2010), uma tendência evolucionista. Uma concepção que busca quase passar do primitivo, arcaico, para o moderno e evoluído, que propicia nova circunstância de vida ou de produção. De fato, esta tendência de discurso já está enraizada na sociedade e, muitas vezes, utilizada em contextos inadequados ou para expressar um modo de vida padronizado que não respeita as condições particulares de cada forma de sociedade, provocando, na prática, a exclusão de muitos segmentos sociais ou pessoas.

O viés evolucionista é bem explorado por Esteva (2000), quando de forma contundente explora o tom dominador da palavra desenvolvimento. O autor traz para reflexão a começar a tendência evolucionista do termo quando cita Darwin e Wolf, ambos da biologia, que deram a palavra o sentido de transformação ou o momento no qual quando os seres atingem seu máximo do potencial genético. Este sentido de “evolução”, logo foi transferido para esfera social, quando [...] “o fundador da história social, o conservador Jesus Moser, começa a empregar a palavra *Entwicklung* para designar um processo gradual de mudança social” (ESTEVA, 2000, p.62). Nesse sentido, [...] “o desenvolvimento histórico seria a continuação do desenvolvimento natural” [...] (ESTEVA, 2000, p.62).

A fase do desenvolvimento histórico foi sucedida pelo modelo do autodesenvolvimento, embasado principalmente nas obras de Marx e Engels. Apesar de ambos proporem um estudo ou um novo modelo de produção, logo seu sentido de desenvolvimento foi usurpado de sua designação inicial para tornar-se uma arma no discurso da classe dominante da época. Como escreveu Esteva (2000, p.63): “Converteu a história em um programa: um destino necessário e inevitável. O modo

de produção industrial, que era nada mais que uma entre as muitas formas de vida social, tornou-se por definição o estágio final de um caminho unilinear para evolução social”. Portanto, todo o sentido de desenvolvimento que é tomado no discurso hoje parte do viés ou dos modelos capitalistas de vida, baseado no acúmulo e produção, no qual a propriedade privada predomina sobre o coletivo, o que torna o termo evolução como um conjunto de conceitos relacionados à obtenção de capital que, em tese, proporcionaria qualidade de vida. Evidentemente, tomando o termo “qualidade de vida” como pressuposto no mesmo sentido da análise do discurso capitalista, relacionado a conquistas materiais. Entretanto, se considerarmos “qualidade de vida” como as “circunstâncias de vida de uma determinada população e à forma como estas circunstâncias são percebidas por esta mesma população” (SCHNEIDER et al., 2006, p. 52-53), esta significação se torna vazia.

No mundo ocidental, este modelo de desenvolvimento, baseado no capitalismo, foi amplamente difundido principalmente depois da II Guerra Mundial pelos Estados Unidos. Esteva (2000) resgata inclusive o dia 20 de janeiro de 1949, quando o ex-presidente norte-americano, Harry Truman (1945-1953), em seu discurso de posse, utilizou o termo subdesenvolvido. Ou seja, naquele dia dois terços do mundo passou a ser considerado atrasado ou deficiente sob o olhar americano e os países desenvolvidos precisavam fazer algo a respeito. “Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma realidade que os diminui e os envia para o fim da fila” [...] (ESTEVA, 2000, p. 60).

Evidente que os chamados desenvolvidos teriam interesse implantar com ainda mais força o sistema que lhes foi construído desde os Séculos XVII e XVIII, quando da revolução industrial, a qual, a partir dela, alterou todo o modo de vida principalmente da sociedade ocidental. E, na prática, o fim da II Grande Guerra representou para os Estados Unidos e sua Doutrina Truman uma grande oportunidade para alavancar sua liderança mundial. O discurso sobre a necessidade de ser desenvolver os subdesenvolvidos se alastrou rapidamente, inclusive incorporado pela Organização das Nações Unidas (ESTEVA, 2000). Ao analisar esta fase do pensamento do desenvolvimento, Stavenhagen (1984, p. 15) é contundente: [...] “subdesenvolvimento não significava mais ser atrasado, mas sim ser dependente e explorado”. Neste sentido, muda-se o paradigma que parte de um conceito linear para um relacional. A solução, observada na década de 70, seriam mudanças nos

padrões de comércio internacional, com transferências de tecnologias (STAVENHAGEN, 1984).

Esta visão também foi transportada para a agricultura, inclusive no Brasil que desde a Era Vargas mantinha relações estreitas com o modelo capitalista norte-americano. Em 1960, segundo o IBGE (2010), 38.987.526 habitantes ainda estavam no meio rural. Dado o quadro, surgia a necessidade de desenvolver o meio rural, com a introdução de tecnologias, sejam máquinas ou insumos. Este processo foi denominado Revolução Verde, o qual mercantilizou a vida social [...] “quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura havia experimentado” (NAVARRO, 2001, p. 84).

A proposta da Revolução Verde era concebida nos mesmos moldes do pensamento desenvolvimentista mundial, o qual preconizava que aumentos de produtividade – produção em escala- contribuiriam para a diminuição da pobreza mundial e redução da fome no mundo, fato que ainda assombra o planeta, em vários hemisférios, principalmente o africano. Era a integração aos mercados, com a produção de excedentes para a exportação uma das soluções apresentadas para alavancar a economia nacional.

Em termos de análise, Navarro (2001) levanta uma série de conceituações acerca do “desenvolvimento rural”, o qual compreende outros conceitos, como desenvolvimento agrícola ou agropecuário e agrário. O desenvolvimento agrícola está mais relacionados às condições de produção, com vistas ao aumento da produção. Sua visão é economicista no sentido da melhor forma de administrar os recursos escassos em prol da rentabilidade. Já o conceito de desenvolvimento agrário engloba, além da noção anterior, questões relacionadas às condições de vida rural. Sua interpretação tem maior foco sociológico, porque [...] “refere-se a interpretações acerca do mundo rural em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões e não apenas a estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo” (NAVARRO, 2001, p. 86). Navarro (2001) salienta que a noção de desenvolvimento agrário é preferida na academia para estudos com enfoque estruturalistas, muitas vezes preocupados em entender os processos através de sua construção histórica, embasados na análise marxista.

A noção de desenvolvimento rural, conforme Navarro (2001, p. 88), diferencia-se das anteriores porque [...] “trata de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural”. Para provocar tal mudança destaca-se

a participação ativa do Estado como indutor, proponente ou executor de políticas públicas voltadas à categoria social.

Quando analisadas em contextos mais recentes, vários modelos de desenvolvimento foram criados e, até mesmo, adotados em vários países de acordo com a situação econômica – inclui-se aqui também a noção de desenvolvimento sustentável, a qual pode ser considerada mais um desdobramento do conceito anterior, somente incorporada a visão da equidade social e responsabilidade ambiental. Neste cenário, Dallabrida (2010) apresenta algumas propostas, especialmente sobre desenvolvimento local, regional e territorial. Para este autor, o desenvolvimento local refere-se a [...] “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e assentamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria na qualidade de vida da população” (DALLABRIDA, 2010, p.111). O autor define o desenvolvimento regional como [...] “um processo de mudanças sociais econômicas que ocorrem numa determinada região” (p.111).

Ainda, Dallabrida (2010, p. 111) concebe desenvolvimento territorial como “um processo de mudança estrutural compreendido por uma sociedade organizada territorialmente, capaz de promover a dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população”. É importante lembrar que o conceito de território, segundo Haesbaert (2011), pode ser dividido em três vertentes básicas: política, na qual o território é visto a partir de um espaço de poder e suas interrelações; cultural: prioriza a visão simbólica e subjetiva do território, entendido como uma apropriação de um grupo em relação ao seu espaço de vida; e, por último, econômica que [...] “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas [...]” (HAESBAERT, 2011, p.91). Destas três correntes, a mais difundida é a primeira.

Schneider e Freitas (2013), Sen (2000), Sen e Nussbaum (1996) ressaltam que por anos as concepções de crescimento e desenvolvimento eram tratadas praticamente como sinônimas, onde a primeira levava à segunda. Esta forma de análise, na opinião dos autores, era fruto da lógica desenvolvimentista das décadas de 70 e 80. Veiga (2006) observa que até a década de 60 era pequena a necessidade de separar tais conceitos, pois poucos países estavam enriquecidos, por isso a necessidade do desenvolvimento ser endógeno, com intervenção social, através de políticas públicas.

Outros fatores que precisam ser relacionados é qualidade de vida e desenvolvimento. Partindo da lógica de Sen e Nussbaum (1996), ambas andam na mesma direção: [...] “o desenvolvimento é um processo de mudança social que, do ponto de vista prático e fenomenológico

implica em melhoria das condições e qualidade de vida, por um lado, e redução ou alteração das condições de vulnerabilidade, por outro (SCHNEIDER; FREITAS, 2013, p.123). Em outras palavras, interpretando a visão dos autores, o desenvolvimento somente aconteceria quando a sociedade em questão obtivesse liberdade de escolha e à sua disposição meios para alcançar os objetivos propostos.

Portanto, [...] “entender o desenvolvimento é mais do que uma análise das condições de renda dos indivíduos, mas uma abordagem integral que observa os funcionamentos e as capacitações dos indivíduos e como estes conseguem melhorar sua qualidade de vida” (SCHNEIDER; FREITAS, 2013, p. 126). Sen e Nussbaum (1996) definem como funcionamentos as dinâmicas e os efeitos provocados na sociedade em questão; e como capacitações as dotações instrumentais para esta intervenção, de modo que seus integrantes possam ser livres para fazerem suas escolhas. Em outras palavras, os conceitos poderiam ser explicados como a necessidade de se levar em consideração num determinado contexto de intervenção do processo de desenvolvimento a forma de organização social e cultural da população a ser abrangida, além de suas capacidades próprias para atingir os objetivos propostos.

É importante citar que o desenvolvimento, apesar de não se resumir ao campo econômico, também traz benefícios a este, porque aumenta a capacidade produtiva das pessoas, através da educação e do crescimento econômico tornando-se de base compartilhada (SEN, 2000). Em relação a qualidade de vida, ainda não chegou-se a um instrumento/modelo ideal de verificação /medição prática, por envolver inúmeras variáveis. Schneider e Freitas (2013) citam algumas experiências neste sentido e também elaboram uma proposição com bases objetivas e subjetivas, conforme é apresentado na tabela 3

**Tabela 3: dimensões da vida versus capitais**

<b>Dimensões da Vida</b>	<b>Capitais</b>	<b>Indicadores Objetivos</b>	<b>Indicadores Subjetivos – percepção</b>
Necessidades Materiais	Capital Físico	Meios de transporte; segurança de vida e de propriedade; tecnologia;	Sentimentos/sensações subjetivas de satisfação/insatisfação com tais condições.
Capital Financeiro		Condições financeiras: recursos econômicos (renda e riqueza, propriedade).	
Necessidades Sociais	Capital Social	Medidas objetivas de relações interpessoais: Família, recreação e cultura; recursos políticos (interesse e participação), participação e interação comunitária.	Sentimentos subjetivos sobre as relações sociais — Felicidade-infelicidade
Necessidades de Crescimento Pessoal	Capital Humano	Condições de saúde e acesso a cuidados médicos; educação; condições de trabalho e emprego	Sentimentos subjetivos de alienação, crescimento pessoal, meio ambiente, cuidados com saúde, infraestrutura e condições de trabalho.
	Capital Natural	Condições ambientais; conservação da fauna, flora, solo, nascentes e cursos d'água.	

Fonte: SCHNEIDER; FREITAS, 2013, p. 137)

Ao se analisar a proposta dos autores, observa-se que a proposição é fundamentada das noções de Capital (físico, social, humano e natural) de Frank Ellis e uma mescla os conceitos apresentados por Herculano et al. (2000), na qual a qualidade de vida é [...]

a soma das condições econômicas, políticas, ambientais, científicas, culturais que estão ao alcance dos indivíduos e que, a partir destes recursos, seja possível a realização dos desejos. Ou seja, a noção de QV não está somente naquilo que as pessoas podem adquirir, mas no que elas entendem e equacionam como melhoria de sua vida. (SCHNEIDER; FREITAS, 2013, p. 134).

Alcançar o desenvolvimento, com melhoria da qualidade de vida, no Brasil é um desafio. Navarro (2001) observa que o primeiro deles é a grande heterogeneidade das atividades rurais, as quais sofrem de formas diferentes as interferências da tecnologia e da informação. Basta comparar as realidades da agricultura familiar do Nordeste e do Sul do País. Nas palavras do autor, a principal dificuldade neste sentido é a falta de integração econômica e a precarização das relações sociais e políticas que geram padrões de institucionalidade insatisfatórios, [...] “frutos de processos políticos que Martins (1994) apropriadamente chamou de poder do atraso” (NAVARRO, 2000, p. 91). Em outras palavras, o poder do atraso poderia ser entendido como a subordinação clientelística das relações mesmo com melhorias significativas dos padrões econômicos e tecnológicos.

A intervenção governamental como promotor e estrategista de desenvolvimento rural é fundamental. Tanto Balsan (2006), Schneider e Freitas (2013), quanto Navarro (2000) acreditam que é necessário o reconhecimento dos diversos estilos de agricultura, principalmente depois daquilo que Graziano da Silva (1997, p.1) denominou de novo rural brasileiro, compreendido [...] “um “continuum “ do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária”. Na prática, significa dizer que temos diversos tipos de ruralidades, correspondentes a representação de diversas dinâmicas que atravessam campo e cidade, contrapondo a visão dicotômica e ultrapassada do conceito, onde ambas eram espaços sociais e físicos separados, com relações antagônicas, na qual o urbano seria melhor do que o rural.

Neste sentido, o meio rural seria ultrapassado e velho e o espaço urbano progressista e mais desenvolvido (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012). Nas palavras de Wanderlei (2000, p. 88), “o rural não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma”.

Desta forma, ações voltadas ao desenvolvimento rural requerem, é fato, que as representações políticas construídas pelas famílias rurais sejam presentes e ativas (a organização), mas também considerem o significado da heterogeneidade nas práticas agrícolas (e a decorrente organização da agricultura). Igualmente, afirmam corretamente os resultados dos processos de mercantilização e incorporação institucional verificados no Brasil no período mais recente, que determinaram processos de trabalho e estratégias das famílias rurais extremamente distintas, quando comparadas as regiões (NAVARRO, 2000, p. 97).

#### **4.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e desenvolvimento rural**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar pode ser um indutor do desenvolvimento rural. Criado em 1994, o Pronaf é considerado um aprimoramento do Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar (Provap), fruto de grande mobilização e pressão social, principalmente no fim da década de 80 e início da década de 90.

Dentre os claros objetivos do programa está o desenvolvimento rural, através de suas várias linhas de crédito o agricultor familiar poderia investir em várias atividades agrícolas e agropecuárias, inclusive com investimentos na produção orgânica, o que vai ao encontro das propostas de diversos autores (SCHNEIDER, 2010, SCHNEIDER; FREITAS, 2013; NAVARRO, 2000; BALSAN, 2006) como sendo o caminho a diversificação das atividades na propriedade. O problema constatado, por alguns autores da linha ecológica, é o viés produtivista do Pronaf, conforme já observado nos estudos de Mera e Didonet (2010) e Vargas, Dorneles e Hillig (2011). Estes trabalhos, dentre outros aspectos, ressaltam que as principais linhas acessadas pelos agricultores familiares não incentivam a produção agroecológica, por exemplo, a qual pode ser considerada uma alternativa ao sistema verticalizado

proposto pelo sistema agroindustrial da região, fortemente atrelado aos mercados internacional que prima, dentre outros, por produtos homogêneos, fabricados em larga escala e forte visão na redução de custos para aumentar sua competitividade.

Em contraposição ao sistema de produção vertical, há o horizontal, o qual dissemina uma relação mais próxima do mercado consumidor e propõe, de certa forma, um modelo mais solidário de desenvolvimento, especialmente o rural. A vocação do oeste catarinense para agricultura e a presente cultura de aprendizado são fatores que podem colaborar para a implementação, consolidação e fortalecimento desse sistema. Por isso, este território pode ser considerado inovador, porque é capaz de “[...] de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos desafios que se lhe (sic) apresentam em cada momento da história” (DALLABRIDA, 2010, p.122). Então, em relação às duas formas de produção vistas na região, pode-se dizer que a primeira (vertical) está consolidada, porém em constante mutação, pois está sujeita às regras do mercado, enquanto a segunda está em fase de construção, devido a esta capacidade de inovação e adaptação (MIOR, 2005).

Acerca desse tema, Abramovay (2010) reconhece a importância do sistema agroindustrial para a produção de renda na agricultura familiar, porque esta oferece a estabilidade necessária para manutenção da propriedade e condições de acesso ao crédito. Evidente que, ao se analisar o caso do oeste de Santa Catarina e a microrregião de Pinhalzinho, outros problemas são criados atrelando à ele novas preocupações. Um dos exemplos está no impacto ambiental da criação de aves e suínos, ou mesmo as questões relacionadas aos protocolos de bem-estar animal, cujo cumprimento é parte importante para exportação, principalmente à Europa, onde as exigências são maiores.

O sistema de produção horizontal, que deveria ser incentivado pelas políticas públicas, principalmente pelo Pronaf, pode proporcionar o desenvolvimento endógeno e ir ao encontro do conceito de qualidade de vida. Como possibilidade de transformação, tanto Guanzirulli (2007) e Sumbuichi e Oliveira (2011), apontam a necessidade de que “política crédito esteja integrada a outras políticas importantes como a educacional, de assistência técnica, de apoio a comercialização dos produtos, de melhoria na infraestrutura rural, de desenvolvimento e difusão de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente” (SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2011, p.5).

Abramovay (2010) e Mior (2007) apontam a agregação de valor como uma alternativa interessante para diminuir a dependência de redes

maiores. Na Europa, escreve Abramovay (2000, não paginado) [...] “a produção de qualidade tem sido uma alternativa importante para os agricultores que não podem ou não querem a integração contratual com a agroindústria. Da mesma forma, Mior (2007) acrescenta que a agregação de valor valoriza o papel da mulher na agricultura, em virtude de muitos negócios iniciarem na cozinha da propriedade, de maneira inicial a suprir as necessidades da família.

Uma consequência importante desde o ponto de vista do gênero, é que a participação da família em grupos produtivos, com ou sem atividades de agregação de valor, permite compartilhar o peso das tarefas agrícolas entre várias famílias. Isto ocasiona mudanças no cotidiano das agricultoras, podendo dividir também o cuidado dos filhos, de uma maneira que não poderiam fazer com seus maridos até então. E particularmente a agregação de valor dentro dos grupos abre para as mulheres agricultoras novas oportunidades no caminho de seu empoderamento: cursos de treinamento e capacitação, contato direto com consumidores nas feiras, e reforço na autoestima com os elogios sobre seu trabalho que recebem dos compradores (MIOR, 2005, p.8).

Ainda, nesse sentido, há de se levar em consideração na constituição destes empreendimentos a vinculação de novos atores à rede, fortalecendo-a, como: a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina (APACO), a Federação da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL), Instituto Saga, vinculado a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), EPAGRI, vinculada ao Governo do Estado, cooperativas e outros movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os quais contribuem com assessoria técnica e disponibilização de selos coletivos, com o nascimento de marcas regionais dos produtos, muitos deles tendo como insumos básicos artigos produzidos dentro da propriedade, como a cana de açúcar, frutas, ervas, suínos, aves e gado.

É neste processo que se constroem novas redes sociais que poderão se constituir nos pilares para a consolidação de redes de aprendizagem e inovação. Estas, por sua vez, são os pilares para a orquestração, nas palavras de Murdoch, de processos de desenvolvimento rural em bases territoriais (MIOR, 2007, p.9)

Interessante frisar que através da agregação de valor novas redes podem ser criadas, com a inserção de novos atores e ingresso de mais agricultores familiares a ela. Marcondes et al. (2010) elaboraram um trabalho de mapeamento das redes de cooperação em Santa Catarina, com análises nas 10 Unidades de Gestão Técnica (UGT) da Epagri. Pelo estudo foram identificadas 496 organizações, com mais de 21 mil associados.

As redes de cooperação foram definidas como organizações de grupos de empreendimentos ou de agricultores que objetivam melhorar a inserção socioeconômica e a competitividade dos agricultores familiares associados. Portanto, organizações que facilitam a compra de insumos e matéria-prima, a transformação agroindustrial, a comercialização, o compartilhamento de estruturas, logística ou conhecimento, entre outras funções, organizadas na forma de condomínios, associações, ou cooperativas. (MARCONDES et al., 2010, p.26).

Os municípios da microrregião de Pinhalzinho estão incluídos nas UGTs 9 (Extremo-Oeste Catarinense) e 1 (Oeste Catarinense), os quais respectivamente com a presença de 148 e 149 associações, cooperativas ou condomínios em seus territórios. Nesse cenário, a pesquisa de Marcondes et al. (2010) observou a presença de 2.350 agroindústrias familiares. O destaque, em termos processamento, são os produtos agrícolas, como frutas e derivados e cana-de-açúcar e derivados. A Tabela 4 apresenta o número de agroindústrias por tipo de produto, conforme as UGTs da Epagri.

**Tabela 4: número de agroindústrias e produtos**

Produto	UGT/nº de agroindústrias <sup>(1)</sup>										Total <sup>(1)</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Frutas e derivados	40	64	6	21	18	81	29	58	40	37	394
Cana-de-açúcar e derivados	52	87	-	3	18	40	14	94	68	1	377
Massa/panificação	54	39	10	23	21	54	14	60	31	12	318
Leite e derivados	45	52	7	16	31	27	9	22	41	8	258
Mandioca e derivados	17	18	-	6	12	43	15	62	14	1	188
Hortaliças e derivados	13	29	1	13	12	41	17	23	20	7	176
Mel e derivados	10	16	6	13	15	17	7	17	14	3	118
Suínos e derivados	17	18	1	11	6	17	2	16	21	4	113
Ovos	8	34	-	8	2	7	6	18	19	2	104
Grãos e derivados	2	18	-	4	3	1	4	16	9	2	59
Aves e derivados	3	10	-	4	5	7	3	3	14	1	50
Bovinos e derivados	3	9	1	5	5	6	1	3	6	-	39
Outros <sup>(2)</sup>	28	31	1	2	12	23	13	20	22	4	156
Total <sup>(2)</sup>	292	425	33	129	160	364	134	412	319	82	2.350

<sup>(1)</sup> A mesma agroindústria pode trabalhar com mais de um tipo de produto. Portanto, os números dessa tabela são superiores aos apresentados no mapa.

<sup>(2)</sup> Pescado e derivados, madeira, palmáceas, ovinos e derivados, vassoura, erva-mate, plantas medicinais, etc.  
Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Em termos atores que contribuem ou contribuíram para a abertura e consolidação das agroindústrias familiares Marcondes et al. (2010) identificaram um papel ativo da Epagri (44,9%) e Secretarias Municipais de Agricultura (13,1%). Os demais atores que aparecem na pesquisa, por ordem, são o Programa Microbacias 2, ONGs, cooperativas, Cidasc, instituições privadas, sindicatos, Sebrae e outros. Apesar do número de possíveis parceiros, 23,4% declararam não ter recebido ajuda para criar o empreendimento familiar rural. Neste contexto, também foi demonstrada a participação do Pronaf como fomentador das agroindústrias. Do total de empreendimentos, verificou-se que a linha Investimento – precursora do Mais Alimentos - apoiou 26,9% das agroindústrias familiares (MARCONDES et al., 2010).]

Outro cenário que demonstra a horizontalidade na rede é o número de agroindústrias que vendem direto aos consumidores (1.509). Depois os empreendimentos familiares abastecem pequenos estabelecimentos, como mini-mercados, mercearias ou padarias. Quanto ao local geográfico, Marcondes et al. (2010) verificaram que 49,2% delas atuam dentro das fronteiras dos municípios e outras 31,9% na microrregião.

Em termos de rede, o estudo observou a presença de 49 redes na UGT 1, a qual compreende 3.825 sócios; e 148 na UGT 9, com 5.606, sendo esta a maior do estado. Quando observada a distribuição econômica das redes por tipo de organização também verificou-se um

destaca em número na região Extremo-Oeste, a qual de longe superou as outras regiões, conforme a apresenta a Tabela 5.

**Tabela 5: Redes na UGT 1 da Epagri**

UGT	Associação	Condomínio	Cooperativa				Total	
			Central	Descentralizada	Produto	Filial		Unidade
Oeste	18	1	1	7	15	4	3	<b>49</b>
Meio-Oeste	7	1	0	17	12	8	31	<b>76</b>
Planalto Sul	9	0	0	0	5	0	0	<b>14</b>
Planalto Norte	27	5	0	6	6	0	0	<b>44</b>
Alto Vale do Itajaí	15	1	0	3	4	0	4	<b>27</b>
Litoral Norte	28	2	0	3	8	0	0	<b>41</b>
Região Metropolitana	12	0	0	0	0	0	0	<b>12</b>
Litoral Sul	31	10	0	11	8	0	6	<b>66</b>
Extremo Oeste	107	8	0	17	8	4	4	<b>148</b>
Alto Vale do R. do Peixe	9	0	0	6	4	0	0	<b>19</b>
<b>Total</b>	<b>263</b>	<b>28</b>	<b>1</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>16</b>	<b>48</b>	<b>496</b>

Fonte: MARCONDES et al., 2010, p. 27

Em relação a formalização registrada destes empreendimentos os autores verificaram que 70% (347) tinham o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). O restante (30%) não estavam formalmente registrados, porém Marcondes et al. (2010, p. 28) deduzem que isso pode ocorrer [...] “pela tradição dos agricultores familiares de se organizarem baseados em relações de confiança, sem preocupações com formalizações, mas parte pode ser derivada do fato de muitas dessas associações ainda estarem em estágio inicial de formação”.

Nestas redes e organizações, a presença feminina na administração das organizações também foi alvo de investigação. As mulheres estão como sócias, administradoras ou gerentes em 24% nas associações, 14% nas cooperativas e 7% nos condomínios. Com relação a idade, 25,5% tem entre 35 anos e 45 anos; e 26,6% tem entre 45 anos e 55 anos.

Quanto aos objetivos das redes de cooperação da agricultura familiar, o estudo de Marcondes et al. (2010) apontou uma predominância, dentre os objetivos, na venda de produtos agrícolas e venda de produtos processados, nas UGTs 1 e 9. Na região oeste, pelo mapa, encontrou-se 37 redes que visam a agroindustrialização horizontal enquanto na região extremo-oeste este número é de 58. Em termos de venda de produtos agrícolas na UGT 1 este número é de 23 e na UGT 9 é de 89.

Na tabela 5 são apresentados os principais produtos processados nos empreendimentos integrados às redes

**Tabela 6: principais produtos processados por agroindústrias familiares**

UGT	Leite	Frutas	Hortaliças	Mel	Massa e Panificação	Cana-de-açúcar	Grãos	Outros <sup>(1)</sup>
Oeste	27	14	14	11	18	20	11	60
Meio-Oeste	21	25	23	22	21	27	15	94
Planalto Sul	2	3	3	5	3	0	3	7
Planalto Norte	11	15	13	20	11	2	13	30
Alto Vale do Itajaí	8	7	8	9	7	5	4	23
Litoral Norte	7	17	11	8	9	5	4	39
Reg. Metropolitana	3	3	3	5	2	1	3	15
Litoral Sul	9	22	21	15	20	17	20	51
Extremo Oeste	84	33	21	25	26	34	26	84
Alto V. Rio do Peixe	5	10	10	7	6	0	9	16
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>149</b>	<b>127</b>	<b>127</b>	<b>123</b>	<b>111</b>	<b>108</b>	<b>419</b>

Nota: a formulação da pergunta não permite afirmar que as redes são de empreendimentos e produtores associados que produzem somente leite, frutas, mel, etc. e, sim, que parte dos empreendimentos (no caso de cooperativas descentralizadas) e dos produtores associados estão envolvidos na produção e/ou processamento destes produtos.

(<sup>1</sup>) Ovos, mandioca, suínos, aves, pescado, bovinos etc.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Outra característica que fortalece a rede de cooperação é a crescente procura por produtos orgânicos, livres de agrotóxicos ou com pouca industrialização, em virtude justamente dos insumos serem provenientes da propriedade. Neste contexto, a marca ‘colonial’, forte atributo deste processo produtivo, ganha representatividade como sinônimo de qualidade, inclusive nos grandes mercados consumidores. Sabendo disso o sistema agroindustrial convencional frequentemente tenta incorporar esta característica aos seus produtos, com intuito de abranger novos consumidores.

Após apresentação e análise geral das potencialidades da agroindústria familiar é possível evidenciar que a mesma sinaliza para maior grau de sustentabilidade no desenvolvimento territorial já que favorece a diversificação das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, utiliza matérias primas e recursos locais, prioriza a transição para sistemas agroecológicos e empodera os atores sociais e institucionais. (MIOR, 2007, p. 12).

Ao analisar as relações das redes vertical e horizontal no oeste catarinense, Mior (2005; 2007) concluiu esta ser uma região emblemática, onde ambos os sistemas são em certos momentos antagônicos e em outros complementares, e estão em constante processo de expansão e estabilização. Porém, como a rede vertical está mais estabilizada é ela que influencia o padrão de desenvolvimento da agroindústria familiar. O autor credita esta supremacia ao fato de a rede

horizontal ainda estar em construção na região, onde esta – já que as redes podem ter diferentes graus de abrangência – pode usufruir de lacunas de mercado regional deixadas pelo sistema de produção convencional. Somado a estes aspectos se fortalece o *cluster* metal-mecânico da região, construído a partir do fortalecimento das agroindustriais convencionais, com a venda de máquinas e equipamentos para processamento de carnes, derivados e outros produtos característicos da região; e cria-se festividades em vários municípios da região como forma de valorizar os produtos da agricultura familiar. Cita-se o exemplo de Pinhalzinho que realiza a Festa Colonial do Vinho, Queijo e Salame; Saudades, a Schweneifest (Festa do Suíno); Sul Brasil, Festa do Frango Caipira; Modelo, Festa do Porco Assado no Rolete; Serra Alta, Festa Italiana e Saltinho, Café Colonial durante as festividades de aniversário do município. Todos os eventos tem participação regional – já tradicionais – que evidenciam os principais produtos da economia local.

Em síntese, existe uma necessidade eminente de reflexão sobre o desenvolvimento para que este propicie a construção de mecanismos que valorizem o local e o território, com a ampliação da participação da sociedade na definição e na construção de políticas públicas de desenvolvimento. Ainda, torna-se importante encontrar e valorizar as potencialidades, com focos definidos no ambiente regional que possibilitem, além da inserção no mercado e no mundo capitalista, uma melhoria na qualidade de vida dos atores e agentes envolvidos no processo.

### **4.3 O nascimento do Pronaf**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é fruto ação dos diversos atores ligados a rede da agricultura familiar. O Pronaf em termos de constituição poderia ser analisado sobre várias óticas. Optou-se neste estudo por aprofundar o debate centrado na ação dos sindicatos e movimentos sociais no processo, já que avaliamos como importante algumas conquistas destas instituições ao longo de suas trajetórias em prol da constituição da categoria social da agricultura familiar, foco da política pública.

#### **4.2.1 A contribuição dos sindicatos e movimentos sociais no fortalecimento da categoria “agricultura familiar”**

Um sindicato, em rápidas palavras, é a união de trabalhadores de um ou mais segmentos produtivos, regidos sob um estatuto, com uma carta sindical, expedida por órgão de governo, com vistas a defender interesses de seus associados. As primeiras mobilizações sindicais acontecem ainda na Revolução Industrial, devido às péssimas condições de trabalho vivenciadas pelos operários nas fábricas, principalmente da Inglaterra, no fim do Século XVIII. As primeiras conquistas destas organizações, que culminaram com a implementação de direitos ao trabalhador, foram a redução da jornada de trabalho, que chegava a 18 horas por dia, e a regulamentação do uso da mão de obra infantil.

No Brasil, oficialmente, o sindicalismo surge na Era Vargas (1930-1945). Porém, Picolotto (2011) identifica a primeira associação de trabalhadores na agricultura no Rio Grande do Sul, em 1898, denominada Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul. O objetivo desta entidade era reivindicar o direito a propriedade, a qual para os imigrantes alemães e italianos era fundamental. Estas duas novéis etnias no Brasil eram denominadas colonos ou camponeses. Somente mais tarde, após terem maior integração aos mercados e ao sistema capitalista, passaram a ser chamados agricultores. Alemães e italianos frequentemente tinham conflitos culturais com os habitantes nativos da região, o caboclo e o índio, os quais tinham preceitos de vida e de posse diferentes dos europeus recentemente desembarcados no Brasil, com destino de povoar a Região Sul e Sudeste. Enquanto ao colono, europeu, era designado, numa visão essencialista, como trabalhador incansável, ao nativo era reservada a categoria de pouco vocacionado a labuta (DORIGON; RENK, 2011).

Em relação ao sindicalismo rural, Picolotto (2011) argumenta que este foi inspirado, pelo menos no formato dos movimentos dos trabalhadores urbanos no início do Século XX. Segundo o autor, foi com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, que os operários urbanos adquiriram direitos em vigor até hoje, como a possibilidade de se sindicalizar, ter aposentadoria e um salário mínimo. Foi também com a CLT que as organizações sindicais ganharam a possibilidade, além de reivindicar, prestar serviços assistenciais aos seus filiados.

A realidade da sindicalização veio em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, no Governo de João Goulart (1961-1964), sendo que no ano seguinte, 1964, foi criado o Estatuto da Terra, o qual estabeleceu diretrizes para a reforma agrária e o primeiro modelo de desenvolvimento rural. Conforme Picolotto (2009, p. 2), o modelo de sindicatos no Brasil “não seguiu nem o modelo individualista liberal,

nem com o modelo coletivista do movimento operário de inspiração socialista”. O primeiro, sob o aspecto sociológico, tem maior fundamentação no Liberalismo e o segundo no pensamento de Marx que critica a Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa, por considerar o homem separado da sociedade (MARX, 2005). Então, o Brasil não buscou alicerce em nenhuma destas correntes, inspirou-se na Carta do Trabalho italiana, de Mussolini. “Este modelo adotado pelo Governo Vargas procurou produzir um pacto social entre as classes mediado pelo estado para integrar a sociedade e alcançar o progresso da modernidade” (PICOLOTTO, 2009, p. 3).

Conforme o modelo da Era Vargas, para se criar um sindicato de representação profissional, com outorga para negociar interesses, era necessária uma Carta de Reconhecimento Sindical concedida pelo Ministério do Trabalho. Portanto, desde sua concepção, estas entidades exerciam um monopólio aos associados, aos quais era cobrada uma taxa, denominada de contribuição federativa, em vigor até hoje. O primeiro sindicato com atuação na agricultura a utilizar este modelo foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)<sup>4</sup>, fundada em dezembro de 1963, com auxílio de braços nos estados, denominados Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs). Os anos que se seguiram ao golpe militar e nos quais se deu a estruturação efetiva da CONTAG e da ampla rede de sindicatos que a compõem se deram em marcos desfavoráveis a ação sindical de contestação e crítica (PICOLOTTO, 2011, p. 96).

Aos sindicalizados, as entidades forneciam uma cidadania regulada para seus associados, porque não criaram uma identidade de direitos ou de ações governamentais em âmbito nacional. A propósito, as primeiras tentativas de se criar uma identidade para esta classe de trabalhadores ocorreram a partir de 1950, sendo a pioneira a Portaria n. 355-A de 1962 que subdividiu a classe em quatro categorias: trabalhadores da lavoura, trabalhadores da pecuária e similares, trabalhadores da produção extrativa rural, produtores rurais autônomos.

Para esta Portaria, o trabalhador rural seria “a pessoal física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados.” (art. 3). Essa

---

<sup>4</sup> Ruda Ricci, em “A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos”, relata sobre a Contag que seu primeiro presidente foi Lindolfo Silva, um alfaiate adepto ao comunismo que nada ou pouco conhecia do ambiente rural. O autor ressalta também a presença do PCB no processo, já que o mesmo comandava 21 federações estaduais, das 42 existentes.

classificação foi alterada pelo Decreto-Lei n. 1.166 de 15 de maio de 1971 da Presidência da República que dispõe sobre o enquadramento e a contribuição sindical rural. Com este Decreto-Lei passa a ser entendido como:

I - Trabalhador rural: a) a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie; b) quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros.

II - Empresário ou empregador rural: a) a pessoa física ou jurídica que tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural; b) quem, proprietário ou não mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área igual ou superior à dimensão do módulo rural da respectiva região; c) os proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja igual ou superior à dimensão do módulo rural da respectiva região. (BRASIL, 1971, não paginado).

Como observado, os moldes de enquadramento são similares a forma de classificar os trabalhadores urbanos. A situação gerou descontentamentos por parte de entidades sindicais de representação dos estados, principalmente do Sul do Brasil, que entendiam a partir de sua Carta de Reinvidicações, que “[...] acima de disposições formais e simples medidas de módulos<sup>5</sup>, está o fato da realidade prática e do dado

---

<sup>5</sup>Módulos fiscais são unidades de espaço geográfico determinados pelos municípios. Primeiramente foram determinados pelo Decreto nº 55.891 de 31 de março de 1965, o qual em seu artigo 11 estipula que “O módulo rural, definido no inciso III do artigo 4º do Estatuto da Terra, tem como finalidade primordial estabelecer uma unidade de medida que exprima a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico”. Mais tarde, os módulos fiscais rurais foram determinados com base na Instrução Normativa (IN) do Incri nº 20 de 1980, em vigor até hoje. Nesta IN, foram definidos e publicadas as extensões dos módulos de todos os Estados. Em Santa Catarina, por exemplo, os módulos fiscais variam entre 7 e 24 hectares,

sociológico que mostra a afinidade de interesses e a identidade de propósitos não conflitantes de assalariados, pequenos proprietários, parceiros e arrendatários que trabalham em regime de economia familiar” (FETAG, 1971, p. 9). Na prática, a FETAG discutia que para o enquadramento sindical e construção da identidade do pequeno produtor deveria existir uma classificação diferente, porque [...] “o pequeno proprietário mesmo quando explora área superior a um módulo (fiscal), é muitas vezes economicamente mais frágil do que o próprio assalariado rural e terá que se filiar a entidade sindical que agrega os grandes proprietários rurais” (PICOLOTTO, 2011, p. 107).

Foram o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Igreja Católica os atores-chaves<sup>6</sup> para se criar um movimento sindical nacional, unindo-se com outros atores como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a própria Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Tanto o PCB quanto a igreja católica tinha fortes relações com lutas de classes minoritárias. O PCB pela sua essência marxista, da luta entre donos do capital e proletários; e a igreja por opção, principalmente depois do Concílio Vaticano II, em 1965, que fez a opção pelos pobres. A propósito, no primeiro momento foi o PCB que liderou a Confederação Nacional.

Apesar do objetivo de contraponto ao governo na busca por seus ideais fulcrais, a CONTAG, principalmente, preferiu uma relação de cordialidade e manutenção de um sistema clientelista com os agricultores. A este fato, Picolotto (2011) chamou de chamariz da assistência social. Sustenta o autor que nas décadas de 60 e 70, as organizações tinham sentido praticamente exclusivo para prestar serviços de saúde e previdência. Como se percebe, a interação deste ator na rede produziu efeitos, criando o Serviço Social Rural, o qual teve alcance limitado, porém efetivado com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1965. A movimentação e articulação da CONTAG, em interação com o ator Governo, possibilitaram a instituição do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), operacionalizado, de fato, a partir de 1971. O

---

conforme a composição do território e do tipo da produção. Em Florianópolis, um (1) módulo fiscal mede 7 hectares, enquanto em Curitiba, este mede 24 hectares.

<sup>6</sup> A noção de ator-chave é vista em Murdoch (1994) e envolve o conceito de que alguns atores detêm mais poder dentro da rede e podem, através de sua, ação determinar o comportamento de outros. “Exercer poder na rede é envolver, convencer, recrutar novos atores para dentro da rede, representar os outros atores, falar pelos outros atores, impor definições e uniões entre outros” (BONAMIGO, 2007, p.4).

FUNRURAL trouxe benefícios para os sindicalizados, como por exemplo, a possibilidade da aposentadoria na velhice ou invalidez e auxílios diversos, inclusive médicos e odontológicos. Como até hoje, o fundo é mantido na arrecadação tributos na ordem de 2% sobre as vendas brutas dos agricultores. Quanto aos auxílios, vale destacar que somente o mantenedor da família (pai) teria o direito de se aposentar e receber meio salário mínimo e os serviços médicos seriam parcialmente ou gratuitos, dependendo da renda do trabalhador ou dependente (PICOLOTTO, 2011).

O impacto do FUNRURAL nos municípios foi imediato. Justamente neste período ocorreu um aumento significativo do número de sindicatos municipais, filiados à CONTAG, e sindicalizados. Porém, na questão da prestação de serviços de saúde, este foi alvo de discussões combativas com os pequenos hospitais. No início, quando poucos estavam sindicalizados, a manutenção do serviço era possível, entretanto, mais tarde, as casas de saúde não suportaram mais os custos, provocando frequentes desentendimentos e descredenciamentos, com no caso do Hospital de Pinhalzinho (SC), o qual adquiriu uma ambulância especificamente para atender os produtores, que mais tarde, ao invés de levar pacientes, buscava animais nas propriedades dos produtores que os davam em conta. Sobre esta deficiência, Picolotto (2011), afirma que

[...] além de terem gerado um amplo sentimento de uma situação injusta que os pequenos produtores estavam sendo vítimas, fez emergir também a ideia de que era necessário lutar pela ampliação dos direitos dos trabalhadores rurais tomando-se por referência a equiparação com os trabalhadores urbanos. O agricultor não era meio homem, passava a exigir a aposentadoria integral; a mulher também era trabalhadora, exigia a sua inclusão nos benefícios previdenciários em igualdade com os homens. Estas lutas por direitos sociais deram base para a organização de pautas específicas das mulheres agricultoras no Sul e para a criação, alguns anos depois, de atores próprios de representação. (PICOLOTTO, 2011, p.130).

Como se pode analisar, nesta primeira fase, os sindicatos tinham viés de promover uma cidadania tutelada, fortemente vinculada ao Estado. Não mais se detinha a discutir a formação de uma identidade ou

temas mais abrangentes em termos de construção de novas ações, principalmente atreladas a melhoria das condições de trabalho para este público específico. Em síntese, havia o risco dos sindicatos se tornarem meros prestadores de serviço ou escritórios de assistência. Ficou-se para traz a reforma agrária e a proposição de promover o desenvolvimento rural.

Mas o período não foi somente marcado pelo fracasso na luta por direitos. Ressalta-se, por exemplo, que nesta primeira fase foi criada a categoria profissional de agricultor e o ‘camponês’ – termo usado pelo PCB – tornou-se foco de políticas específicas. Além disso, permitiu o enfraquecimento dos grandes produtores rurais de definirem as estratégias e a mediação com o Estado ao se tratar de agricultura.

O fim dos anos 70 e início dos anos 80 foi decisivo para constituição de uma nova forma de pensar a produção nas pequenas propriedades. Também é nesta época que novos atores se conectam a rede constituindo um “novo sindicalismo”, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foi neste cenário que o colono, agora transformado em trabalhador rural passa a ser denominado de agricultor familiar, pelas suas características particulares as quais serão detalhadas a seguir. O desafio foi proporcionar um novo momento de lutas, mais democrático, menos tutelado e clientelista, mais reivindicativo e independente. “A definição e a afirmação deste novo modelo foi dada em oposição ao sindicalismo passado, caracterizado como assistencial, populista, burocrático, pelego ou, o que também se convencionou a chamar, atrelado” (PICOLOTTO, 2009, p.10).

As divergências internas com relação à concepção e atuação dos sindicatos do modelo antigo somadas ao fortalecimento dos setores de esquerda dentro das organizações sindicais, liderados por movimentos da Igreja Católica como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a qual foi instituída na Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Medelin, em 1968, fortemente identificada com a Teologia da Libertação. Conforme um dos principais difusores deste movimento, Leonardo Boff, a Teologia da Libertação tinha por preferência o pobre e suas lutas.

Dessa movimentação de atores, principalmente aqueles com mais afinidade com a ideologia marxista, foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CUT é oriunda de um intenso processo de mobilização social em praticamente todo país, influenciado pelas graves do ABC paulista nos finais dos anos 70, repercutindo em outras categorias urbanas e rurais, como as grandes greves dos assalariados

rurais no Nordeste e no Estado de São Paulo, os protestos dos agricultores familiares em todo o sul contra a política agrícola e a luta por terra no Centro-Oeste e Norte (BITTENCOURT, 2000). A CUT nada mais é do que a contraposição ao modelo antigo de sindicato, independente em sua forma de agir.

A época, o maior opositor a CUT foi a CONTAG, porém esta disputa perdurou por somente dois anos. Em 1985, a rede se reorganiza com ambas as organizações se fundindo, aliando-se a outros atores e movimentos do campo, incentivados pela igreja católica como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Ricci (2005, p.4) assinala que [...] “os movimentos sociais rurais dos anos 80 são, portanto, um campo de dupla resistência política, contra a ordem social que os exclui e contra as organizações formais de representação social que não os acolhe”.

Assim, após um período de relativa homogeneização da identidade política de *trabalhador rural*, consentida pelo Estado (durante o regime militar) e manifestada através do sistema sindical oficial (capitaneado pela CONTAG), esta identidade foi fragmentada pelos novos atores sociais do campo que passam a criar várias identidades específicas, como: “sem-terra”, “atingido por barragem”, “mulher trabalhadora rural”, “pequenos agricultores”, etc. (PICOLOTTO, 2009, p.99)

Outro ator que contribuiu para conquista de direitos das classes minoritárias no campo foi a Constituição de 1988. Apesar de manter alguns elementos do velho modelo sindical, proporcionou independência para grupos no interior da CUT reivindicarem ações e políticas diretamente ao governo. É a partir da Constituição Cidadã que movimentos como MAB e MST começam a ganhar maior visibilidade, permitindo as suas causas serem mais ouvidas pelo Estado e sociedade. É também neste contexto, em especial nos anos 90, que a expressão agricultor familiar começa a ser construída. Picolotto (2009) cita dois fatores como determinantes para a constituição do termo agricultura familiar: 1) o aumento da importância dos pequenos produtores dentro dos sindicatos; 2) intercâmbios promovidos com outros países que possibilitaram

conhecer experiências bem sucedidas na criação de políticas públicas para este segmento.

Além destes, o estudo do Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1994, contribuiu de forma expressiva para caracterização e conceituação de agricultura familiar, principalmente estabelecendo diretrizes teóricas para formulação de uma política pública voltada ao segmento. A FAO/INCRA consideraram agricultores familiares (1) aqueles que mantém entre si laços de sangue ou casamento; (2) a maior parte do trabalho é realizada por membros da família e (3) a família detém a posse dos meios de produção e, em caso de falecimento ou aposentadoria do representante da prole, a propriedade passa para herdeiros de sangue ou de casamento.

Já Schneider (2006) levanta outros três critérios para caracterização da agricultura familiar, de certa forma congruentes com o estudo da FAO/INCRA (1994). O primeiro, relacionado ao trabalho, considera a participação dos membros da família no desenvolvimento das atividades rurais. O segundo critério diz respeito ao sistema de produção fortemente afetado pelas condições da natureza, ou seja, do clima e do ecossistema. E, por fim, o terceiro critério refere-se a sua relação com o ambiente social e econômico, por meio do crédito e do acesso aos mercados.

Com a adoção da categoria agricultura familiar temas que antes eram considerados de menor importância, tais como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola, passaram a ser valorizados e a ganhar novos significados como sinalizadores de novos caminhos possíveis (MEDEIROS, 2001, p. 117).

Abramovay (2010) incluiu nestes conceitos um novo argumento como característica dos agricultores familiares: a sucessão hereditária, seja da terra ou da profissão. Além disso, [...] “na agricultura – diferente da maior parte das atividades econômicas- unidades cujas dimensões

estão ao alcance da capacidade de trabalho de uma família pode ser competitivas com relação aqueles que se apoiam no trabalho assalariado” (ABRAMOVAY, 2010, p.1). O recente estudo de Gasquez et al. (2012), com base na pesquisa de Fuglie; Wang; Ball (2012) reforça a afirmação quando se compara a importância da produção do Brasil no mercado mundial de frango, onde o país ocupa a vice-liderança com uma produção 13,01 milhões de toneladas. Deste total, a participação dos três estados do Sul (SC, PR e RS) – cuja principal característica é a presença da agricultura familiar - é bastante expressiva. Fuglie; Wang; Ball (2012) creditam que o aumento da produtividade no Brasil – incluindo aqui o agronegócio - é fruto dos investimentos em pesquisa e extensão rural, somadas ao crescimento marginal das capacidades dos fatores de produção.

Ainda acerca da conceituação da agricultura familiar outros comentários se fazem necessários. Um deles é relacionado ao agricultor familiar de hoje, se o ‘colono’ de ontem. Schneider (2006) considera que ambos estão inclusos no mesmo ambiente social, porém se constituem de categorias distintas.

Embora mantenham semelhanças objetivas entre si como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na consecução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção de vínculos sociais assentadas em relações de parentesco entre outras; o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos colonos assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estas unidades passam a estabelecer à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente da sociedade capitalista moderna (SCHNEIDER, 2006, p.7)

Em observância, a conceituação de agricultor familiar e ‘colono’ é diferente, principalmente por este último configurar uma formação social decorrente de um modo de vida (SCHNEIDER, 2006). “Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho” (ABRAMOVAY, 1992, p.127). Além desta distinção, há outra discussão que merece um aparte: a terminologia

pequeno produtor não representa ou inclui a de agricultor familiar. A lei 11.428 contribui para o debate, quando assim determina:

pequeno produtor rural: aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo;

Em síntese, as diferenças em agricultor familiar e pequeno produtor estão no fato do primeiro utilizar exclusivamente a mão de obra da família, ser o detentor de até quatro módulos fiscais de terra, da qual retira sua renda e ser o administrador – juntamente com sua família – de seu estabelecimento ou empreendimento (LEI 11.326)

Com base na TAR, observamos a ocorrência do processo que Latour (2001) chamou de tradução, no qual a construção da categoria “agricultura familiar” pode ser considerada um movimento da rede, no sentido de que distintos interesses de diferentes atores são deslocados e tornados comuns, de forma que a rede em formação fica fortalecida. A própria categoria “agricultura familiar”, que passa a circular na rede, acaba produzindo efeitos nesta, tornando-se também ator da rede. Esse processo de tradução atraiu para a rede dois atores chaves, CUT e CONTAG, que representavam a agricultura em meados dos anos 90. Outra ação que contribuiu também para criar laços entre esses dois atores e a entrada de novos atores na rede, foram os Gritos da Terra, movimentos de espetacularização e de mobilização pública, organizados por grupos de ações coletivas, realizados em Brasília, que sensibilizaram o Governo Federal à época para uma atenção especial a agricultura de pequena propriedade. Essas ações tiveram como efeito a criação do Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar (PROVAP) e, depois, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

#### **4.4 O Pronaf como política pública e sua contribuição para o exercício da cidadania do agricultor familiar**

“O Pronaf é o agricultor familiar”: esta frase é frequentemente usada por diversas lideranças integradas à luta pela agricultura familiar. Criado em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar proporcionou, além de crédito para custeio e investimento, a consolidação da identidade desta categoria específica que desde a metade do Século XX buscava ser reconhecida, pela sua realidade, descendência e capacidade de produção e reprodução social. Ser agricultor familiar, neste sentido, é muito mais do que produzir em pequena propriedade, é ser percebido [...] “como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país” (WANDERLEY, 2000, p.36).

Com base na TAR, observamos que a rede que constitui a “agricultura familiar” está integrada a outra rede maior, a da “agricultura nacional”, esta composta também pelos grandes produtores rurais. Por óbvio, há contradições em termos de visão acerca de uma e da outra. Se por um lado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado especificamente para dar suporte de políticas públicas para pequena propriedade, vê este modelo produtivo como diversificado, seja nas culturas ou tecnologias, o Ministério da Agricultura ainda a rotula como atrasada e mais necessitada por ajuda governamental no tangente a promoção do bem-estar social. (PICOLOTTO, 2012). Assim, “agricultura familiar” é uma expressão que não tem um significado homogêneo, pois:

A agricultura familiar não é formada apenas pelos pequenos do campo, os que produzem para o autoconsumo, mas é formada também por segmentos de agricultores inseridos nos mercados que fazem o uso de modernas tecnologias e que algumas vezes podem ser até identificados como empresas familiares de exploração agropecuária (PICOLOTTO, 2012, p. 165).

Apesar do discurso reducionista de alguns representantes da agricultura patronal do país, a agricultura familiar a partir de dados revelados pelo Censo Agropecuário 2006 mostrou-se eficiente e responsável pelo abastecimento interno do Brasil. Hoje, “as famílias que trabalham no campo são responsáveis pela geração de mais de 80% da

ocupação no setor rural e respondem por sete em cada 10 empregos no campo” (GLASS, 2011, p.39). Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos produtos alimentícios do mercado interno, o que abre espaço para a agricultura empresarial centrar-se no mercado externo. Segundo o Censo Agropecuário (2006), 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos produzidos no Brasil são oriundos da pequena propriedade. “Não obstante ocuparem apenas 24% da área os estabelecimentos familiares respondem por 38% do valor bruto da produção e por 34% das receitas no campo. [...] Enquanto a agricultura familiar gera R\$ 677/ha, a não familiar gera apenas R\$358/ha” (GROSSI; MARQUES, 2010, p. 153).

A partir destes dados não há dúvidas sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local e manutenção da atividade do homem no campo. É neste sentido a importância de uma política pública específica para esta parcela de população. O Pronaf propiciou uma “[...] reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião a afetados pela criação do Mercosul” (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 2). Atualmente, o Pronaf é o mais importante instrumento de política agrícola voltado ao pequeno produtor, visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na permanência na atividade rural.

Em sua concepção, o Pronaf tem quatro objetivos específicos: 1) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos produtores; 2) viabilizar infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; 3) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; 4) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. Para cumprir com estes propósitos, o programa oferece crédito de custeio e investimento; financia infraestrutura e serviços a municípios de todo o país; capacita e profissionaliza os agricultores familiares através de cursos e treinamentos; e financia a pesquisa e extensão rural a fim de gerar e transferir conhecimento aos pequenos produtores (CGU, 2010)

Ao se identificar o governo também como ator integrante da rede do Pronaf, observamos que este ator desdobra-se em outros atores como os financiadores do programa, dentre ele o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT-DE), Tesouro Nacional, Caderneta de Poupança Rural e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O agricultor, para ter acesso ao programa, deverá apresentar

a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e estar enquadrado nos seguintes requisitos, conforme aponta o Manual de Crédito Rural (MCR), regulamentado pela resolução 4.107 de 28 de junho de 2012, a qual estabeleceu mudanças no programa para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014, que se constitui como actante<sup>7</sup> da rede ao incluir ou excluir produtores rurais, através dos critérios estabelecidos por outro ator, o Conselho Monetário Nacional, que rege as normas do crédito rural, a saber:

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas; (Res 4.107)
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g"; (Res 4.107)
- d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, calculada na forma do item 4, observado ainda o disposto na alínea "h"; (Res 4.107)
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho de terceiros, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes; (Res 4.107)
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (cento e sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente familiar, calculado na forma definida no item 4, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res 4.107; MCR, 2013, não paginado).

---

<sup>7</sup> Na TAR, o termo actante é utilizado para designar um ator que produz efeitos na rede.

Além dos agricultores possuidores destas características socioeconômicas, o Pronaf também inclui pescadores, aquicultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas e povos de comunidades tradicionais. A integração destes grupos à rede está condicionada ao cumprimento das exigências apresentadas no Manual de Crédito Rural (MCR), dispostas claramente no Capítulo II, denominado Beneficiários. Para fins de aumentar as classes enquadradas na política pública, o MCR prevê grupos especiais, a saber:

- a) Grupo "A": assentados pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Propera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf de que trata o MCR 10-17, itens 3, 5 e 6;
- b) Grupo "B": beneficiários cuja renda bruta familiar anual, de que trata a alínea "f" do item 1, não seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente;
- c) Grupo "A/C": assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que:
  - I - tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";
  - II - não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C" (MCR, 2012, não paginado)

Ao longo de sua trajetória, o Pronaf foi aprimorado em diversos aspectos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e a diversificação, os quais são pressupostos fundamentados no próprio programa. Conforme Souza e Valente Junior (2009), a inclusão de novas linhas de apoio visou inserir segmentos específicos, de certa forma segregados ou esquecidos da política agrícola, como as mulheres (Pronaf Mulher), jovens (Pronaf Jovem), agroindústrias (Pronaf Agroindústria), moradores do semiárido (Pronaf Semiárido) e agroecologia (Pronaf Agroecologia). Todos estes voltados especialmente para concessão de crédito com juro subsidiado pelo Governo Federal, com taxas muito

abaixo das praticadas pelo mercado. A mais recente linha do Pronaf é a Mais Alimentos, criada em 2008, no auge da crise financeira internacional, como um instrumento de política econômica anti-cíclica.

Os desdobramentos das linhas de crédito do Pronaf podem ser compreendidos, a partir da TAR, como uma reorganização e rearranjo da rede, principalmente pela movimentação de outros atores, com vistas a incluí-los na rede. Neste processo, atores menos visíveis foram mais evidenciados, como, por exemplo, os pequenos agricultores residentes nas regiões do semi-árido do nordeste do Brasil, as mulheres camponesas que buscam uma maior independência financeira, os empreendedores rurais da pequena propriedade que na agregação de valor procuram melhor viabilização econômica da propriedade, dentre outros. Como se pode perceber, o Pronaf na atualidade é o maior representante da agricultura familiar. Nele, o agricultor familiar busca no crédito e na orientação técnica as melhores alternativas para o sustento da propriedade e da família rural.

## 5 O IMPACTO DO PRONAF MAIS ALIMENTOS NA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO

### 5.1 Pronaf Mais Alimentos

Criado em 2008, o Mais Alimentos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, visa conceder crédito para investimento em infraestrutura na propriedade, a fim de criar condições para o aumento da produção e da produtividade na agricultura familiar. O total financiado pode chegar à R\$ 360 mil, conforme o Plano Safra da Agricultura Familiar (PSAF) 2013/2014, a ser pago em até 10 anos, com carência de até três anos, porém com possibilidade de extensão para cinco anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico ou a proposta de crédito comprovar a sua necessidade. Com relação aos valores financiados, estes foram crescendo ao longo do tempo. Nos dois primeiros anos, o valor foi de R\$ 90 mil (PSAF 2008/2009) e R\$100 mil (PSAF 2009/2010). Já no Plano Safra seguinte, o valor foi reajustado para R\$130 mil. Hoje, este valor está em R\$ 150 mil, porém com um diferencial: agora, em virtude de abranger com maior facilidade atividades que requerem maior investimento, como a construção de pocilgas e aviários<sup>8</sup> o montante financiado pode chegar a R\$360 mil. Outro fator que contribui de forma interessante para aumentar a capilaridade de acesso ao Mais Alimentos é a constante revisão da renda bruta do agricultor, onde, no Plano Safra 2012/2013 poderia ter rendimentos de até R\$160 mil por ano e, no atual, até R\$360 mil.

Além do montante a ser obtido em financiamento, outro aspecto que ganha destaque para fazer da política pública interessante para o agricultor familiar são os juros auferidos. Variam de 1% ao ano para investimentos de até R\$10 mil a 2% ao ano para investimentos com valor superior a R\$10 mil.

---

<sup>8</sup> Segundo a Cooperitaipu o metro quadrado de área construída de um aviário custa em torno de R\$174,00.

Os créditos de investimento estão restritos ao financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, sendo passível de financiamento, ainda, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos. (RES 4.107).

Como se percebe, o Mais Alimentos contempla praticamente todas as atividades relacionadas à agricultura, servindo como mecanismo de crédito para aquisição desde animais até veículos para transporte da produção ou ainda softwares para gerenciamento da propriedade. O acesso do agricultor familiar a rede do Pronaf Mais Alimentos é feito, primeiramente, por meio da DAP, cujos critérios foram apresentados anteriormente, quando explicado o acesso a rede do Pronaf. Após a obtenção da declaração, há necessidade de elaboração de um projeto, o qual pode ser feito pelo próprio contraente ou terceiros, com a contratação de empresas independentes ou de organizações como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri). Além de projetos individuais, esta linha Pronaf permite a contratação de crédito para investimentos conjuntos, em formato de cooperativa, cujo limite de recursos pode chegar a R\$750 mil, com a ressalva de que o valor individual não ultrapasse os R\$130 mil, como determinado pela Resolução 4.107 do Banco Central.

Na microrregião de Pinhalzinho são operadores do Pronaf Mais Alimentos instituições financeiras tradicionais, como o Sicoob-Creditaipu, Cooperativa de Crédito com Interação Sólida (Cressol), Banco do Brasil e Sicredi Alto Uruguai. Destas, somente as cooperativas de crédito dispõem de equipes internas para elaboração de projetos para captar os recursos. Ressalta-se que além das já citadas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições bancárias privadas também estão autorizadas a financiar o Mais Alimentos, porém com volumes em carteira de crédito menores, quando comparadas as tradicionalmente ligadas à agricultura, como o Banco do Brasil e as agências privadas-cooperativas.

Na microrregião de Pinhalzinho, o Mais Alimentos injetou na economia dos sete municípios, desde sua criação até dezembro de 2013, R\$156.397.288,90, em 5.232 contratos. Estratificando estes dados, o destaque está no ator Sicoob-Creditaipu que foi responsável pela liberação de 3.103 contratos e um montante R\$ 87.910.593,39. Depois da cooperativa de crédito o Banco do Brasil foi responsável por financiar 1.536 empreendimentos rurais, com montante total de R\$58.669.373,00. No período 2008- 2013, a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (Cresol) liberou o volume de R\$7.614.028,51, em 515 contratos. Por último, talvez por ter atuação mais recente na microrregião e área de abrangência mais restrita aos municípios de Pinhalzinho e Saudades, está o Sicredi Alto- Uruguai que liberou o montante de R\$1.809.015,00 em 78 contratos. A tabela sintetiza 7 a liberação de crédito e contrato por ano do Mais Alimentos, entre as agências bancárias na microrregião

**Tabela 7: número de contratos e valor distribuídos de 2008 a 2013**

<b>MAIS ALIMENTOS</b>		
<b>ANO</b>	<b>CONTRATOS</b>	<b>VALOR</b>
2008	429	R\$ 10.731.143,06
2009	543	R\$ 19.491.767,66
2010	782	R\$ 25.476.420,66
2011	928	R\$ 29.636.554,25
2012	1.650	R\$ 45.266.070,54
2013	900	25.795.332,73
<b>TOTAL</b>	<b>5232</b>	<b>R\$ 156.397.288,90</b>

Fonte: pesquisa do autor com base em informações dos agentes financeiros

Como apresentado na tabela, o ritmo de acesso ao programa foi crescente até atingir um máximo em 2012, tanto em número de contratos – crescimento de 284% - e em volume financeiro, sendo 321,81% superior ao liberado em 2008, início do programa. Podem ser levantadas algumas hipóteses para analisar esse crescimento de acesso ao Programa. A primeira consideração a ser feita é relacionada ao montante financeiro, o qual disponibilizava por contrato até R\$80 mil; e a segunda, mais relacionada ao número de contratos, pode ser relacionada ao fato de em 2008 a política pública ter sido lançada

juntamente com o Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009, que normalmente acontece no mês de junho de cada ano, reduzindo o tempo de divulgação e do próprio acesso. Ressalta-se que percentualmente houve um crescimento do montante financiado. Comparativamente, o volume aumentou 81,63% em 2009 (ano-base 2008); 30,70% em 2010 (ano-base 2009); 16,33% em 2011 (ano-base 2010); 52,73% em 2012 (ano-base 2011) e registrou-se um decréscimo de -43,01% em 2013 (ano-base 2011). Esta queda de quase 50% pode ser decorrente de limitações da própria pesquisa pelo fato dos dados ainda não estarem consolidados dentro das instituições financeiras, quando repassadas ao pesquisador.

A estratificação e análise dos dados em separado, por instituição financeira, possibilita identificar que somente o ator Banco do Brasil evidenciou uma queda no número de contratos e volume de créditos concedidos, quando comparado a 2011. Os demais atores todos apresentaram resultados positivos na concessão de recursos para os agricultores familiares da microrregião. Pormenorizando os dados e os respectivos desempenhos dos atores que compõe as agências bancárias, torna-se possível observar no Sicoob-Creditaipu algumas particularidades, conforme apresentadas na tabela 8.

**Tabela 8: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 na Creditaipu**

INSTITUIÇÃO	ANO	CONTRATOS	VALOR
<b>SICOOB</b>	2008	410	9.416.630,06
	2009	388	9.603.455,66
	2010	493	12.161.685,18
	2011	641	17.149.006,25
	2012	938	29.222.324,51
	2013	233	10.357.491,73
<b>TOTAL</b>		<b>3103</b>	<b>87.910.593,39</b>

Fonte: pesquisa do autor com dados repassados pelo Sicoob-Creditaipu

Pela tabela, ao se analisar os resultados dos anos 2008 e 2009, observa-se questões interessantes que reforçam a importância do constante e gradativo aumento do valor do crédito concedido pelas políticas públicas, assim como as condições de acesso. Comparando os

desempenhos de ambos os anos, verificou-se uma diminuição do número de contratos – de 410 caiu para 388 -, porém o montante financeiro aumentou em R\$ 186.825,60. Depois, de 2009 a 2012, houve acréscimos nos contratos e volume financeiro numa taxa média de 35% ao ano.

No caso do ator Banco do Brasil, se verificou grandes oscilações no desempenho da instituição como fonte de liberação de crédito. A tabela 9 apresenta o desempenho da agência de crédito desde a criação da linha de financiamento.

**Tabela 9: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 no BB**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ANO</b>	<b>CONTRATOS</b>	<b>VALOR</b>
<b>BB</b>	2008	15	1.089.857
	2009	152	9.384.982
	2010	251	11.879.729
	2011	237	<b>10.758.977</b>
	2012	234	10.543.687
	2013	647	15.012.141
<b>TOTAL:</b>		<b>1.536</b>	<b>58.669.373</b>

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações do BB

Como visto, houve uma forte expansão na liberação de crédito via o Pronaf Mais Alimentos no segundo ano da política pública, a qual partiu de 15 contratos em 2008 para 152 em 2009 – crescimento de 913%. Nos anos subsequentes, até 2011, registrou-se acréscimos no montante de crédito liberado e contratos firmados nos sete municípios. O ano de 2012 foi marcado por uma leve redução do número de agricultores que acessaram a política pública (-3 contratos), bem como do montante financeiro liberado (R\$-219.290,00). Já o ano de 2013 fechou com volume de crédito recorde de R\$15.012.141, 00 (+42,38%) e 647 contratos firmados (+176,49).

O desempenho do ator Cresol de certa forma se assemelha ao do Banco do Brasil. Uma das explicações possíveis é que a cooperativa de crédito está conectada ao banco federal e ao BNDES para emprestar aos agricultores familiares associados à instituição, fazendo constantes

captações em ambos agentes. A tabela detalha o acesso dos agricultores familiares ao Mais Alimentos pela Cresol.

**Tabela 10: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 na Cressol**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ANO</b>	<b>CONTRATOS</b>	<b>VALOR</b>
<b>CRESSOL</b>	2008	4	R\$ 224.656,00
	2009	1	R\$ 63.637,00
	2010	20	R\$ 995.313,48
	2011	34	R\$ 1.343.669,00
	2012	456	R\$ 4.986.753,03
	2013		
<b>TOTAL</b>		<b>515</b>	<b>R\$ 7.614.028,51</b>

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações repassadas pela Cressol Pinhalzinho

A Cresol no primeiro ano liberou quatro contratos que totalizaram R\$224.656,00. Já no ano seguinte, somente um contrato foi firmado, com valor de R\$63.637,00. A partir de 2010, a cooperativa de crédito acompanhou o ritmo de expansão dos demais atores envolvidos na rede, aumentando de maneira significativa sua participação no programa, com destaque para o ano de 2012, com 456 contratos firmados, totalizando R\$4.986.753,03.

Em termos de número de contratos e volume financeiro disponibilizados, o Sicredi Alto-Uruguaí obteve o menor desempenho. Um fator de influência neste resultado está diretamente relacionado ao tempo de instalação da agência em Pinhalzinho, no ano de 2009 – por isso não foram registrados contratos em 2008 – e pela reduzida abrangência de atuação, atendendo somente os municípios de Pinhalzinho e Saudades. A tabela 11 sintetiza os dados.

**Tabela 11: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 no Sicredi**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ANO</b>	<b>CONTRATOS</b>	<b>VALOR</b>
<b>SICREDI</b>	2008		
	2009	2	45.414,00
	2010	18	439.693,00
	2011	16	384.902,00
	2012	22	513.306,00
	2013	20	425.700,00
<b>TOTAL</b>		<b>78</b>	<b>1.809.015,00</b>

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações do Sicredi-Alto Uruguai

Como observado, no primeiro ano de instalação da agência dois contratos foram firmados, totalizando R\$ 45.414,00, um valor considerado baixo, quando comparado a possibilidade de financiamento de R\$90.000,00 disponível pelo Plano Safra 2009/2010 na Linha Mais Alimentos. No ano seguinte (2010), tanto o número de contratos e montante de recursos obtiveram significativo aumento – 800% a mais em contratos e 868% em R\$. Em 2011, o desempenho da cooperativa de crédito diminuiu, porém voltou a crescer em 2012, reduzindo novamente em 2013.

Ressalta-se alguns aspectos interessantes relacionados à liberação de contratos e recursos do Mais Alimentos nos agentes financeiros. Se pensados em termos de rede, todos são conectados a uma rede maior, de abrangência nacional. Por exemplo, tanto a agência de Pinhalzinho do Banco do Brasil, quanto às das cooperativas de crédito Cressol, Sicoob-Creditaipu e Sicredi Alto Uruguai estão diretamente ligadas às redes nacionais do Banco do Brasil, Sicoob, Sicredi e Cressol, sendo estas as responsáveis pela liberação de cotas financeiras para os outros nós da rede. Na prática significa dizer que há uma dependência dos agentes das redes nacionais que captam dinheiro de outros atores, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou no Tesouro Nacional, FAT ou Poupança Rural (MCR6), para emprestar aos agricultores familiares, também integralizados a rede. Neste contexto, um aspecto também merece ser mencionado: no caso de um dos atores financiadores diretamente ligados aos agricultores familiares demandar de um volume de recursos dos atores-chave e não

os emprestar ao público em questão, o ator local é penalizado com cotas de recursos menores em momento posterior. Portanto, há o esforço por parte das agências locais em alocar todo o montante solicitado no mercado dos tomadores de crédito, o que pode tornar o agente financeiro um ser ativo na ‘venda’ da Linha do Mais Alimentos.

Um caso prático foi identificado pela pesquisa no interior do município de Pinhalzinho. O agricultor familiar F4AH demandava de fazer um investimento na área do leite. Em conversa com o responsável pela carteira de crédito na agência bancária havia sido informado primeiramente da escassez de recurso na Linha Mais Alimentos e o financiamento iria demorar a ser liberado. Porém, alguns dias depois, a cooperativa de crédito entrou em contato disponibilizando recursos na linha pretendida, mas com um prazo de pagamento menor do anunciado pelo programa federal. Nas palavras do agricultor familiar:

Tem uma sobra de dinheiro do Mais Alimentos que é pra 5 anos só. Respondi pra cinco anos não. E então ele me disse vamos oferecer pra outro, mas é um direito dos 10 anos. Eu quero os 10. Depois no mesmo dia ele me liga, oh, [...] conversei com o pessoal e esse é um dinheiro pra 7 anos. Não tinha condições de pagar em cinco... tudo bem pego em 7, mas daí o banco fica trabalhando 3 anos com o meu dinheiro, depois disso o banco paga o governo (ENTREVISTADO, F4AH).

A análise do agricultor em questão evidencia claramente a relação entre as redes mais curtas (local) e mais longas (nacional), onde todos estão interligados. Com relação à obtenção do crédito, a fala do entrevistado relata concertação entre o ator agricultor familiar e ator cooperativa de crédito pelo fato do prazo obtido ser menor do pretendido pelo tomador do empréstimo. A operação foi legal do ponto de vista jurídico, como especificado no Manual de Crédito Rural (MCR) no item que trata da Linha Mais Alimentos, a qual afirma que o prazo pode ser de até 10 anos para quitação do débito.

Outro aspecto que reforça a construção de uma rede envolta no Pronaf Mais Alimentos pode ser observada na análise dos dados da Cressol. Na agência de Pinhalzinho, em 516 contratos liberados desde 2008 até 2013, todos os recursos captados para empréstimos aos agricultores familiares foram oriundos do Banco do Brasil e do BNDES, conforme apresenta a tabela abaixo.

**Tabela 12: volume de recursos e contratos firmados na Cressol com captação no BNDES**

	<b>Valor</b>	<b>Número de operações</b>
<b>PERÍODO</b>	1/7/2008 - 30/6/2009	
BNDES	R\$ 224.656,00	4
<b>PERÍODO</b>	1/7/2009 - 30/6/2010	
BNDES	R\$ 63.637,00	1
<b>PERÍODO</b>	1/7/2010 - 30/6/2011	
BNDES	R\$ 642.642,00	14
BB	R\$ 352.671,48	6
<b>PERÍODO</b>	1/7/2011 - 30/6/2012	
BNDES	R\$ 1.266.919,00	33
BB	R\$ 76.750,00	2
<b>PERÍODO</b>	1/7/2012 - 30/6/2013	
BNDES	R\$ 797.863,45	38
BB	R\$ 224.749,00	15
Emergencial BB	R\$ 3.855.475,20	392
Emergencial BNDES	R\$ 108.665,38	11
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 7.614.028,51</b>	<b>516</b>

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações da Cressol – Pinhalzinho

A partir da análise da tabela se observa a importância do BNDES como fonte de recursos. Desde a criação do Mais Alimentos, a

Cressol utiliza de recursos do banco de fomento estatal, tradicionalmente ligado ao financiamento dos setores da indústria e investimentos no país e no exterior. Tanto em volume de recursos ou de contratos, a utilização do BNDES na captação do crédito é superior ao do Banco do Brasil por parte da cooperativa de crédito de interação solidária.

Na academia, esta relação entre os atores que elaboram projetos guarda-chuva já foi alvo de investigação de Conti e Roitman (2011), ambos os autores tem relações profissionais com o BNDES. A pesquisa documental, realizada a partir da análise de demonstrações financeiras e contábeis do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Central (BC), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste, Bansicredi e Bancoob, buscou levantar informações sobre a participação de cada fundo na composição dos recursos aportados para o programa.

A pesquisa analisou os 15 anos do programa, de 1996 até 2010. Nela, Conti e Roitman (2010) desenvolvem um modelo matemático para averiguar o custo de equalização dos encargos financeiros gerados. As simulações foram feitas em dois tipos de financiamento: Pronaf Investimento, no valor de R\$20 mil, com taxas de juros de 2% ao ano e oito anos de prazo total; e Pronaf Custeio, de R\$10 mil, com juros de 1,5% ao ano e 11 meses de prazo total para quitação. As simulações foram feitas com base nas instituições BNDES e BB para crédito investimento e Bancoob, Bansicredi, BNDES e BB para custeio.

Conti e Roitman (2011) apontam, dentre outros dados, que as instituições financeiras cooperativas apresentam custos de equalização menor, quando comparadas as demais fontes de recursos. Porém, [...] “os bancos cooperativos não dispõe de volume suficiente de recursos para liderar uma expansão futura do Pronaf. Essa desejável expansão ficaria a cargo, portanto, dos recursos obrigatórios, da poupança rural, dos fundos constitucionais e do BNDES” (CONTI; ROITMAN, 2011, p.165).

Os autores, por fim, salientam a necessidade do governo continuar a aumentar o aporte de recursos para o Pronaf, sugerindo, inclusive, alterar os percentuais relativos às exigibilidades e subexigibilidades ou ainda mudar os fatores de ponderação utilizados para o cálculo destas exigibilidades. Para este acréscimo nos recursos, Conti e Roitman (2011) apontam os fundos constitucionais com mais propensão a contribuir com esta escalada e recomendam a utilização integral dos recursos da poupança rural para financiar investimentos e as

outras fontes, como os recursos obrigatórios, para empréstimos de longo prazo.

Pela lógica descrita no trabalho de Conti e Roitmann (2011), o custo de execução do Mais Alimentos observado na microrregião de Pinhalzinho foi menor pelo expressivo número de contratos firmados pelos atores privados-cooperativos. No total, durante os cinco analisados, foram contratados R\$ 97.333.636,90 em recursos, distribuídos em 3.696 contratos, nos sete municípios. Evidente o resultado de 1536 contratos firmados no Banco do Brasil não são desprezíveis, nem mesmo o valor de R\$58.669.373,00 liberados desde 2008. Porém se observa uma forte presença do cooperativismo de crédito como ator-chave na rede, o qual a partir da lógica dos autores poderia ser mais estimulado a ser executor das políticas públicas de crédito para agricultura familiar, pelo seu custo para os cofres públicos. Além disso, ressalta-se o papel do cooperativismo como instrumento utilizado no Sul do país, ainda durante a Revolução Verde, para modernizar a agricultura.

### **5.1 O ingresso na rede do Pronaf Mais Alimentos**

O ingresso na rede do Pronaf Mais Alimentos pode se dar por vários modos. Uma das portas de entrada – a qual escolheu-se por melhor representar os objetivos da pesquisa – é a elaboração do projeto para contrair o crédito do Pronaf Mais Alimentos. O processo é de certa forma, complexo, principalmente pela quantidade de informações solicitadas no cadastro. Além disso, são precisos pareceres de técnicos atestando as informações prestadas, os quais, do ponto de vista da TAR, se conectam tanto no ator agricultor familiar, quanto no ator agente de crédito.

O projeto para acessar a linha Mais Alimentos está compreendido basicamente em duas etapas. A primeira consiste em prestar informações cadastrais básicas, tanto do proponente (agricultor familiar) e assistente técnico responsável, o qual deve ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Esta etapa compreende o projeto em si, com a discriminação dos investimentos e do valor pretendido. Informações do imóvel beneficiado, com as respectivas benfeitorias e valores atualizados, também são solicitadas. Nesta fase, o agricultor familiar precisa, inclusive, informar seus históricos agrícola, agropecuário e rendas com atividades não agropecuárias, além dos custos de depreciação da terra, máquinas e benfeitorias. Depois o responsável técnico deverá conceder um parecer

afirmativo da veracidade das informações e de respeito a Legislação Ambiental.

A seguir, o agricultor deve apresentar o Cadastro de Terras, composto por informações sobre a propriedade (arrendada ou própria), tipo de solo, georreferenciamento e uso do espaço – em percentuais - com atividades agrícolas, pecuárias, florestamento, reservar natural, águas e fontes. A penúltima parte desta etapa consiste na apresentação do Fluxo de Caixa e Capacidade de Pagamento (CAPAG). Aqui deverão ser discriminados novamente os valores a financiar, recursos próprios e o valor do orçamento. Esta pode ser considerada a mais complexa, pois o proponente necessariamente precisa informar as receitas com cada atividade e as despesas, além das dívidas já contraídas com o setor bancário. De forma automática, o sistema, através do cruzamento de dados, informa a capacidade de pagamento por ano, a amortização do capital e o pagamento de juros. Para findar a primeira etapa, o agricultor deverá apresentar o croqui de localização do empreendimento. Ressalta-se que esta primeira fase é comum para qualquer uma das linhas do Pronaf.

Em específico para acessar o Mais Alimentos, o responsável pela elaboração do projeto deverá conceder um parecer composto pelas seguintes questões:

- a) Diagnóstico da situação atual (como está a propriedade na atualidade);
- b) Tecnologia a ser implementada (qual o investimento a ser feito);
- c) Índices de incremento de produtividade com a consolidação do empreendimento (o quanto se vai aumentar a produtividade na propriedade);
- d) Outras informações relevantes
- e) Parecer sucinto e objetivo sobre a oportunidade do crédito e a viabilidade técnica e econômica.

Se o agricultor, por exemplo, optar por financiar um trator, colheitadeira ou veículo, ele deverá apresentar um relatório de dimensionamento de máquina. Ou seja, se aquele investimento poderá ser empregado naquela propriedade, compreendendo informações sobre a demanda de serviços e o dimensionamento em si que cruza dados de índices como faixa de trabalho, velocidade e eficiência no campo, gerando o coeficiente mecanizado que pode concluir com a indicação ou não do investimento. O mesmo se aplica ao interesse na aquisição de

veículos. Ao fim, o agricultor deverá entregar o projeto na unidade financiadora que opera o Pronaf.

Como se percebe, o processo para acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é complexo e detalhista, semelhante a qualquer outro processo de financiamento de investimento. Apesar da planilha oferecer os cálculos matemáticos já prontos, ainda assim existe a necessidade de orientação de técnico que deverá assinar a veracidade dos dados. Em termos de rede, a planilha pode funcionar como uma barreira, impedindo o proponente de acessar o crédito governamental.

Desde seu lançamento, a cada ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem feito alterações no Mais Alimentos. Para o Plano Safra 2013/2014, o MDA informou que podem ser financiados motocultivadores, tratores, equipamentos/implementos, irrigação, aves e suínos, apicultura, aquicultura, equipamentos para armazenagem e câmaras frigoríficas, veículos de transporte de carga, equipamentos para produção primária de leite, equipamentos para produção primária de café e colheitadeiras. Já no Mais Alimentos Agroindústria, uma novidade implementada no Plano Safra 2012/2013, é possível contrair crédito para investimentos em equipamentos para beneficiamento e processamento de frutas, café, leite, mandioca e geral, neste caso, abrangendo outras atividades não especificadas.

O MDA também criou critérios para aplicação dos recursos pelos agricultores familiares. A propósito, no site do MDA é possível consultar os valores financiados, com especificações técnicas mínimas para cada item de interesse e as empresas credenciadas a operarem o Mais Alimentos, em suas duas vertentes, todas, portando registradas e constantes no Credenciamento de Fabricantes Informatizados (CFI), do BNDES. No caso da aquisição de tratores novos, cujo interesse dos produtores rurais foi imediatamente grande pelo montante de recursos disponibilizados ser maior, criaram-se condições especiais para compra, com descontos de 15% para máquinas com potência de 15 cavalos-vapor (CVs) até 75 CVs. O limite máximo financiado no trator de maior potência é de R\$86.759,87, incluídos impostos e frete. Não são financiadas máquinas importadas, somente com fabricação nacional. Já para a compra de tratores usados, o MCR, estipula valor máximo de R\$40 mil, com até 10 anos de uso. E, este, deverá ser revisado e com certificado de garantia “emitido por concessionário ou revenda autorizada, podendo o certificado de garantia ser substituído por laudo de avaliação emitido pelo responsável técnico do projeto, atestando a fabricação nacional, o perfeito funcionamento, o bom estado de

conservação e que a vida útil estimada da máquina ou equipamento é superior ao prazo de reembolso do financiamento” (MCR, 2013).

Para cada item de financiamento são estabelecidas regras específicas, com vistas a garantir a segurança na aplicação do investimento, visando [...] “o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo” (MCR, 2013). Com se analisa, o processo é burocrático e leva um tempo considerável, desde a elaboração do projeto até sua implementação ou finalização. Por ora, pode-se dizer que o Mais Alimentos constitui-se da mais expressiva política de crédito voltada a agricultura familiar, principalmente pela sua abrangência em números de possíveis investimentos ou pelo montante disponibilizado em cada contrato. O maior exemplo é o incremento na venda de tratores e motocultivadores que saltou de 1.992.000 (2008) para 5.803.000 em 2009 (MDA).

Em Santa Catarina, este incremento do número de tratores, principalmente de rodas, ficou bastante evidenciado, desde 2008, conforme apresenta a tabela 13.

**Tabela 13: evolução da venda de motocultivadores em Santa Catarina**

Discriminação	(n <sup>o</sup> )							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cultivadores	909	751	405	546	437	535	237	265
Trator de rodas (em cv)	1.614	1.372	2.206	3.474	5.013	4.724	3.048	3.259
Tratores de esteiras	25	7	8	24	40	40	39	61
Colheitadeiras	84	63	140	201	103	157	149	212
Retroscavadeiras	62	66	70	110	125	193	138	120
<b>Total geral</b>	<b>2.694</b>	<b>2.259</b>	<b>2.829</b>	<b>4.355</b>	<b>5.718</b>	<b>5.649</b>	<b>3.611</b>	<b>3.917</b>

Fonte: Epagri, 2014

Se em âmbito nacional o crescimento das vendas de tratores aumentou 191,31%, entre os anos 2008-2009, em Santa Catarina o incremento foi menor, de 44,30%. Em números absolutos o crescimento nas vendas de tratores de rodas no campo foi de 1.539 novas máquinas. A época, o Mais Alimentos recebeu o apelido de Pronaf Mais Trator, principalmente pela concentração de vendas entre 2008 e 2009. Mais tarde, como se perceberá neste trabalho, a maior concentração de investimentos através da linha de crédito está concentrada no setor leiteiro, tendo como base comparativa a base de dados do ator Siccob – Creditaipu.

## **5.2 O ingresso na rede do Mais Alimentos pelos agricultores familiares da microrregião de Pinhalzinho**

O acesso dos nove agricultores familiares que participaram da pesquisa realizada se deu por diversas formas. Considerando também como porta de entrada na rede a obtenção da informação sobre a existência da política pública, ressaltou-se um papel fundamental e importante da imprensa – citada por seis entrevistados, os quais após ficarem sabendo da linha de investimentos procuraram os bancos. Os três restantes conheceram a política pública através do banco e da Cooperativa Regional Itaipu. Por esta lógica, se percebe a importância da imprensa a qual [...] “serve ao propósito de informar e orientar sobre fatos da atualidade, mantendo um vínculo de contato periódico com a audiência, que é dispersa geográfica e socialmente, tratando de temas que dizem respeito aos mais variados campos do saber humano” (LIMA, 1993, p.21).

A relação entre a imprensa e o banco, onde ambos operam como canais de comunicação, o entrevistado F3AH salienta, com suas palavras, como se dá o processo:

Através do meio de comunicação. Da rádio daí né. E aí eles anunciam isso na rádio. O programa da cooperativa sempre no meio dia. Sempre nas segundas, quartas e sextas. Eles anunciam na rádio pra todo mundo ficar sabendo. Qualquer programa de banco ou cooperativa a gente ouve na rádio. A maioria do pessoal fica sabendo (ENTREVISTADO F3AH)

O programa de rádio mencionado pelo entrevistado é veiculado na imprensa radiofônica local, em espaço mantido pela Cooperitaipu e Sicoob-Creditaipu, os quais historicamente mantêm laços de parceria. Outro aspecto importante citado pelos agricultores familiares para obtenção das informações sobre o Mais Alimentos foram as reuniões de líderes realizadas periodicamente pelas cooperativas de produção e crédito, com objetivo de difundir informações das organizações e,

concomitantemente, das políticas públicas anunciadas pelo Governo Federal.

Com relação à instituição escolhida para efetuar a busca pelo crédito, dentre os bancos há pouca possibilidade de obter vantagem competitiva já que as taxas de juros, prazos e valores são determinadas pelo Governo Federal, se percebeu fortemente a influência da cooperativa de produção na tomada de decisão pelos agricultores familiares. Dentre os nove agricultores familiares seis deles obtiveram o crédito no Sicoob-Creditaipu, um no Banco Real, um no Banco do Brasil e outro na Cressol. Deste total, quatro dos sete elaboraram o projeto com os agentes do Sicoob-Creditaipu e outros dois diretamente com os técnicos da Cooperitaipu, os quais também obtiveram o crédito na cooperativa singular.

A lógica da relação Sicoob-Creditaipu e Cooperitaipu também é reproduzida pela Cressol e Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (Sintraf). O único agricultor familiar que optou por acessar o Mais Alimentos na Cooperativa de crédito com interação solidária teve o projeto elaborado por um membro do Sintraf. Além das cooperativas e sindicato, percebeu a participação de empresas privadas e da Epagri na formação de duas propostas de captação de recursos, evidentemente que ambas dão maior independência ao agricultor familiar no quesito instituição financeira.

Uma das explicações para predominância de mercado do Sicoob-Creditaipu na operação da política pública se deve ao número de associados à cooperativa. Todos os entrevistados, mesmo não tendo acessado o crédito por ela, são sócios da instituição, facilitando o acesso à liberação de financiamentos. Neste contexto, a fala de um dos entrevistados exemplifica o processo de tomada de decisão por um agente de crédito: [...] “a gente trabalha com a Sicoob. Tudo, a produção que a gente produz entrega na cooperativa agrícola (Itaipu) e quando precisamos de recursos vamos na Sicoob” (ENTREVISTADO F7AH).

Outro aspecto que merece destaque é a relação com a integradora<sup>9</sup>, quando o investimento se concentra na área da suinocultura ou avicultura. Em um dos casos, o agricultor familiar que acessou por duas vezes a Linha Mais Alimentos, primeiramente optou

---

<sup>9</sup> O termo integradora deriva de integração, compreendido como a relação de parceria entre agroindústria e agricultor familiar, na qual a empresa – a depender do contrato – cede ao produtor os animais e sua manutenção, cabendo ao “integrado” oferecer sua mão de obra e estrutura física para criação dos animais, recebendo um determinado valor monetário em troca por animal quando prontos para o abate.

por utilizar técnicos da Epagri para elaborar o projeto porque sua integração de aves era com a empresa Diplomata. Já o segundo foi elaborado pela Cooperitaipu, a qual, em termos de rede, está conectada a Cooperativa Central Aurora Alimentos. Nesta época, com a quebra da paranaense em Xaxim (SC), este agricultor migrou para outra agroindústria.

### **5.2.1 A interferência da agroindústria no acesso ao crédito**

Interessante frisar, como já estudado por Mior (2005; 2007), Sorj; Pompermaeyer e Coradini (1982) e Wilkinson (1996), o oeste catarinense possui uma característica interessante com relação à presença das agroindústrias, devido ao território ser fortemente marcado pela existência da agricultura familiar. Na visão de Wilkinson (1996), a agricultura familiar possui uma vocação para policultura, onde a criação de aves e suínos, por exemplo, seriam atividades que agregariam valor a propriedade.

Hoje, passados mais de 50 anos, as agroindústrias fazem parte não somente economia local do agricultor do oeste catarinense, mas também da vida cotidiana do agricultor familiar. Dos nove agricultores familiares entrevistados pela pesquisa, somente uma propriedade não mantinha relações comerciais com a agroindústria convencional. E, em termos de política pública, a agroindústria foi citada pelos entrevistados como responsável por incentivar o acesso a Linha Mais Alimentos nas três propriedades onde foram feitos investimentos na avicultura, com a construção de aviários ou aquisição de equipamentos para acompanhamento tecnológico da atividade. A agroindústria também foi citada pelo entrevistado F9AH como incentivadora para construção de uma pocilga. A tabela detalha a concentração das atividades cuja linha de crédito auxiliou a concretizar empreendimentos.

**Tabela 14: investimentos realizados pelos agricultores familiares entrevistados da microrregião de Pinhalzinho**

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>
Sala de ordenha/ leite	5	De R\$80.000,00 a R\$129.000,00	De 2009 a 2011
Pocilga	1	R\$130.000	2011
Aves	3	De R\$49.000,00 a R\$130.000,00	De 2009 a 2012
Trator + pulverizador	1	R\$90.000,00	2009

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações coletadas no campo

Como percebido na tabela 14 quatro empreendimentos estão diretamente relacionados os sistema de verticalizado de produção. Já os cinco que se concentram na área do leite também mantém uma relação com a agroindústria convencional, porém de forma menos direta. Neste contexto, o agricultor somente se compromete a entregar sua produção a agroindústria que processa a matéria prima. No caso da Aurora, a empresa se utiliza da Cooperitaipu como geradora de vantagem competitiva, oferecendo ao produtor assistência técnica gratuita como forma de fidelizar a entrega do leite para processar na unidade de Pinhalzinho, a qual tem capacidade para industrializar dois milhões de litros por dia.

Com relação aos valores também se observou a preferencia por captar o limite do financiamento de acordo com os Planos Safras de cada ano. Os entrevistados F2AH e F4AH contraíram financiamento do Mais Alimentos em 2009, logo no início do programa, onde o primeiro entrevistado optou por investir na bovinocultura de leite e contratou o limite máximo do Plano Safra 2008/2009 no valor de R\$80.000,00. F4AH aplicou R\$49.000,00 na aquisição de dois fornos para o aviário. Aproveitando o aumento do limite de crédito no Plano Safra seguinte, a família do entrevistado F8AH adquiriu um trator e um pulverizador ao valor de R\$90.000,00. Em 2011, investiram: as famílias de F5AH, R\$100.000,00 na construção de uma sala de ordenha; F7AH na construção de uma pocilga, no valor de R\$130.000,00; F1AH R\$129.000,00 na aquisição de novilhas para produção de leite; F4AH R\$80.000,00 na construção de uma sala de ordenha; e F3AH, R\$ 130.000,00 na construção de uma sala de ordenha. O mais recente

empreendimento identificado foi da família do entrevistado F9AH em 2012 que aplicou R\$130.000,00 na edificação de um aviário.

Um detalhe a ser mencionado foi a congregação de acesso a políticas públicas para agricultura familiar. Se percebeu em investimentos de maior valor, como no caso das famílias F9AH e F7AH, que além da Linha Mais Alimentos os agricultores familiares complementaram o valor dos seus empreendimentos, no caso um aviário e uma pocilga, com o Programa de Apoio ao Médio Produtor – Pronamp – no qual também se enquadraram, dando como garantias do financiamento as terras. A diferença entre o Mais Alimentos e o Pronamp – de forma simples – está nos juros que serão pagos e no montante a ser contratado. No Mais Alimentos, a taxa máxima de juros é de 2% ao ano, enquanto no Pronamp pode chegar a 6,5%, respeitando os três anos de carência e prazo de dez anos para pagamento em ambas as linhas de crédito. No Plano Safra 2013/2014, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, percebeu esta distorção e aumentou os valores de financiamento para a suinocultura e avicultura para R\$360.000,00 permitindo a construção de galpões mais amplos e modernos. Em termos de TAR, este acréscimo no montante a ser financiado pode contribuir para inclusão de agricultores em transição ou capitalizados, porém também pode acelerar a exclusão de agricultores familiares produtores em menor escala.

Ploeg (1986; 2010) foi um dos pioneiros na academia a estudar e discutir o que chamou de processo de mercantilização da agricultura familiar. Primeiramente focado na Europa, principalmente a Itália e Holanda, e depois na América Latina, Ploeg (1986) identificou que o vínculo de produção e reprodução social histórico e assegurado, onde o agricultor familiar detinha todo o poder decisório, havia sido quebrado. E, em seu lugar, entra o mercado determinando praticamente todas as condições de trabalho e de produção.

O mercado através do seu jogo de forças, do estabelecimento dos preços dos produtos agrícolas e das mercadorias e, das suas decisões é quem comanda, em certa medida, a lógica de ação do agricultor familiar, incluindo a influência sobre suas decisões relativas ao que plantar, quais atividades produtivas desenvolver e quais instrumentos e meios de produção usar no processo produtivo. Aqui o mercado é impessoal e, muitas vezes, invisível materialmente (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2004, p.5)

Esta dependência de uma rede de atores mais transnacional ou do mercado ficou claramente evidenciada na fala dos agricultores familiares, mesmo naqueles onde o processo de verticalização não está tão intensificado, como no caso dos entrevistados que investiram na produção de leite, com a construção de salas de ordenha ou aquisição de animais para aumento da produtividade. Entretanto, quando analisados os casos dos agricultores familiares que optaram pela edificação de pocilga ou aviários, se percebeu forte influência do mercado, representada pela agroindústria convencional, para tomada de decisão do acesso ao financiamento e ao tipo de investimento a ser financiado.

Quando estudados os motivos da aquisição do crédito Mais Alimentos em separado, verifica-se casos similares, alterando-se somente o contexto, porém com um mesmo pano de fundo: o viés mercadológico da política pública. Interessante mencionar um certo esforço do agricultor familiar que investiu na suinocultura e avicultura para se conectar à agroindústria, por meio da integração verticalizada, da qual este recebe os animais e os suprimentos da empresa integradora, restando-lhe, em contrapartida, investir em galpões (infraestrutura física) e contribuir com o seu trabalho e de sua família para a atividade.

O viés produtivista fica ainda mais evidente quando analisados dados da concentração dos investimentos do Mais Alimentos nos sete municípios da microrregião de Pinhalzinho, a tomar como exemplo o maior agente financiador da microrregião, o Sicoob-Creditaipu. As tabelas 15 e 16 representam, respectivamente, o número de contratos firmados e o montante liberado desde 2008 na cooperativa de crédito.

Tabela 15: Número de contratos firmados entre os anos 2008/2013 no Sicoob – Creditaipu

Atividade	Anos						TOTAL
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
AGRÍCOLA	111,00	118,00	171,00	205,00	274,00	78,00	957,00
AGROINDÚSTRIA	0,00	0,00	3,00	2,00	6,00	0,00	11,00
AVICULTURA	65,00	54,00	51,00	68,00	99,00	37,00	374,00
BOVINOCULTURA DE LEITE	192,00	173,00	219,00	315,00	471,00	89,00	1.459,00
CISTERNA	13,00	3,00	2,00	4,00	38,00	6,00	66,00
ENERGIA	1,00	1,00	1,00	2,00	2,00	0,00	7,00
FRUTICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
HORTIFRUTIGRANJEIROS	2,00	3,00	1,00	3,00	2,00	1,00	12,00
IRRIGAÇÃO	1,00	1,00	2,00	3,00	1,00	0,00	8,00
OVINOCULTURA	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	2,00
PISCICULTURA	0,00	0,00	0,00	1,00	4,00	0,00	5,00
REFLORESTAMENTO	3,00	7,00	9,00	13,00	8,00	4,00	44,00
SUINOCULTURA	22,00	27,00	33,00	25,00	33,00	17,00	157,00
<b>TOTAL</b>	<b>410,00</b>	<b>388,00</b>	<b>493,00</b>	<b>641,00</b>	<b>938,00</b>	<b>233,00</b>	<b>3.103,00</b>

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações do Sicoob - Creditaipu

Tabela 16: montante financeiro liberado por atividade na Linha Mais Alimentos de 2008/2013, por atividade.

Atividade	Anos						TOTAL
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
AGRÍCOLA	3.069.112,11	3.081.131,23	4.323.481,23	5.693.731,23	9.800.803,11	2.986.442,98	28.954.701,89
AGROINDÚSTRIA	0,00	0,00	43.600,00	45.700,00	110.150,00	0,00	199.450,00
AVICULTURA	2.614.898,32	2.442.568,32	2.462.818,32	3.173.568,32	4.715.448,32	2.407.068,32	17.816.369,92
BOVINOCULTURA DE LEITE	2.384.181,70	2.503.634,18	3.642.171,70	5.883.881,70	11.820.583,56	3.581.656,50	29.816.109,35
CISTERNA	111.340,00	16.700,00	34.900,00	82.000,00	795.710,45	118.000,00	1.158.650,45
ENERGIA	6.000,00	25.000,00	2.500,00	82.000,00	15.000,00	0,00	130.500,00
FRUTICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
HORTIFRUTIGRANJEIROS	12.000,00	31.000,00	15.000,00	36.200,00	43.000,00	8.000,00	145.200,00
IRRIGAÇÃO	13.700,00	4.000,00	39.000,00	77.110,00	15.000,00	0,00	148.810,00
OVINOCULTURA	0,00	1.500,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00
PISCICULTURA	0,00	0,00	0,00	20.000,00	40.500,00	0,00	60.500,00
REFLORESTAMENTO	42.100,00	113.100,00	225.000,00	279.200,00	161.293,57	133.600,00	954.293,57
SUINOCULTURA	1.163.297,93	1.384.821,93	1.363.213,93	1.775.615,00	1.704.835,50	1.112.723,93	8.504.508,21
<b>TOTAL</b>	<b>9.416.630,06</b>	<b>9.603.455,66</b>	<b>12.161.685,18</b>	<b>17.149.006,25</b>	<b>29.222.324,51</b>	<b>10.357.491,73</b>	<b>87.910.593,39</b>

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações do Sicoob-Creditaipu

Como apresentado a maior concentração de investimentos está na bovinocultura de leite com 1.459 contratos e o volume de 29.816.109,35. Em seguida se concentram os financiamentos na área agrícola, a qual compreende, por exemplo, a aquisição de tratores, máquinas, implementos e equipamentos, com 957 contratos e valor de R\$28.954.701,89. Em terceiro e quarto lugares, concentram-se investimentos na avicultura e suinocultura, respectivamente, cada uma, com 374 e 157 contratos firmados e R\$17.816.369,92 e R\$8.504.508,21 liberados, por ordem. Depois aparecem com menor importância, em número de contratos e valores investimentos em cisternas (66), reflorestamento (44), hortifrutigranjeiros (12), agroindústria (11), irrigação (8), energia (7), piscicultura (5), ovinocultura (2) e fruticultura (1).

Em suma, há uma maior concentração de acesso ao Mais Alimentos nos setores mais ligados a rede transnacional e ao agronegócio, mesmo na atividade leiteira, onde o modelo de integração não se fixou totalmente, aos moldes da avicultura e suinocultura. A lógica da rede é simples: o agricultor familiar produz o leite, o qual o vende ou para Aurora, Tirol ou outra com similar característica. Esta, por sua vez, processa ou envaza e o e revende, com valor agregado para o mercado consumidor, podendo ser ele nacional ou internacional, com a exportação. De qualquer forma, o agricultor familiar acaba por se tornar dependente mais dependente de outros atores, atrelada a procedimentos e normatizações, porque envolve um nível mais elevado de conceitos no conhecimento da administração.

Do contrário, se percebeu pela análise dos dados algumas tentativas de fugir desta lógica, com investimentos concentrados na agroindustrialização familiar, reflorestamento e hortifrutigranjeiros, para citar os com maior número de contratos. Porém, outras atividades poderiam ser mais difundidas entre os agricultores familiares como piscicultura, ovinocultura e fruticultura, por exemplo, os quais tiveram pouco acesso em número de contratos e, por consequência, baixo valor liberado (PESQUISA DE CAMPO).

Outra análise a ser feita, agora sob o prisma do desempenho do mercado, é relacionada a avicultura e suinocultura. No caso da produção de aves, os destaques em novos aviários liberados através do Sicoob-Creditaipu foram nos anos de 2008 (65 contratos), 2011 (68 contratos) e 2012, com 99 contratos. Em 2009, 2010 e 2013 percebeu-se uma certa estagnação nos investimentos ou redução de investimentos. A pesquisa identificou com os agricultores entrevistados a dependência, por parte da Cooperativa Regional Itaipu que representa a integradora Aurora, da liberação de cotas para novos aviários. O entrevistado F9AH, por exemplo, investiu na suinocultura porque não havia espaço na Aurora para aves, então, por consequência, optou por outra atividade. Como se percebe, pode ter havido uma maior interferência do mercado e da ATER na sua tomada de decisão de financiamento.

No caso do entrevistado F4AH, o mesmo contexto – do mercado – ficou evidenciado. Investiu, primeiramente na compra de dois fornos para aviários, ao custo de R\$49.000,00, porque iria inviabilizar seu negócio caso não optasse pelo investimento. Evidente que este acesso ao Mais Alimentos também melhorou sua qualidade de vida, pois antes tinha dentro de cada aviário 10 fogões à lenha para fazer fogo e aquecer os animais. A partir dos fornos, bastava fazer fogo em dois pontos, agilizando o trabalho e reduzindo o esforço noturno, principalmente no inverno.

No caso da suinocultura, pela análise dos dados da cooperativa de crédito, se percebeu que mesmo com a crise vivenciada pela atividade desde 2005 os investimentos não cessaram, pelo contrário houve incremento, mesmo pequeno, de novas pocilgas, à exemplo da família de F7AH, que optou pelo início da cadeia produtiva: a criação de matrizes, nas Unidades Produtoras de Leite (UPLs), na chamada “iniciação”. Pela lógica do mercado e alterações na configuração da rede a partir das crises, a primeira modalidade de produtores a sentir as dificuldades são os iniciadores, pois sem animais para produzir ficam com ativos imobilizados e sem renda.

A história da relação da família com o entrevistado se mostrou interessante. Nas palavras do patriarca da família, criar suínos é quase uma tradição, porque seu pai tinha e, desde criança, aprendeu a trabalhar com a atividade.

[...] quando nós casamos nós ficamos uns 15 anos só dependendo de lavoura, mas com pouquinho área, aí a gente viu que não dava para sobreviver. Tu fazia mal e mal para comer, pois a área era pouca e o produto não valia. Ai nós pensamos em investir na suinocultura, uma coisa que eu sempre gostei, daí sem recurso, trabalhamos 8 a 9 anos por conta, às vezes dava, às vezes não dava. Daí no fim nós vimos que não dava mais (ENTREVISTADO F7AH).

O “não dava mais” do entrevistado refere-se a produção de suínos independente, onde o agricultor familiar tem maior controle sobre sua atividade, trabalho e tecnologia a ser empregada. A partir de 2002 optaram pela integração. O motivo foi a certeza de compra e a redução de risco, pois pelo modelo antigo de integração somente a venda para a cooperativa ou agroindústria era garantida, porém com as crises o número de animais poderia ser reduzido e o agricultor familiar estava expostos às intempéries do mercado.

Hoje é bem diferente. Na época tu podia vender os produtos, daí tu não sabia se te faltava ou sobrava, do que tu compro e o que tu vendia, e não dava pra cobrir, e hoje não. Hoje é bem diferente, como nós temos um preço fixo por cabeça que nós entregamos... entregamos tantas cabeças vamos receber tanto (ENTREVISTADO F7AH).

Hoje, a família entrevistada recebe mensalmente pelos lotes de 400 animais entregues a cada 10/12 dias. Se por um lado há uma certeza de compra, a redução de risco nem sempre existe, porque há uma forte dependência da exportação da carne suína. No caso da diminuição da demanda ou dos embarques, a quantidade demandada também se reduz e, conseqüentemente, o número de animais no campo, seguindo a lógica do efeito em rede. Quando as crises acontecem a suinocultura é mais prejudicada pelo seu tempo de produção ser mais lento em relação às aves, as quais em 45 dias, em média, estão no abate. Sem contar que a absorção de carne de frango no mercado é mais fácil, por não haver barreiras culturais, visando a entrada numa rede transnacional ou seja na exportação.

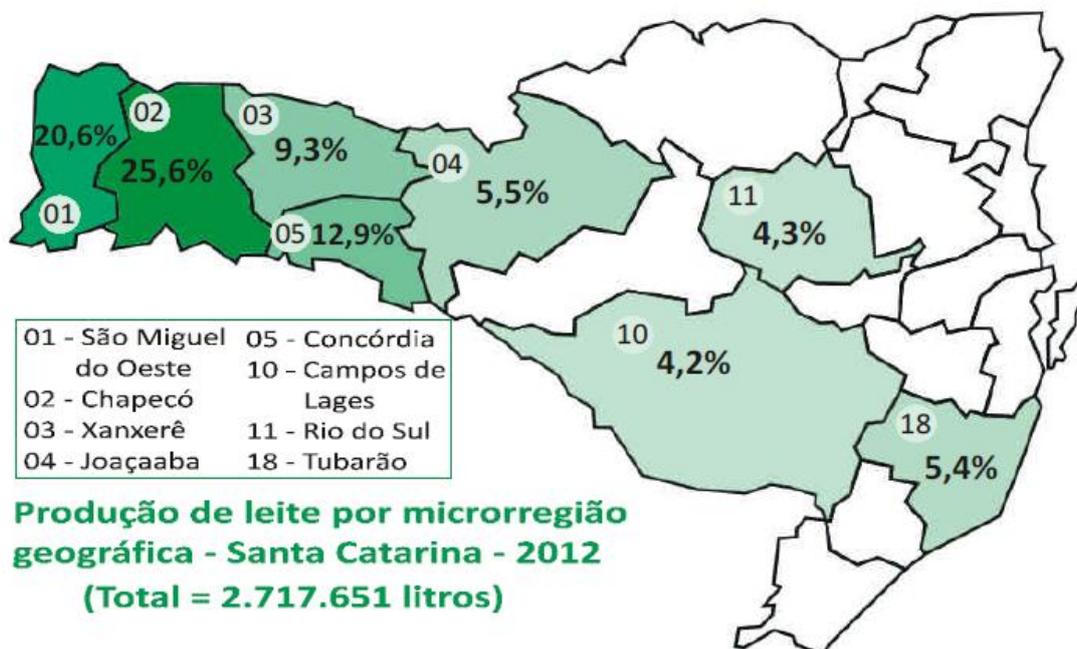
Por parte da integradora se percebe um esforço em manter um preço médio ao agricultor integrado nos momentos de crise. A explicação é relativamente simples. Nas palavras do entrevistado AGRO1, “quando no campo as coisas andam mal, dentro da fábrica, com a agregação de valor, o prejuízo é rebatido”. Além disso, se a agroindústria parar de alojar, sejam aves ou suínos, há prejuízos futuros, porque ambas atividades enfrentam crises cíclicas, ocasionadas pelos movimentos de mercado. Quando há parada na produção, a recuperação das atividades se tornam mais lentas. A lógica da Teoria da Firma explica: é melhor operar no custo fixo médio do que se manter parado arcando com o custo fixo total.

Ao analisar a rede que envolve o setor leiteiro também se perceberá uma lógica de mercado muito forte. Pela tabela dos dados do Sicoob-Creditaipu se percebeu que o acesso ao Pronaf Mais Alimentos foi gradativo neste segmento agropecuário. O menor ano de acesso foi em 2009, com 173 contratos. Os demais, 2008, 2010, 2011 e 2012- cujos dados disponibilizados à pesquisa dos estão consolidados<sup>10</sup> – se notou incrementos consideráveis no acesso ao crédito. A lógica utilizada pelos cinco produtores que investiram na construção de salas de ordenha ou aquisição de animais, também foi de mercado. Um dos diferenciais, os quais podem explicar o “boom” do leite no Oeste Catarinense é a instalação de grandes unidades processadoras na região, como a da Aurora Alimentos e da Piracanjuba, em Maravilha, onde juntas, demandam de quase cinco milhões de litros de leite por dia.

Sobre esta evolução do leite na região, Ferrari et al. (2005) já chamaram a atenção para a expansão da produção de leite no oeste catarinense. À época, em 2005, os autores ressaltavam que de 88 mil estabelecimentos agropecuários, 40 mil detinham a produção leiteira, sendo responsável por 4% da produção nacional, com grande [...] “potencial para triplicar o volume produzido, de forma competitiva, adotando um sistema à base de pasto” (FERRARI et al., 2005, p.1). No mais recente estudo da Epagri, em 2012, do total de 2.717.651 litros de leite produzidos no estado, 25,6% são oriundos da Microrregião 2 da empresa, a qual compreende os municípios da microrregião de Pinhalzinho. Em segundo lugar na produção está a Microrregião 1, com 20,6% da produção total. A figura 3 representa a distribuição geográfica da produção de leite no estado de Santa Catarina.

<sup>10</sup> A pesquisa refere-se a dados consolidados, aqueles já apresentados em balanço pelos agentes financeiros. A época da coleta de dados, as informações de montante e número de contratos não estavam totalmente ‘fechados’ ou consolidados, podendo apresentar variações.

**Figura 3: distribuição geográfica da produção de leite no estado de Santa Catarina**



Fonte: Epagri, 2014

Correlacionando os dados atuais com a pesquisa de Ferrari et al. (2005), verifica-se que os pesquisadores estavam certos. Em oito anos, a participação de Santa Catarina no cenário nacional do leite saiu dos 4% para 8,4%. Em comparação com o desempenho de 2011, no ano posterior a produção catarinense aumentou 7,4%, uma expansão muito maior do que a nacional que cresceu 0,6%. A tabela 17 demonstra a evolução da produção nacional dentre os estados maiores produtores.

**Tabela: 17: evolução da produção de leite nacional dentre os estados maiores produtores**  
(mil litros)

Abrangência geográfica	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Brasil</b>	26.137.266	27.585.346	29.085.495	30.715.460	32.096.214	32.304.421
Minas Gerais	7.275.242	7.657.305	7.931.115	8.388.039	8.756.114	8.905.984
Rio Grande do Sul	2.943.684	3.314.573	3.400.179	3.633.834	3.879.455	4.049.487
Paraná	2.700.993	2.827.931	3.339.306	3.595.775	3.815.582	3.968.506
Goiás	2.638.568	2.873.541	3.003.182	3.193.731	3.482.041	3.546.329
<b>Santa Catarina</b>	<b>1.865.568</b>	<b>2.125.856</b>	<b>2.217.800</b>	<b>2.381.130</b>	<b>2.531.159</b>	<b>2.717.651</b>
São Paulo	1.627.419	1.588.943	1.583.882	1.605.657	1.601.220	1.689.715
Bahia	965.799	952.414	1.182.019	1.238.547	1.181.339	1.679.097

fonte: Epagri, 2014

Se analisados os dados, verifica-se que Santa Catarina para chegar à liderança nacional tem um longo caminho a percorrer, quando compara a produção de Minas Gerais que produz 8.905.984 litros de leite. Porém, pelos dados fica evidenciado o crescimento da bacia leiteira de Santa Catarina nos últimos cinco anos, cujo crescimento foi em torno de 45%, enquanto a produção de Minas Gerais aumentou, neste mesmo período, 22%. Outra análise que fortalece a hipótese de tendência de crescimento do estado no ranking é o crescimento de produção em litros, entre os anos 2011 – 2012. Santa Catarina teve um acréscimo de 186.492 litros de um ano para outro, enquanto Minas Gerais incrementou 149.870 litros. Se analisados os desempenhos dos demais estados, sob esta mesma base, verifica-se incrementos de 170.032 litros no Rio Grande do Sul; 152.924 litros no Paraná; 64.288 litros em Goiás; 88495 litros em São Paulo e 497.758 litros na Bahia. Por estes dados se percebe uma mudança e reforço na tese de desconcentração da produção de leite do Sudeste e Centro- Oeste

na para o Sul do país e, pela análise de desempenho, também para a Bahia, a qual praticamente duplicou sua produção em cinco anos.

Quando analisados os dados das regiões de Santa Catarina se percebeu em cinco anos uma evolução bastante considerável. Em termos percentuais de 2007 a 2012, o crescimento foi de 48,9%, somente ficando atrás da Região Serrana onde produção mais que dobrou, alcançado um crescimento de 108,7%. A tabela 18 nos apresenta o panorama, de acordo com o levantamento da Epagri (2014), da produção do leite até 2012.

**Tabela 18: evolução da produção de leite em Santa Catarina, por regiões**

(mil litros)						
Abrangência	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Santa Catarina</b>	<b>1.865.568</b>	<b>2.125.856</b>	<b>2.217.800</b>	<b>2.381.130</b>	<b>2.531.159</b>	<b>2.717.651</b>
Oeste Catarinense	1.348.291	1.539.527	1.598.968	1.742.254	1.846.717	2.007.684
Norte Catarinense	65.410	75.830	81.588	81.625	82.317	83.860
Serrana	72.086	82.147	100.445	124.819	150.934	150.460
Vale do Itajaí	197.043	204.011	205.580	217.259	222.875	236.450
Grande Florianópolis	46.588	49.289	52.206	51.637	54.647	58.557
Sul Catarinense	136.150	175.051	179.014	163.537	173.670	180.640

Fonte: Epagri, 2014

Conforme tabela, há continuidade da evolução da bacia leiteira no oeste catarinense. Se analisados os dados, com base na variação absoluta de produção entre os anos 2011 e 2012, verificou-se que a expansão foi de 160.967 litros no ano, um volume muito maior do registrado nas outras regiões, onde o maior acréscimo ocorreu no Vale do Itajaí. Se por um lado, a região Serrana teve um expressivo aumento em cinco anos, o período 2011/2012 não foi bom. Houve um decréscimo de -474 litros na produção. Quando observada a variação percentual de produção nas regiões divididas de acordo com a Epagri (2014) a ordem é a seguinte: 1) Oeste, 8,71%; 2) Grande Florianópolis, 7,15%; 3) Vale do Itajaí, 6%; 4) Sul, 4,01%; 5) Norte, 1,8%; e Serra, -0,31%. De qualquer maneira, pelos dados coletados pelo estudo do órgão governamental, o desempenho do Oeste é superior. Inclusive, nesta mesma pesquisa, verificou-se que o preço pago ao produtor foi maior, do comparado a outras regiões. “A diferença de preço se deve, principalmente, à maior concorrência entre as indústrias pela matéria-prima e ao custo do frete até a indústria” (EPAGRI, 2014, p. 121).

Nesta pesquisa realizada na microrregião de Pinhalzinho, como já apontado, cinco acessos à Linha Mais Alimentos foram para investir na atividade leiteira, sendo quatro na construção de sala de ordenha e um para aquisição de animais. Os motivos apresentados pelos agricultores entrevistados veio ao encontro dos argumentos do estudo de Testa et al. (1996), que destacou como pontos positivos para a atividade: a) alta capacidade de absorção de mão-de-obra; b) alta capacidade de agregar valor na propriedade; c) fácil descentralização espacial e diversidade de escalas das unidades industriais; d) grande alcance social; e) possibilidade de uso econômico e conservacionista de terras “não nobres”. Sem contar na remuneração mensal, a qual também foi apontada como elemento crucial para o investimento na atividade. Nas palavras de Ferrari et al. (2005, p.12): “a adoção de um sistema pouco intensivo, com o uso de mão de obra e de terras marginais, que a tornam ao mesmo tempo competitiva em preços e uma opção atrativa para os pequenos produtores familiares de Santa Catarina”.

No caso de um dos entrevistados F3AH, a família havia pensado em investir na aquisição de um trator, porém [...] “a produção de leite de uns anos pra cá deu bastante também”. Este foi o principal argumento levado em consideração para efetivar o crédito. Quando questionados sobre a interferência da agroindústria no acesso ao Mais Alimentos, os cinco entrevistados foram unânimes ao afirmar que não houve qualquer tipo de intervenção. Nas palavras do entrevistado F1AH: “não, não... ninguém vem lá e diz o que tu tem que fazer. Vai depender muito da tua capacidade e da disponibilidade de alimentos que tu vai ter”.

Com relação a alimentação verificou-se neste estudo que o milho produzido na propriedade não tem viés de venda no mercado. É consumido no interior da propriedade, transformado em silagem para alimentação animal, com no caso do agricultor familiar F5AH que possui 18ha plantados do grão com este objetivo.

Interessante frisar que a produção de leite e a renda aumentaram a partir do acesso a Mais Alimentos nas cinco propriedades, as quais todas já estavam familiarizadas com a atividade agropecuária. Tomando como exemplo da família de F2AH, antes do acesso a linha de crédito a produção era em torno de 10 mil litros de leite por mês, depois da construção de uma nova sala de ordenha – que permitiu a aquisição de novos animais – a produção duplicou em dois anos, indo a 20 mil litros/mês. Com relação a renda, na atividade, a mesma acompanhou a produtividade. Além do caso deste agricultor familiar poderia ter citado o entrevistado F5AH que mais que dobrou sua produção. Antes do Mais Alimentos produzia 15 mil litros/mês, agora a produção média é de 42 mil litros/mês, com renda proporcional ao acréscimo de produtividade.

Se por um lado a rede transnacional não interfere na decisão do investimento, a agroindústria e o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, conectados mais diretamente a ela, determinam as condições de pagamento pelo leite produzido. A agroindústria neste contexto é responsável pelo pagamento ao agricultor familiar e o governo pelos ditames sanitários que seguem a orientação dos organismos relacionados à saúde, os quais são incorporados pelo mercado e, conseqüentemente, pela agroindústria.

A partir de 2008 com a oficial entrada em vigor da Instrução Normativa (IN) 51 e de 2012 com a instituição da IN 62 a realidade na produção de leite sofreu uma alteração. Ambas regem a produção, identidade, qualidade e transporte do leite no território nacional. Primeiramente a IN 51 trouxe para o campo a Contagem Bacteriana Total (CBT) e Contagem de Células Somáticas (CCS), discriminando e apontando as características físico-químicas dos Leites Tipo A, Tipo B, Tipo C e UHT, incluindo toda uma legislação para acondicionamento dentro das propriedades e transporte do produto cru. A IN 51 foi criada em 2002, mas efetivamente somente saiu do papel em 2008, período fortemente marcado por discussões entre o Governo e representantes da agricultura familiar, principalmente a Fetraf-Sul, provocando postergações por várias vezes da entrada em vigor.

A substituição da Instrução Normativa 51 pela de número 62, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012, veio com o objetivo de aumentar os prazos e limites de Contagem Bacteriana Total (CBT) e Contagem de Células Somáticas (CCS), para que os produtores de leite que não se encontravam nos padrões da normativa anterior tivessem mais tempo para se adequar (PAULA; SALGADO, 2012, não paginado).

Como a IN 51 apresentou falhas ou as mudanças esperadas não aconteceram, surgiu a IN 62, a qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2012, excluindo as denominações do leite Tipo B e Tipo C. A partir daquela data, ambas ‘qualidades’ seriam denominadas de cru refrigerado. Com relação a qualidade ou característica físico-química, a IN 62 prevê que o leite produzido no Sul e no Sudeste tenha até 600.000 células somáticas por mililitro e 500 mil bactérias totais (CBT) por mililitro de leite produzido. O objetivo geral de ambas INs, como distrito pelo Governo Federal, é melhorar a qualidade do leite produzido.

Observando o ano de 2016 como crucial para produção de leite no Brasil, porque o número de CCS e CBT será reduzido praticamente a metade, as agroindústrias, principais compradoras da matéria-prima dos agricultores familiares, instituíram o “pagamento por qualidade”. Na prática, quanto mais próximo do preconizado pela IN 62 maior será a renda. Em Santa Catarina, a exemplo de outros estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, foi criado o Conselho Paritário-Produtor Agroindústria (Conseleite), com o objetivo de acompanhar o mercado, definir os preços e discutir as normatizações para a atividade. Dentro do órgão foram criadas três faixas de remuneração para os produtores: leite acima do padrão; padrão; e abaixo do padrão. Hoje, todos os agricultores familiares recebem a partir desta lógica.

Tomando a TAR como fundamento de análise, as instruções normativas podem ser consideradas uma barreira para o acesso a esta atividade agropecuária. Com ambas normativas, foram estipuladas condições de instalações físicas e procedimentos para a coleta do leite, sem contar na necessidade de manter o leite resfriado até o momento do transporte. Portanto, aqueles produtores menos capitalizados, sem resfriador na propriedade ou uma sala de ordenha adequada, seria eliminado da rede por intervenção do mercado. É neste contexto que entra na rede o governo, como ator-chave, promovendo políticas públicas, como o Mais Alimentos, com intuito de diminuir a evasão de agricultores familiares da atividade, através do fomento a capacidade do agricultor familiar atender as exigências do mercado.

A lógica de mercado, estimulada pelo sistema do agronegócio ou agroindustrial, com aval do Governo, já está incutida nas propriedades da agricultura familiar. No caso do leite, o entrevistado F3AH sintetiza, em sua fala, como está consolidado e clara a ideia das INs e do pagamento por qualidade. “Porque hoje você pode ganhar R\$700,00 a mais. Como podemos deixar de ganhar? Porque as vezes varia também um pouco. Até 100 (milhões/CBT) tu ganha 100%. E tem gente que não recebe nada. Daí isso é um incentivo, né” (ENTREVISTADO, F3AH).

Nas cinco propriedades o pagamento por qualidade foi relativamente bem visto, pelas possibilidades de ganhos extras. Porém, como observado, se demandou de investimentos, feitos no Mais Alimentos. “Porque (com o investimento veio) a facilidade e a própria higiene do leite. A contagem bacteriana também deu uma melhorada. Mas, o que mais deu impacto foi na contagem bacteriana. Que a limpeza é um pouco mais fácil. Você não precisa passar de tarro para outro” (ENTREVISTADO, F3AH).

Para o entrevistado ATER1, o cumprimento da IN 62 depende, pouco de investimentos, mas muito do cuidado e da higiene do produtor de leite. Evidente, como mesmo reconhece, uma sala de ordenha adequada e equipada com um bom equipamento de ordenha e resfriadores, contribuem de forma importante para reduzir o número de células somáticas e bactérias totais. Neste sentido, a própria IN 62 em seu artigo 5 aponta como necessária a higiene, inclusive no momento da ordenha.

5.2.1. As tetas do animal a ser ordenhado devem sofrer prévia lavagem com água corrente, seguindo-se secagem com toalhas descartáveis e início imediato da ordenha, com descarte dos jatos iniciais de leite em caneca de fundo escuro ou em outro recipiente específico para essa finalidade;

5.2.2. Em casos especiais, como os de alta prevalência de mamite causada por microrganismos do ambiente, pode-se adotar o sistema de desinfecção das tetas antes da ordenha, mediante técnica e produtos desinfetantes apropriados, adotando-se rigorosos cuidados para evitar a transferência de resíduos desses produtos para o leite (secagem criteriosa das tetas antes da ordenha);

5.2.3. Após a ordenha, desinfetar imediatamente as tetas com produtos apropriados. Os animais devem ser mantidos em pé pelo tempo suficiente para que o esfíncter da teta volte a se fechar. Para isso, recomenda-se oferecer alimentação no cocho após a ordenha; (IN 62, 2012)

Ferrari et al. (2005) já alertavam para o risco da criação de barreiras para o ingresso de produtores de leite no mercado. Segundo este estudo, seis fatores poderiam acelerar este processo.

a) as exigências em torno do que é definido como “qualidade” (mas num conceito restrito, mais vinculado aos aspectos higiênico-sanitários) da produção, do manuseio do produto e do transporte do leite do produtor às unidades de recebimento e/ou processamento industrial (Instrução Normativa 51 do MAPA); b) a forma de pagamento do leite, por volume de leite vendido; c) a forma de cobrança de frete, também por volume de leite e, em regiões cuja produção de leite é recente; d) a ociosidade do frete decorrente da disputa pela matéria-prima; e e) o acesso privilegiado por parte dos produtores mais capitalizados aos instrumentos tradicionais de políticas públicas (crédito, assistência técnica, pesquisa, ações de fomento e controle sanitário) (FERRARI et al, 2005, p. 4).

De forma mais resumida, o ingresso ou exclusão de produtores da atividade poderia acontecer pela baixa produtividade e pela qualidade insatisfatória da produção. Com vistas a fugir desta lógica, os agricultores, mais capitalizados, se refugiam no crédito como instrumento de permanência no mercado. Em síntese, existe uma pressão do mercado em alterar a lógica tradicional de produção e reprodução social, mercantilizando a agricultura familiar.

Nas palavras de Ploeg (2010, p.10):

A pressão sobre a agricultura (de um lado, o aumento dos custos produtivos, do outro, a estagnação ou mesmo queda dos preços de venda), o viés urbano das políticas públicas e o incentivo à adoção de modelos tecnológicos que implicam a aquisição de insumos externos, são fatores que contribuem para a erosão da base de recursos autogestionada. No lugar da autonomia, existe agora uma densa e ampla rede de relações de dependência que incide tanto sobre o acesso aos insumos quanto sobre o escoamento da produção. Geralmente uma ponta dessa cadeia exerce pressão sobre a outra. A dependência em relação ao mercado de capitais é um exemplo típico desse quadro.

A partir da maior interferência de atores – principalmente os mais relacionados as redes internacionais- sobre o mercado na rede da agricultura familiar se fortalece o viés produtivista, com produção em escala e se estabelece uma lógica de competitividade empresarial, com apurados processos e instrumentos de gestão a exemplo das indústrias urbanas. Na microrregião de Pinhalzinho, dentre os entrevistados, sejam os capitalizados, em transição ou descapitalizados, todos querem ser reconhecidos como empresas rurais. Evidente que para tanto há necessidade de integrar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, obtendo o CNPJ.

Esta visão empresarial é fruto da atuação do mercado, com assistência da ATER das cooperativas e do Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), ator de característica altamente urbana que desenvolveu cursos, projetos e programas para serem aplicados na área rural, com vistas a profissionalizar o agricultor familiar, introduzindo mecanismos de administração da propriedade baseada em números, focada na redução de custos e produção em escala. Das nove propriedades visitadas durante a pesquisa, somente uma – por não ser associada a Cooperitaipu – não fez o curso de Qualidade Total Rural (QT Rural), no qual o agricultor familiar é capacitado para utilizar métodos tecnológicos, como softwares de gestão, para administrar sua propriedade. Em entrevista, o agricultor familiar F3AH mencionou diversas vezes ao responder as perguntas relacionadas as características da propriedade: “tenho tudo anotadinho” ou “espera um pouco que te mostro, está lá no mural”, referindo-se ao escritório instalado dentro do aviário, com o objetivo de acompanhar os resultados.

A partir da introdução da tecnologia, aliada a visão empresarial, o agricultor familiar é induzido a adentrar e estar cada vez mais preparado para o mercado. Até mesmo na propriedade do entrevistado F8AH, descrito como descapitalizado, a intenção é ser empresa rural. Porém, como apontado por Filho et al. (2007), homogeneizar esta percepção não seria adequado em âmbito nacional, conforme pesquisa realizada pelos autores analisando o uso da tecnologia pelos agricultores familiares e sua integração com o mercado. Na visão dos autores, é necessário ter cautela porque a realidade da agricultura familiar brasileira é diferente da observada na região Sul do país.

A saída, para os autores, é a diversificação, porque [...] “a maior especialização e inserção aos mercados impõem, é certo, novas exigências, e redimensiona as restrições. Em muitos casos pode, de fato, debilitar unidades produtivas que poderiam se manter, por mais algum tempo, no marasmo da semi-subsistência” (SOUZA FILHO et al., 2007, p.5).

Com relação a esta visão de diversificação se percebeu a concomitância de atividades, da seguinte forma: leite e suínos (uma propriedade); leite e aves (duas propriedades); leite, suínos e aves (uma propriedade); leite, suínos, aves, peixes e frutas (uma propriedade); grãos e suínos (uma propriedade); e agroindustrialização e peixes (uma propriedade). Somente em uma propriedade há monoatividade, com a produção de leite.

Sob a questão da diversificação, mesmo a pesquisa não ter perguntado diretamente, os agricultores familiares entrevistados demonstraram consciência da importância da não dependência de uma única atividade de renda, porém há empecilhos para sua prática. Um dos fatores que dificultam a ampliação de culturas é a mão de obra. No caso do entrevistado F4AH somente o casal cuida da ordenha das vacas e do aviário, e por causa da mão de obra, a produção de bolachas caseiras teve de ser parada.

Com relação às políticas públicas, a academia já alertou em diversos estudos (VARGAS, DORNELLES, HILLIG, 2011; MERA, DIDONET, 2010; JUNIOR; SOUZA, 2006; SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2011) sobre a necessidade da diversificação e constante aperfeiçoamento do Pronaf. No estudo de Vargas, Dornelles e Hillig (2011), denominado “A retórica da diversificação e sustentabilidade e o viés produtivista do Pronaf em Cachoeira do Sul – RS” foi evidenciado que [...]

as linhas mais acessadas pelos agricultores entrevistados não contribuem para a diversificação nos sistemas de produção e não há um trabalho na divulgação dos diferentes financiamentos do Pronaf por parte dos órgãos de assistência técnica e extensão rural” (VARGAS; DORNELES; HILLIG, 2011, p. 1).

Além desse fato, os pesquisadores verificaram que pequena parcela dos produtores entrevistados reconhecia o viés produtivista das linhas do Pronaf acessadas, com destaque para Custeio, Investimento e Mais Alimentos. Os produtores de Cachoeira do Sul preferiram custear a produção de *commodities* (Pronaf Custeio), comprar ou reformar de equipamentos (Pronaf Investimento) ou adquirir tratores (Mais Alimentos) em detrimento ao acesso de outras linhas do programa com viés maior de diversificação.

Aliado ao discurso da diversificação, um dos fundamentos principais do Pronaf, está sua contribuição para a permanência do homem no campo. E, este foi justamente o mote do estudo de caso, “Aplicação dos recursos do Pronaf pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta”, publicado por Mera e Didonet (2010). No trabalho, predominantemente quantitativo, cujo levantamento de dados se deu por meio da aplicação de 61 questionários, verificou-se que [...] “o programa não é suficiente para contribuir com a diminuição da população rural” (MERA, DIDONET, 2010, p.57). O estudo constatou também que 42,61% dos agricultores utilizam o Pronaf para custeio de lavouras, com o uso adequado dos recursos; 39,35% utiliza o crédito para quitar outras dívidas fora do Pronaf e adquirir outros bens; e que 45,89% dos produtores rurais se preocupam com a possibilidade de não conseguirem quitar o financiamento.

Schneider, Mattei e Cazella (2004), em estudo semelhante trazem uma reflexão sobre a necessidade de repensar continuamente o programa, indo ao encontro da criação e efetivação da atuação de fóruns regionais que se ocupem do planejamento e gestão do desenvolvimento. “É preciso que a política crédito esteja integrada a outras políticas importantes como a educacional, de assistência técnica, de apoio a comercialização dos produtos, de melhoria na infraestrutura rural, de desenvolvimento e difusão de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente” (SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2011, p.5).

Em síntese, a partir das nove entrevistas realizadas e da análise dos dados obtidos juntos as instituições financeiras, se observou uma concentração de investimentos nas áreas agrícola e agropecuária, sendo pouco exploradas atividades alternativas, como a agregação de valor dentro da propriedade. Nesse contexto, o agricultor familiar passaria a integrar uma rede mais curta, na qual haveria mais contato com o consumidor final. Assim, se por um lado o agricultor familiar não teria acesso ao mercado internacional, por outro estaria menos dependente da rede, mais ampla, composta por atores com maior poder de agência sobre o mercado. Pois, a partir do acesso a rede do Mais Alimentos, percebeu-se um fortalecimento da agroindústria no interior da propriedade rural, o que resultou em uma visão mais empresarial na agricultura familiar, cujo fator preponderante é a redução de custos e aumento da produtividade. No entanto, não podemos relacionar a rede curta com maior independência e nem rede longa com menor autonomia, já que os efeitos dependem da configuração de cada rede e a lógica que circula nela. Há, por exemplo, uma rede internacional configurada em torno do Comércio Justo<sup>11</sup> baseada na Economia solidária, que conecta o agricultor familiar que produz alimentos orgânicos em Pato Branco (PR), como apresentado no estudo de Lorenzton (2014), onde circula a lógica da cooperação

### **5.3 O Mais Alimentos e a qualidade de vida do agricultor familiar da microrregião de Pinhalzinho**

No contexto atual, desenvolvimento rural e qualidade de vida estão intimamente ligados. Conceitualmente, ambas as noções, conforme visto em diversos estudos (SCHNEIDER; FREITAS, 2013; SEN; NUSBAUM, 96; SEN, 2000; HERCULANO et. al; NAVARRO, 2000), não são fechadas, estão em constante transformação e podem remeter a várias interpretações. Porém, há aspectos em comum entre os estudiosos do desenvolvimento. Um deles no fato de remeter a transformação positiva, no sentido dos atores do território observarem, além da melhoria na distribuição de renda, uma nova percepção das condições de vida. Assim, o desenvolvimento deveria respeitar as particularidades culturais e sociais de cada território em questão. Nesse contexto, a

<sup>11</sup> “Entende-se por comércio justo o estabelecimento de condições de produção e comercialização sustentáveis tanto para a natureza como para o produtor, possibilitando o acesso ao mercado internacional, beneficiando-o com um maior preço de venda para seu produto, promovendo por isso, a garantia de que este agricultor possa viver de sua produção”. (LORENZZON, 2014,p.18)

implantação de modelos prontos de desenvolvimento poderiam fortalecer, quem sabe, aspectos econômicos e pouco sociais (ou vice-versa), interferindo na qualidade de vida ou no modo de viver da população em questão, podendo incluir atores e excluir outros, interferindo naquilo que Sen (2000) chamou de ‘liberdade’.

Ao se pensar qualidade de vida e desenvolvimento como fatores relacionadas no meio rural e a interferência de atores não-humanos, como as aquisições possibilitadas através do Pronaf Mais Alimentos, faz-se necessário entender o cotidiano de uma propriedade caracterizada pela agricultura familiar. Na microrregião de Pinhalzinho, dentre as nove entrevistas realizadas, percebeu-se a escassez da mão de obra, a migração de jovens para a cidade, impulsionada por novas oportunidades, além da pluriatividade, definida como situação em que [...] “os membros das famílias rurais eram levados a buscar algum tipo de trabalho e/ou obtenção de renda, geralmente em tempo parcial, fora das suas propriedades rurais, configurando-se a dupla ocupação” (SCHNEIDER, 2009, p.1).

Com relação à pluriatividade, Schneider (2009), numa tentativa de discutir algumas características e perspectivas para o fenômeno, ressaltou o aparecimento de diversas tipologias de ‘pluriatividade’, sendo a mais percebida entre os agricultores familiares entrevistados na microrregião de Pinhalzinho a pluriatividade pará-agrícola.

Em geral, este é um tipo de pluriatividade que resulta de atividades ligadas à produção de derivados de leite, cana, carnes, frutas e outros que passaram a ser processados e transformados no interior da propriedade mediante agregação de valor. No Brasil, estes empreendimentos vêm sendo chamados de agroindústrias rurais familiares. Quase sempre são de pequeno porte e estão organizados em forma de cooperativas, associações ou redes de comercialização. É claro que há uma enorme diversidade de agroindústrias familiares que possuem os mais diversos tipos de escalas e formas de gestão (individuais, associativas, cooperativas, etc). Este tipo de pluriatividade tende a aparecer em regiões onde predomina a agricultura familiar e onde os mercados de trabalho em atividades não-agrícolas intersetoriais são débeis ou quase inexistentes, como a região norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná, no Sul do Brasil (SCHNEIDER, 2009, p.11)

Indo ao encontro do que já estudou Ellis (2000), Schneider (2009) percebe-se que esta modalidade de pluriatividade está relacionada a diminuição de riscos, a exposição ao mercado atrelado a rede transnacional, ou ao sistema verticalizado de integração. Assim, [...]

pluriatividade pode ser entendida como uma estratégia de reação ( *coping*), em face há uma situação de risco ou vulnerabilidade, ou uma estratégia de adaptação, que ocorre quando os indivíduos dotados de capacidade de escolha conseguem optar e decidir frente a um conjunto de oportunidades e possibilidades. (SCHNEIDER, 2009, p.5).

Nesse contexto, pode haver uma discussão relacionada à interferência das políticas públicas no cotidiano da propriedade rural, com vistas a proporcionar maior qualidade de vida às famílias. Para esta discussão, as análises basearam-se na segmentação dos investimentos com o acesso ao Mais Alimentos. De antemão, afirma-se que a política de crédito visou a produzir bens de capital, entendidos como bens que aumentam a eficiência do trabalho humano (VICECONTI; NEVES, 2011). O que significa dizer que, além de dinamizar a economia da propriedade, as aquisições realizadas por meio do programa se deram no contexto de diminuir o esforço físico, num cenário de escassez de mão de obra, vide o número de pessoas das famílias dos entrevistados.

As justificativas dos agricultores familiares para empreenderem no Mais Alimentos, além da já citada condição mercadológica, também se deu pelo fato da necessidade de diminuir o esforço físico do agricultor familiar, aumentando sua potencialidade produtiva. Em todas as propriedades visitadas se percebeu esta característica, as quais algumas foram afetadas de maneira diferente, a depender da atividade desenvolvida, seja suinocultura, avicultura, produção de leite ou grãos. Em geral, do ponto de vista do desenvolvimento rural e qualidade de vida, verificou-se duas situações: 1) concentração de investimento com fins de aumento econômico; 2) diminuição do esforço físico para realização das atividades cotidianas.

A partir destas duas constatações também pode ser afirmar que ambas, em dado contexto, são complementares a fim de aumentar a qualidade de vida da família agricultora, porém os entrevistados que optaram por investimentos com objetivo de aumentar a renda, também aumentaram consideravelmente suas atividades. Então, a renda maior veio acompanhada de maior esforço e comprometimento com o investimento e, portanto, com os atores com maior poder de agência sobre o mercado. Este exemplo foi verificado nas propriedades dos agricultores familiares que investiram na suinocultura (construção de pocilga) e avicultura (construção de aviário). Ambas atividades demandam mão de obra qualificada e atenção redobrada para com os animais. Na avicultura, por exemplo, de cada lote de frangos há necessidade de acompanhamento das condições de ambiente no interior do aviário, onde, muitas vezes, o produtor se vê obrigado a sair de sua residência durante a madrugada para verificar a temperatura e alimentação no interior dos galpões. A mesma situação também é observada na suinocultura, principalmente na iniciação (UPLs), como visito no investimento feito pela família do entrevistado F7AH.

Para agricultor familiar produtor de leite, a rotina de acompanhamento dos animais também é diária e constante, porém sem o detalhe do acompanhamento noturno, independente de clima ou estação da ano. Neste mesmo contexto se encaixam os agricultores familiares que investiram na construção de salas de ordenha e aquisição de equipamentos se verificou a lógica da diminuição do esforço braçal, com aumento da qualidade de vida da família. Um exemplo claro de aumento de qualidade de vida foi verificado na propriedade do entrevistado F4AH que diminuiu o esforço físico, com manutenção da renda. Antes da aquisição de fornos para climatização dos aviários, era necessário um trabalho de acendimento de fogo em 10 fogões a lenha espalhados em cada um dos dois aviários. Depois do investimento, o trabalho reduziu consideravelmente. Bastava acender o fogo em dois pontos, diminuindo o tempo utilizado, aumentando o tempo de sono do agricultor familiar, cuja empreitada diária inicia às 6h da manhã e encerra às 22h.

No caso do leite, apesar de nova estrutura demandar de trabalho intenso na limpeza e desinfecção, além do trato dos animais, produção de alimento, etc, o compromisso mais presente com o gado leiteiro acontece duas a três vezes ao dia, para ordenha e nutrição. Entretanto, deve-se lembrar que na maioria das propriedades, pelo viés da diversificação, coexistem atividades agropecuárias e não-agrícolas, como agregação de valor. Assim, o agricultor familiar busca a manutenção da renda da família e da propriedade com uma atividade de renda mensal – no caso o leite – e outra para excedentes, como suinocultura ou avicultura, cujos pagamentos são feitos por lotes, em média a cada 45 dias, no caso dos frangos e iniciadores da suinocultura; e a cada três ou quatro meses para terminadores.

A lógica do agricultor familiar acerca da qualidade da vida também vem ao encontro dos conceitos que atrelam o desenvolvimento rural baseado no viés econômico, o qual permitirá a realização de ações em prol do bem-estar da família. Neste sentido, sob a ótica dos agricultores familiares todo o esforço feito é recompensado pela oportunidade de se obter recursos financeiros a fim de satisfazer novas necessidades humanas, como viagens e aquisição de bens de consumo, como automóveis, televisores, etc.

Também, ao ser questionados sobre o conceito de qualidade de vida, mais um elemento citado é a saúde e gostar da atividade empreendida na propriedade. Nas palavras do entrevistado F2AH a “primeira coisa, saúde, depois você fazer o que gosta; e que o que você gosta de fazer te remunere pelo que tu faz”. A mesma argumentação também foi encontrada na fala de outro entrevistado (F1AH): “ter saúde e um pouco de dinheiro”.

Outra questão interessante observada e citada pelos entrevistados é a questão do acesso à tecnologia da comunicação, como internet e telefones fixo e celular, já utilizado como ferramenta de trabalho, permitindo a conversa entre os membros da família, no interior da propriedade. “Eu tenho esse celular e ele também. Qualquer coisa a gente fala um com o outro. É isso aqui ou vem pra cá pra me ajudar. Se uma vaca me escapa eu chamo ele e ele vem me ajudar ou eu vou ajudar ele. E é assim” (ENTREVISTADO F3AH). Além disso, a obtenção de um automóvel próprio para família também é citado como elemento de qualidade de vida.

Em suma se percebeu uma satisfação dos agricultores familiares com relação a sua situação de vida. Há um contentamento com a renda, independentemente se este é capitalizado, em transição ou descapitalizado. A maior queixa observada é relacionada a falta de mão de obra que acaba, por força do cotidiano das atividades na propriedade, exigindo empenho extra por parte da família, pois todas as ações acontecem ao mesmo tempo e em locais diferentes, concentrando certas atividades

nas mãos do homem como a lida no aviário, pocilga e trabalho com máquinas, cabendo a mulher e filhos menores a ordenha e limpeza da sala de ordenha e dos galpões das aves e suínos<sup>12</sup>.

Quando questionados, falta alguma coisa para alcançar? A resposta vem sob lógica do “sempre falta alguma coisa”. Porém, os sonhos são realizáveis, seja manter os filhos na propriedade (F7AH), viajar (F2AH), dar educação superior aos filhos (F4AH) ou mesmo cuidar da propriedade para que seja modelo de sustentabilidade (F1AH). Todos os entrevistados relacionaram qualidade de vida ao Pronaf, justamente por possibilitar aquisições ou melhoria na renda da família, sob a forma de gerar fluxo de caixa para depois usufruir.

Com base nas entrevistas percebeu-se que o Mais Alimentos pode promover a qualidade de vida quando produzir maior rentabilidade e diminuir o esforço físico do agricultor familiar, aliando maior tempo para outras atividades não relacionadas ao cotidiano da propriedade. Por outro lado, pela escassez de mão de obra, o aumento da tecnologia, através dos investimentos, também se faz necessário, como forma de compensar o esforço adicional da família agricultora, dado o contexto empresarial a qual está inserida.

---

<sup>12</sup> Para saber mais sobre estudos de gênero relacionados a agricultura familiar ver o estudo do Departamento Sindical de Estudos Rurais (Desser), coordenado por Renata Menasche e Maria Salette Escher, intitulado Gênero e Agricultura Familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. O trabalho foi realizado no oeste e sudoeste do Paraná e apresenta discussões principalmente relacionadas a participação da mulher na produção de leite.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar por ser não somente a base da economia da microrregião de Pinhalzinho, mas também de Santa Catarina, necessita de políticas públicas afirmativas, com objetivo de promover o desenvolvimento rural e a qualidade de vida das pessoas residentes no meio rural, apesar de, como já apontado por Wanderley (2000), haver uma nova realidade, onde o urbano e o rural se fundem produzindo uma relação mais próxima entre ambas. Como uma política pública, surge, em 1996, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual, ao longo dos anos, foi desdobrando-se em sub-programas para atender demandas de grupos específicos até chegar na Linha Mais Alimentos, uma evolução, com maior aporte de recursos por parte do Governo Federal, do Pronaf Investimento.

Desde sua criação, o Mais Alimentos obteve crescentes ganhos em termos de recursos para empréstimo aos agricultores familiares. Como atrativos e política de desenvolvimento – partindo da lógica econômica – ofereceu como diferenciais: 1) a possibilidade de financiar um montante financeiro maior quando comparada às linhas anteriores; 2) juros subsidiados de até 2% ano, acrescido da possibilidade de três anos de carência para início do pagamento. Na microrregião de Pinhalzinho, a política pública foi bem difundida, fato claramente demonstrado pelo número de contratos assinados (5.232) e volume de recursos liberados, R\$156.397.288,90, através dos agentes financeiros, Sicoob-Creditaipu, Sicredi Alto-Uruguai, Cressol- Pinhalzinho e Banco do Brasil.

A evolução do acesso e do montante de financiamentos foi constante ao longo dos cinco anos do programa na microrregião de Pinhalzinho. No primeiro ano (2008), foram 429 contratos, com R\$ 10.731.143,06 liberados. Em 2009, 543 contratos e R\$ 19.491.767,66 liberados. Em 2010, 782 contratos e R\$ 25.476.420,66 liberados. Em 2011, 928 contratos e R\$ 29.636.554,25 liberados. Em 2012, o melhor ano para a política pública, foram assinados 1.650 contratos e liberados R\$ 45.266.070,54. No ano de 2013, com base em dados não consolidados (parciais) disponibilizados a pesquisa foram 900 contratos e R\$ 25.795.332,73 liberados, totalizando R\$ 156.397.288,90 aplicados nos municípios de Pinhalzinho, Saudades, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Bom Jesus do Oeste e Saltinho.

Ao se analisar a participação dos agentes financeiros, o destaque está no ator Sicoob-Creditaipu que foi responsável pela liberação de 3.103 contratos e um montante. Depois da cooperativa de crédito, o Banco do Brasil foi responsável por financiar 1.536 empreendimentos rurais, com montante total de R\$58.669.373,00. No período 2008 - 2013, a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (Cresol) liberou o volume de R\$7.614.028,51, em 515 contratos. Por último, talvez por ter atuação mais recente na microrregião e área de abrangência mais restrita aos municípios de Pinhalzinho e Saudades, está o Sicredi Alto- Uruguai que liberou o montante de R\$1.809.015,00 em 78 contratos. Um dos fatores de influência para o maior número de acesso ao Sicoob-Creditaipu está no fato desta estar mais relacionada à rede da cooperativa de produção Regional Itaipu, a qual foi a responsável por implantar o cooperativismo de crédito no território.

Neste cenário, a implementação do Mais Alimentos, em junção aos interesses economicistas do Governo Federal e ministérios, fortaleceu os atores que se vinculam ao mercado, principalmente os produtores de tecnologia e agroindústrias que agregam valor ao produto da agricultura familiar, resultando em lucros. Portanto, com base nesta hipótese, a política pública pode ser considerada uma ferramenta anti-crise dado o contexto em que foi criada: no auge da crise econômica de 2008. Ressalta-se que o mesmo dinheiro que beneficiou ao agricultor familiar com financiamento, também trouxe aumento de demanda às empresas nacionais e internacionais de máquinas, equipamentos, implementos e insumos. Assim, a intervenção governamental é sustentada pelas duas redes (nacional e internacional), produzindo transformações nas relações econômicas e sociais, através da injeção de crédito.

Como política pública baseada na expansão da demanda, através da maior oferta de crédito, o Mais Alimentos poderia provocar o endividamento dos agricultores familiares e reduzir sua qualidade de vida. Porém, os dados coletados no campo, por meio de entrevista com nove famílias de agricultores familiares, e na análise documental dos agentes de crédito, verificou-se índices de inadimplência muito próximos a zero. Pela análise qualitativa, com base nas respostas das famílias entrevistadas, o Programa tem papel importante para fomentar a adimplência o plano de pagamento semestral, os juros baixos e o investimento em atividades produtivas que produzem lucros.

Ao se analisar o Pronaf pela TAR, observou-se sua conexão a diversos atores humanos e não humanos, além da conexão com outras redes: uma de abrangência nacional e outra internacional.

Ao se analisar a política pública pela TAR, identifica-se como principais atores: a) o Governo Federal; Ministérios da Fazenda (MF), responsável pela disponibilização de recursos e orçamento, via Tesouro Nacional, para execução do programa; b) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), agente de promoção, organização e coordenação da política pública; c) bancos públicos, privados e privados-cooperativos, os quais se relacionam diretamente com o agricultor familiar e os ministérios; d) agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), podendo ser das cooperativas de produção, agroindústrias ou de empresas públicas como Epagri, os quais são responsáveis pela elaboração dos projetos de investimento e acompanhamento; e) Empresas produtoras de máquinas, equipamentos e implementos que estão conectadas mais diretamente ao governo, MDA, agricultor familiar e ATER; f) agroindústrias responsáveis pelo estímulo ou por criar uma demanda de acesso ao crédito, conectadas a todos os atores da rede.

Interessante frisar que a partir do acesso ao Mais Alimentos, principalmente ao optar por investimentos nas áreas da avicultura, suinocultura e leite, o agricultor familiar fortalece suas relações com os atores com maior poder de agência sobre o mercado, os quais irão interferir na gestão e nos modos de produção da propriedade. Nesse contexto, uma lógica empresarial é implantada e/ou fortalecida na agricultura familiar, com a necessidade da administração de custos e aumento da produtividade em escala, com vistas a obter mais lucro por acréscimos marginais, indo ao encontro do conceito de mercantilização de Ploeg (2010).

Em termos de qualidade de vida, pelas entrevistas realizadas, o Mais Alimentos foi relacionado à sua promoção, assim como ao desenvolvimento rural. O principal objetivo para as famílias entrevistadas foi diminuir o esforço braçal ou aumento da produtividade, fatos evidenciados pelos tipos de investimento realizados: salas de ordenha (5), trator (1), construções de aviários (3) e pocilga e aquisição de equipamentos (1). Como desafio a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares está o aumento das horas vagas para atividades não relacionadas a propriedade ou ao cotidiano, como viajar ou visitar outros familiares. No geral, estão satisfeitos com a vida que levam, dado a realidade da agricultura familiar ao longo da história, vista por eles como um empreendimento que requer muito esforço físico.

No tangente a esta pesquisa, conclui-se que a política pública de crédito se faz importante para o atendimento às demandas da categoria, muitas vezes provocadas pelos agentes com maior interferência no mercado e com impacto nas propriedades da agricultura familiar. Evidente que outros aspectos poderiam ser melhor explorados - que ficam como sugestões para próximos estudos - como: a) uma análise mais aprofundada das raízes históricas deste modelo de produção; b) alterações no cotidiano da propriedade a partir do acesso a política de crédito; c) inclusão de novos atores e intersetorialidade produzida pela política pública. Como dificuldades encontradas no decorrer da elaboração da dissertação, percebeu-se uma certa carência nas publicações relacionadas ao tema e ausência de dados estratificados para saber, no global, quais as atividades de maior concentração dos investimentos. Informações, inclusive, ainda não tabuladas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Por outro lado, aponta-se aspectos positivos que contribuíram para elaboração deste estudo, como: a) boa receptividade dos agentes de crédito na disponibilização dos números de contratos e valores, em especial os cooperativistas; b) interesse do MDA-SC na produção destes dados; c) aceitação dos agricultores familiares em participar do estudo; d) colaboração da gerencial regional da Epagri de Maravilha na disponibilização de seu banco de dados.

Para finalizar, ressalta-se a importância de se estudar o tema da agricultura familiar, por proporcionar um maior conhecimento sobre a realidade dos municípios com base econômica essencialmente agrícola. Além disso, espera-se contribuir de alguma maneira, a partir da análise científica, para aprimorar a política pública, proporcionando a esta um contorno mais regional, de modo que os agricultores familiares – foco da ação afirmativa – sejam mais partícipes do processo, com o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Agricultura. Esses conselhos podem contribuir com a definição das prioridades, demandas possibilitando subsídios para aprimorar o Pronaf, de modo a constituir um foco mais regionalizado e ações que respeitem e abarquem as características do território.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Ed. HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar Sustentável (GIPAF) da Embrapa, realizada em outubro de 2010**. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/tag/agricultura-familiar/>. Acessado em: 22.out.2013.
- AYUB, Bruna Rayed. **Política Pública do Pronaf Mais Alimentos: uma ferramenta de estímulo ao desenvolvimento da produção leiteira da agricultura familiar em Porto União – SC**. Dissertação de mestrado, Canoinhas 2012
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campoterritório**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p.123-151, ago. 2006.
- BONAMIGO, Irme Salete. **Carta ao GT Tecnologias e Políticas de Subjetivação**. 2013, no prelo.
- \_\_\_\_\_. **Violências na contemporaneidade: etnografia de redes sociotécnica na cidade de Chapecó (SC)**. Tese, 2007, p.252.
- BRASIL. Manual de Crédito Rural. 2012. Disponível: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idvGeropMCR>>. Acesso em: 10.dez.2012.>
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013**.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha Plano Safra 2011/2012**. Brasília, 2011.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012**. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Plano Nacional de Direitos Humanos**. 1996. Disponível: <[portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndh1.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndh1.pdf)>. Acesso em: 10.dez.2012.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Direitos Humanos II**. 2002. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhII/Texto%20Integral%20PNDH%20II.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Direitos Humanos III**. 2009. Disponível em: <[portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf)>. Acesso em 10 dez 2012.
- \_\_\_\_\_. Lei 11.428
- \_\_\_\_\_. Lei 11.326.
- CARDOSO JUNIOR, Jose Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência, e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana (organizadora). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <[http://IPEA.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/cap\\_5.pdf](http://IPEA.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/cap_5.pdf)>.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Cartilha Olho Vivo**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaOlhoVivo/Arquivos/MDA.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2011.

CONTI, Bruno Martello de. ROITMAN, Fábio Brener. **Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa**. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf). Acesso em: 10.mar.2012.

CUKIERMAN, H. L. Abrindo mão da polarização entre o técnico e o social/cultural. In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del-Rei, ago/dez. 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Abordagens teóricas recentes sobre desenvolvimento local, regional ou territorial** In: Desenvolvimento Regional. Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

**Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)**. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>>. Acesso em 10 dez.2012.

DENARDI, Reni Antônio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent**, Porto Alegre, v. 2, n.3, jul/set. 2011.

DESSER – Departamento Sindical de Estudos Rurais. **Gênero e Agricultura Familiar: Cotidiano de Vida e Trabalho na produção de leite**. Documento. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/419.pdf>. Acesso em: 20.fev.2014

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. 2011. O Sítio Simbólico de Pertencimento dos imigrantes e dos caboclos do oeste de Santa Catarina a partir do “idioma da comida”. In: VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo. II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo. **Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo**. 12, 13 e 14 de setembro de 2012, Rio de Janeiro (RJ).

EBINA, R. K. ; MASSUQUETTI, A . Análise do Pronaf na Região Sul do Brasil: um estudo do Rio Grande do Sul no período 1999-2008. In: **5 Encontro de Economia Gaucha**, 2010, Porto Alegre. Anais do 5 Encontro de Economia Gaucha. Porto Alegre : PUCRS/FEE, 2010. v. 1. p. 1-30.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009/2010**. Florianópolis, 2010.

EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2012/2010**. Florianópolis, 2014.

\_\_\_\_\_. **Uma análise do Pronaf em Santa Catarina**. Florianópolis, 2006.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang (ed) Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000

FAUTH, E. M. O Plano-Safra 2009/2010 e os principais programas para a agricultura familiar. **Indicadores Econômicos FEE**, Vol. 37, n. 3, 2009.

FETAG/FAG. **Carta de Reivindicações e Ação do V Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais**. Porto Alegre, 1971.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA – FIESC. **Santa Catarina em dados**. Florianópolis, 2011.

FERRARI, Dilvan; MELLO, Márcio Antonio; TESTA, Vilson; SILVESTRO, Milton. **Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina**. In: Informações Econômicas, SP, v.35, n.1, jan. 2005.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BUAINAIN, Antônio Márcio; GUANZIROLI, Carlos; BATALHA, Mário Otávio. **Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Palestra na Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007

FUGLIE, O. K; WANG, S.L. **New Evidence Points to Robust But Uneven Productivity Growth in Global Agriculture**. USDA, Economic Research Service, Amber Waves, September 2012.

GANDRA, Ives. **Revista Jurídica Virtual**. Brasília, vol. 1, n. 4, agosto 1999

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana; VALDES, Constanza; BACHI, Mirian. **Produtividade e Crescimento – Algumas comparações**. Ministério da Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2013. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Otabelas/Produtividade%20e%20Crescimento%20-%20Artigo%2031%2001%2013%20\\_2\\_.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Otabelas/Produtividade%20e%20Crescimento%20-%20Artigo%2031%2001%2013%20_2_.pdf). Acessado em: 10.out.2012.

GAZOLLA, M.; Schneider, S.. O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 24, p. 129-156, 2004.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre – RS, 287p., 2004.

GELINSKI, Carmem Rosário; SEIBEL, Erni José. Formulação de Políticas Públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, v.42, n.1, e 2, p.227-240. abr/out. 2008.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2007, vol.45, n.2, p. 301-328

GROSSI, Mauro Eduardo Del e Vicente P. M. de Azevedo Marques. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 18, n. 1, p. 127-157, abr. 2010.

GLASS, Verena. **Agricultura em Família**. Desafios do Desenvolvimento, Brasília, n.66, p. 53-57, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Descaminhos e perspectivas do território**. In RIBAS, Alexandre D; SPOSITO, Eliseu S; SAQUET, Marcos A. Território e Desenvolvimento: Diferentes abordagens. 3ª Ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HERCULANO, Selene. **A Qualidade de Vida e seus Indicadores**. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano I, nº 2, 1º semestre de 1998, pp 77 – 99

HUNT, E.K. **A história do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)> Acesso em: 06 nov. 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). Rio de Janeiro: Ed.34. 1994.

\_\_\_\_\_, Bruno. **A esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC, LATOUR, 2001.

\_\_\_\_\_. One more turn after social turn. In E.McMullin (ed.). **The Social dimensions of Science**. Notre Dame, University Of Notre Dame Press, v. 1. P. 272 – 292, 1992.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo**. Campinas:UNICAMP, 1993.

LORENZZON, Gabriela. **Saúde mental e trabalho: um estudo com agricultores orgânicos do Sudoeste do Paraná**. Dissertação de mestrado. 2014, 110f.

MATTEI, L. . Análise da produção acadêmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 18, p. 56-97, 2010.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A "masculinização" da produção de leite. **Rev. Econ. Sociol. Rural vol.47 no.1 Brasília Jan./Mar. 2009**

MARAFON, Glaucio José. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

MARCONDES, Tabajara; MIOR, Luiz Carlos; REITER, Janice Maria; MONDARO, Marcia. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Epagri, 2012.

MDA. **Senegal e Zimbábue assinam memorando para execução do Mais Alimentos Internacional**. Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=14225096](http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=14225096). Acesso 28/03/2014

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sem-terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (org). **Unanuevarealidade America Latina?** Buenos Aires: 2001.

MERA, Claudia Prudêncio. DIDONET, Graciela Beck. Aplicação dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS). In: **Perspectiva econômica**. Pernambuco, v. 6, n.2, p.45-58 jul/dez 2010.

MIOR, Luiz Carlos. A trama e a dinâmica das redes de desenvolvimento rural. In: **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005

MURDOCH, J. (1994). **Weaving the seamless web**: a consideration of network analysis and its potential application to the study of the rural economy. University of Newcastle Upon Tyne. February 1994.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André. (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina.

PAULA, Victor Marques de; SALGADO, Lorrana Martins. Instrução Normativa 62: o que você está fazendo para 2016? **Reagro**, 2012. Disponível em: <http://rehagro.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=2488>. Acessado em: 07.fev.2014

PEDRO, R.M. L.R. Redes e Controvérsias: ferramentas para uma cartografia da dinâmica psicossocial. In: **VII Escocite – Jornada Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias**, Rio de Janeiro, 2008.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A emergência dos agricultores familiares como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo agrario (La Plata)**, v. 18, n.1, 2009.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. O fazer-se dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. **Pensamento plural** (UFPEL), v. 3/4, p. 91-115, 2009.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese. 2011, 289 f.

PICOLOTTO, Everton Lazaretti. [Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural](#). In: **Revista Espaço Acadêmico**, v.11, 2012.

PIOVESAN, Flavia. **Ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005

PITANGUY, Jaqueline. Gênero, cidadania e direitos humanos. In: BRUSCHINI, C; UNBENHAUM, S (org). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo, ed.34/ Fundação Carlos Chagas.

PLOEG, Jan Duwe Van Der. Tendências de desarrollo en la agricultura avanzada: los efectos regionales de la mercantilización y tecnificación del proceso productivo. In: **Agricultura y Sociedad**. Barcelona, n° 43, abril-junho, 1987.

\_\_\_\_\_. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para agricultura familiar. In: **Agriculturas**, v.7, n°2, julho, 2010.

RICCI, Ruda. A trajetória dos movimentos sociais do campo: história, teoria social e práticas de governos. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n° 54, nov/2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm>.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2002.

SANTA CATARINA. Secretaria de Planejamento e Gestão – SPG. Disponível em: [www.spg.sc.gov.br](http://www.spg.sc.gov.br). Acessado: 07.ago.2012.

SAMBUICHI, R.; OLIVEIRA, M. A. C. Análise das linhas de crédito do PRONAF para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. In: **Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Fortaleza, 2011.

SEBRAE. **Cartilha de Acesso ao Pronaf**. Brasília, 2010.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Capacidad y Bienestar**. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. *La Calidad de Vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SCHMITT, Claudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n° 27, mai./ago. 2011, p. 82-112.

SCHUMANN, Maitê Luize. **Contexto e os efeitos do Pronaf Mais Alimentos para os agricultores familiares do município de Teutônia – RS. Dissertação de mestrado, Santa Maria, 2012**

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf**. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Sociedade Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L.R.; SILVA, C. C.. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

SCHNEIDER, Segio; FREITAS, Tanise. **Qualidade de vida, diversificação, desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural**. In: **Olhares Sociais**. Bahia: v 2, nº1, maio de 2013, p. 121-142.

SILVA, J. F. G. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte/MG, v. 7, n.1, p. 43-82, 1997.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, M. J. ; CORADINI, O. L.. **Camponeses e Agroindústria-Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. v. 2000. 119p .

SOUZA, Jânia Maria Pinho; VALENTE JUNIOR, Airton Saboya. Análises das liberações do Pronaf: descentralização das aplicações do crédito rural? In: **Anais XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza: SOBER, 2006.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista**. In: Anuário Antropológico 1984. Tempo Brasileiro, Campinas – SP, 1984.

TENÓRIO, Roberto. Do subsidio á política agrícola. Desafios do Desenvolvimento, Brasília, n.68, p. 36-43, 2011.

VARGAS, D. L.; DORNELES, M. A. R.; HILLIG, C. A Retórica de Diversificação e Sustentabilidade e o Viés Produtivista do Pronaf em Cachoeira do Sul/RS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2 , 2011.

VEIGA, José Eli da . **Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, p. 83-94, 2006.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2005

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 2, p.29-37, 2000.

\_\_\_\_\_. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 87-145.

WEZ JUNIOR, Valdemar João. Políticas Públicas de Agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf – Agroindústria. In. **Anais do XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

WILKINSON, J. (1996A) Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil. Políticas agrícolas, México, v. 2, n. 1, p. 101-135.

## ANEXO I

### Questões para pesquisa de campo

#### 1 Identificação do agricultor e sua família

- 1.1 Nome: (somente para nossa identificação)
- 1.2 Data e local de nascimento:
- 1.3 Grau de escolarização:
- 1.4 Situação civil:
- 1.5 Escolarização do (a) esposo (a):
- 1.6 Filhos (quantos, idade, grau de escolarização):
- 1.7 Bens imóveis (estrutura, quantidade, etc)
- 1.8 Renda familiar

#### 2 Atividade(s) agrícola

- 2.1 Atividade leiteira?
- 2.2 Algum tipo de integração? (suíno ou aves ou ambos)
- 2.3 Tempo de criação
- 2.4 Empresas pelas quais passou na integração
- 2.5 Razão pelas quais migrou e se sentiu melhoras
- 2.6 Há quanto tempo trabalha nesta(s) atividade? Antes disso trabalhou em outra atividade e por quanto tempo?
- 2.7 Quantos os componentes do grupo familiar que se envolvem diariamente na atividade de criação?
- 2.8 Além da criação, que outras atividades produtivas possui na propriedade?
- 2.9 Quem da família trabalha junto (descrever com relação a cada atividade)
- 2.10 Divisão do trabalho:

#### 3 Rotina de trabalho (cada atividade):

#### 4 Questões sobre o PRONAF:

- 4.1 Recebe financiamento de algum tipo de PRONAF? Qual?
- 4.2 De que forma ficou sabendo da possibilidade de financiamento?
- 4.3 Como foi o processo? (com quem conversou a respeito? como foi a realização do projeto a ser encaminhado? teve auxílio técnico de quem? como foi a relação com o banco? quais as sensações foram despertadas?)
- 4.3 Quais foram as facilidades e dificuldades encontradas? (tempo de duração do processo, agilidade nos diferentes trâmites)
- 4.4 Qual foi o valor do recurso ou bem recebido?
- 4.5 Qual foi o impacto da aquisição deste recurso financeiro / produto no seu trabalho?
- 4.6 E na família, houve alguma alteração na rotina familiar, como lazer, relação familiar, praticidade no dia a dia, etc?
- 4.7 Como era antes dessa aquisição, qual era a sua expectativa, e como é agora?
- 4.8 Como avalia o Pronaf e o produto adquirido:
- 4.9 Como vem sendo feito o pagamento do financiamento, facilidades e dificuldades:

## **5 Questões sobre Qualidade de Vida**

- 5.1 O que você considera necessário e fundamental para ter uma boa vida (você e sua família)?
- 5.2 O que você já alcançou do que espera?
- 5.3 O que falta alcançar? Está perto ou longe de conseguir?
- 5.4 Faz alguma relação da qualidade de vida da família com as normas do bem-estar animal?
- 5.5 Faz alguma relação da qualidade de vida da família com o Pronaf?

## APÊNDICE

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – UNOCHAPECÓ  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS  
REGIONAIS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E VOZ**

**Título da pesquisa: As contribuições sócioeconômicas do Programa Pronaf Mais Alimentos para a microrregião de Pinhalzinho - SC.**

Pesquisador Responsável: Fabiano Lazarotto Rambo

Eu, \_\_\_\_\_ permito que o pesquisador relacionado acima obtenha fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Assinatura do Sujeito de Pesquisa:

\_\_\_\_\_